

**UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E GESTÃO**

**ASSOCIATIVISMO E**  
**DESENVOLVIMENTO LOCAL:**  
**O CASO DE RIBEIRA DE PENA**

**Luís Alberto Mendes Brandão Coelho**

Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Local:  
Território, Sociedade e Cidadania, sob a orientação  
científica do Doutor José Francisco Gandra Portela,  
Professor Catedrático do Departamento de Economia,  
Sociologia e Gestão da Universidade de Trás-os-Montes e  
Alto Douro

“(...) reclama o direito de dispores de ti, concentra e aproveita todo o tempo que até agora te era roubado, te era subtraído, que te fugia das mãos. Convence-te de que as coisas são tal como as descrevo: uma parte do tempo é-nos tomada, outra parte vai-se sem darmos por isso, outra deixamo-la escapar. Mas o pior de tudo é o tempo desperdiçado por negligência. Se bem reparares, durante grande parte da vida agimos mal, durante a maior parte não agimos nada, durante toda a vida agimos inutilmente. (...) Se tomares nas mãos o dia de hoje conseguirás depender menos do dia de amanhã. De adiamento em adiamento, a vida vai-se passando”

Lúcio Aneu Séneca  
*in Cartas a Lucílio*

## RESUMO

As associações locais são um elemento fundamental no incremento da participação cívica e, como tal, agentes privilegiados de democratização no sentido da democracia participativa. Assumem-se, assim como uma peça importante na participação para o desenvolvimento social dos cidadãos e das comunidades locais. A participação individual estimula a integração do indivíduo na identificação e selecção das respostas aos seus problemas pessoais, transpondo para o espaço público os problemas vividos pelos indivíduos na esfera privada, propiciando a participação colectiva, numa acção organizada em prol do bem comum e da resolução de problemas de ordem social, cultural ou mesmo económica procurando naturalmente, respostas de interesse geral. Para que haja participação é necessária motivação, isto é, comportamentos visando um objectivo. Mas para que estes tenham carácter colectivo a solução tem de exceder as capacidades individuais, obrigando, para construir respostas, a esforços conjuntos e articulado em torno de objectivos comuns. Dito de outra forma exigem organização ou mesmo institucionalização da acção para que ela tenha legitimidade e seja reconhecida. Assim, é natural que um contexto favorável seja determinante ou constitua mesmo condição para que a acção colectiva seja despoletada.

Neste quadro particular da participação dos cidadãos, o tipo de associações que fundam a acção dos indivíduos enquanto contributo para o processo de desenvolvimento local é objecto de um estudo empírico, em torno da recente explosão do associativismo em Ribeira de Pena. Nele, se procura caracterizar a estrutura associativa concelhia em 2007, e verificar os seus níveis de actividade, bem como os contributos que está a dar ao desenvolvimento local.

Conclui-se que embora as organizações nasçam com objectivos colectivamente assumidos, a concretização dos seus fins implica a existência de capacidades, competências e disponibilidades que são difíceis de associar de forma cumulativa com voluntariado, desprendimento e isenção. Assim, as organizações estão fortemente condicionadas tanto pelos enquadramentos contextuais como pelos recursos e personalidades dos seus associados, não deixando ainda assim de contribuir para o desenvolvimento do território onde exercem actividade, isto pelo exercício de cidadania que lhe está subjacente.

**Palavras-Chave:** Associativismo; organizações locais; desenvolvimento local; Ribeira de Pena

## SUMMARY

Local associations are a fundamental element in the increment of civic participation, thus they are privileged agents of democratization in a participative democracy. These play an important role because they are a fundamental instrument for social development of citizens and local communities. Individual participation encourages one's integration in what concerns identification and selection of answers to their personal problems, transposing their own problems as well as difficulties into a public place. This provides collective participation in an action organised in benefit of the welfare and the solution for social, cultural and even economical problems in attempt to find answers which suit people's interests. Motivation is essential so that participation takes place, adequate behaviour aiming at specific goals. If goals have collective features, solution will have to exceed individual capacities compelling to collective efforts and also the articulation with common goals. In other words, goals require organization or even institutionalization of the action so that legitimacy is recognised. Therefore, it is natural a favourable context to be crucial or even a condition for the collective action to be triggered.

In this particular panorama of citizen participation, the type of societies that build individual action as a contribution for the local development process is the object of an empirical study, around the recent boom of associations in Ribeira de Pena. This study seeks to characterize the local public associative structure in 2007, and verify its levels of activity, as well as its contributions for the local development.

In conclusion, although the organizations begin with collectively made goals, the achievement of their goals implies the existence of capacities, skills and assets which are difficult to associate with cumulative form of volunteering, detachment and impartiality. Thus, organizations are severely constrained by both the contextual frameworks and the resources and personalities of their members. In spite of this, they do contribute to the development of the area where they operate, due to the exercise of citizenship underlying it.

**Kew words:** Associations, local organizations, local development; Ribeira de Pena.

## **AGRADECIMENTOS**

As nossas primeiras palavras de agradecimento dirigem-se a todos aqueles que ao longo do tempo se dedicaram a servir, por um voluntariado generoso, audaciosamente escolhido, este mundo e a sociedade, de que fazemos parte, de uma forma muito particular em Ribeira de Pena.

Ao Professor Doutor José Francisco Gandra Portela, pela disponibilidade e confiança que depositou em nós ao aceitar orientar a elaboração desta tese de mestrado, mas também pela revisão formal, leitura e comentários ao texto, que foram determinantes para a sua melhoria, manifestamos os mais sinceros e profundos agradecimentos.

Ao Professor Doutor Alcides Almeida Monteiro, pela leitura e comentários ao texto, que muito contribuíram para o seu enriquecimento, expressamos o nosso agradecimento.

Por fim, um agradecimento muito particular aos meus filhos João Luís e Ana Carolina e à Cacilda Barroso, minha mulher, pela compreensão e carinho com que respeitaram o tempo de convívio familiar que lhes retirei ao longo da preparação e redacção deste trabalho.

# ÍNDICE GERAL

<b>RESUMO .....</b>	<b>III</b>
<b>SUMMARY .....</b>	<b>IV</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>V</b>
<b>ÍNDICE GERAL .....</b>	<b>VI</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS .....</b>	<b>VIII</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS.....</b>	<b>IX</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS .....</b>	<b>X</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1 Âmbito e objectivos da dissertação.....	1
1.2 A evolução do associativismo em Portugal .....	1
1.3 A explosão recente do associativismo em Ribeira de Pena.....	5
1.4 As questões de partida .....	8
1.5 Contexto da nossa observação e participação .....	8
1.6 Metodologia seguida.....	10
1.7 Estrutura do estudo .....	12
<b>2. O TRAVEJAMENTO TEÓRICO .....</b>	<b>14</b>
2.1 Comunidade, sociedade e individualismo.....	14
2.2 Agregados, grupos e associações.....	18
2.3 Comunicação e liderança .....	27
2.4 As redes .....	34
2.5 Organização, burocracia e instituição .....	37
2.6 Local e desenvolvimento local.....	42
<b>3. RIBEIRA DE PENA: TERRAS, GENTE E ECONOMIA LOCAL.....</b>	<b>48</b>
3.1 Localização .....	48
3.2 Caracterização física .....	50
3.2.1 Aspectos morfológicos .....	50
3.2.2 Acessibilidades .....	50
3.2.3 Hidrografia.....	51
3.2.4 Geologia e solos.....	53
3.2.5 Clima .....	53
3.3 Caracterização demográfica.....	54
3.3.1 População residente .....	54
3.3.2 Densidade populacional .....	56
3.3.3 Estrutura do povoamento .....	57
3.3.4 Estrutura etária da população residente .....	58
3.3.5 População activa .....	59
3.3.6 Nível de instrução da população .....	60
3.4 Caracterização da economia local.....	62
3.4.1 Actividade agrícola.....	62

3.4.2	Indústria, comércio e serviços.....	68
3.5	Alicerces para o desenvolvimento local em Ribeira de Pena.....	72
<b>4.</b>	<b>ASSOCIATIVISMO EM RIBEIRA DE PENÁ.....</b>	<b>79</b>
4.1	Associações centradas nos recursos naturais .....	83
4.1.1	Do Sindicato Agrícola ao Grémio da Lavoura e à Cooperativa Agrícola.....	83
4.1.2	Sociedade de Agricultura de Grupo – Integração Parcial (SAG-IP).....	86
4.1.3	Associação Florestal de Ribeira de Pena .....	88
4.1.4	Clube de Caça e Pesca de Ribeira de Pena e Clube de Caça e Pesca do Poio.....	94
4.2	Associações centradas nas artes e ofícios tradicionais.....	96
4.2.1	Cooperativa de Artesãos Cervenses .....	96
4.2.2	Grupo de Tecelagem de Limões .....	99
4.2.3	O Tear: uma associação de Artesãos.....	104
4.3	Associações de solidariedade.....	105
4.3.1	Misericórdias .....	106
4.3.2	Associações Humanitárias .....	109
4.4	Associações de cultura, desporto e recreio .....	112
4.4.1	As Casas do Povo .....	112
4.4.2	Os Grupos Desportivos .....	114
4.4.3	Associações culturais, desportivas e recreativas .....	114
4.5	Associações “políticas”.....	116
4.5.1	Associação Fórum Metanóia.....	116
4.5.2	UNILSETE - União Juvenil das Sete Freguesias.....	116
4.6	Associações de desenvolvimento local .....	117
4.6.1	Associação PISÃO LOUREDO.....	117
4.6.2	ADRIPÓIO – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Póio.....	119
4.7	Visão global do associativismo em Ribeira de Pena.....	127
<b>5.</b>	<b>NOTAS CONCLUSIVAS .....</b>	<b>130</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>139</b>
	<b>ANEXO I – ACORDO DE PRINCÍPIO PARA CONSTITUIÇÃO DA AFRP .....</b>	<b>148</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº 1	- Valores médios de alguns elementos climáticos, concelho de Ribeira de Pena	54
Quadro nº 2	- Evolução da População residente no concelho de Ribeira de Pena de 1864 a 2001	55
Quadro nº 3	- Evolução da população residente entre décadas (1940 – 2001)	55
Quadro nº 4	- Variação da população residente entre décadas (1940 – 2001)	55
Quadro nº 5	- Densidade populacional 1991 – 2001 (hab. <sup>-Km<sup>2</sup></sup> )	57
Quadro nº 6	- Evolução da População Residente por grandes Grupos Etários, Ribeira de Pena	58
Quadro nº 7	- Índice de Envelhecimento	58
Quadro nº 8	- População Activa a Exercer uma Profissão, no concelho de Ribeira de Pena, 1981 – 2001	60
Quadro nº 9	- População Residente no concelho de Ribeira de Pena segundo o grau de instrução, 1981 a 2001	60
Quadro nº 10	- População de 7 ou mais anos que possui um grau de ensino, no concelho de Ribeira de Pena (% em relação ao total dos que sabem ler), em 1981 a 2001	61
Quadro nº 11	- Variação da superfície de SAU e o nº de explorações (1989 - 1999)	63
Quadro nº 12	- Produtos cultivados e animais criados em Ribeira de Pena	64
Quadro nº 13	- Número de explorações com animais e respectivos efectivos (1989 - 1999)	67
Quadro nº 14	- Produtos cultivados e animais criados para venda	67
Quadro nº 15	- Distribuição das empresas pelas freguesias em Ribeira de Pena	69
Quadro nº 16	- Distribuição das empresas por ramo de actividade em Ribeira de Pena	69
Quadro nº 17	- Distribuição das empresas por natureza da empresa em Ribeira de Pena	70
Quadro nº 18	- Distribuição das empresas por ano de fundação ou início de actividade em Ribeira de Pena	70
Quadro nº 19	- Número de trabalhadores por empresa em Ribeira de Pena	71
Quadro nº 20	- Número de associações por tipo	82
Quadro nº 21	- ACDR do concelho de Ribeira de Pena em 2007	115
Quadro nº 22	- Visão global do associativismo em Ribeira de Pena, em 2007	128
Quadro nº 23	- Estado de funcionamento das associações em Ribeira de Pena, em 2007	136



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura nº 1	- Modelos de redes de comunicação	29
Figura nº 2	- Localização de Ribeira de Pena	49
Figura nº 3	- Rede viária e rede hidrográfica de Ribeira de Pena	52
Figura nº 4	- Evolução da população residente no concelho de Ribeira de Pena (1864 – 2001)	54
Figura nº 5	- Pirâmides etárias 1991 e 2001	59
Figura nº 6	- Número de organizações por freguesia, Ribeira de Pena 2007	80
Figura nº 7	- Número de organizações por ano de fundação e total, Ribeira de Pena, entre 1918 e 2007	81
Figura nº 8	- Antiga Escola Primária de Penaformosa	84
Figura nº 9	- Lápide alusiva à construção da antiga escola primária de Penaformosa	84
Figura nº 10	- Formandas do curso Escolas-Oficinas a “amadar” e a “sedar” linho (Cerva, 2000)	98
Figura nº 11	- Espadelada no Grupo de Tecelagem de Limões (Limões, 1998)	103
Figura nº 12	- Sessão de abertura do colóquio “Desenvolvimento Local: desafio ou utopia?” (Cerva, 2003)	119
Figura nº 13	- Primeira iniciativa organizada pela ADRIPÒIO (Cerva, 1998)	121
Figura nº 14	- Fundadores da ADRIPÒIO, subscritores do acto de constituição (Mondim de Basto, 1998)	123
Figura nº 15	- Grupo de Cantares do Poio (Cerva, 1999)	125

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACDR	- Associação Cultural, Desportiva e Recreativa
ADL	- Associação de Desenvolvimento Local
ADRIPÒIO	- Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Pòio
AFRP	- Associação Florestal de Ribeira de Pena
AHBV	- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários
CAOP	- Carta Administrativa Oficial de Portugal
CACER	- Cooperativa de Artesãos Cervenses
CEE	- Comunidade Económica Europeia
CRL	- Cooperativa Responsabilidade Limitada
DGRF	- Direcção Geral dos Recursos Florestais
DOP	- Denominação de Origem de Produção
DRAEDM	- Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho
FEDER	- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA	- Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FSE	- Fundo Social Europeu
FNAT	- Federação Nacional para a Alegria no Trabalho
FORESTIS	- Associação Florestal de Portugal
GEPI	- Gabinete de Estudos e Planeamento de Infra-estruturas
GTL	- Grupo de Tecelagem de Limões
IEFP	- Instituto de Emprego e Formação Profissional
IFADAP	- Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas
IGP	- Identificação Geográfica Protegida
INATEL	- Instituto Nacional do Aproveitamento dos Tempos Livres
INE	- Instituto Nacional de Estatística
IPJ	- Instituto Português da Juventude
IPSS	- Instituição Particular de Solidariedade Social
LEADER	- Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural
ONG	- Organização Não Governamental
PAC	- Política Agrícola Comum
PAMAF	- Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal
PDAR	- Programa de Desenvolvimento Agrícola Regional
PDM	- Plano Director Municipal
PEDAP	- Programa Específico par o Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa
PERI	- Projecto de Emparcelamento Rural Integrado
PIB	- Produto Interno Bruto
POERCAA	- Programa Operacional de Emparcelamento e Cessação da Actividade Agrícola
QCA	- Quadro Comunitário de Apoio
RACAP	- Real Associação Central da Agricultura Portuguesa
RGA	- Recenseamento Geral Agrícola
RSI	- Rendimento Social de Inserção
SAG-IP	- Sociedade de Agricultura de Grupo – Integração Parcial
SAU	- Superfície Agrícola Utilizada
UE	- União Europeia

# **1. INTRODUÇÃO**

## **1.1 Âmbito e objectivos da dissertação**

O presente trabalho surge no âmbito do estudo e pesquisa realizados para obtenção do grau de mestre em “Desenvolvimento Local: Território, Sociedade e Cidadania”, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Esta obra, intitulada “Associativismo e Desenvolvimento Local: O caso de Ribeira de Pena” tem, pois, natureza académica, concentrando-se, e limitando-se, à caracterização da estrutura do associativismo do concelho, em 2007, e à verificação dos seus níveis de actividade, bem como dos contributos que está dando ao desenvolvimento local. Como se verá adiante, os processos de geração e transformação de associações tanto se iniciam a nível local como a nível nacional, em qualquer caso havendo sempre factores condicionantes “externos”, quer positivos, quer negativos. Com vista àquele objectivo apresentamos de forma panorâmica as 27 associações identificadas em 2007, no dito concelho, as quais possuem estatutos jurídicos variados. Simultaneamente, olhamos com maior profundidade para quatro destas organizações sem fins lucrativos, as quais vincam no tempo, o contexto do antes, o durante e o depois da tentativa de realizar uma operação de emparcelamento na freguesia de Cerva. Destacamos, assim, parte relevante da organização social local e a correspondente acção colectiva ocorrida em Ribeira de Pena, isto sobretudo desde os anos 80 do século XX até 2007.

O nosso trabalho pretende, assim, descrever as particularidades do associativismo em Ribeira de Pena a partir de um quadro teórico delineado a pensar nas pessoas grupos e comunidades locais, isto no seio do território concelhio, como base espacial para o processo de desenvolvimento. Mais em particular, tentamos identificar algumas “causas”, digamos, razões e emoções que magnetizaram os indivíduos e permitiram superar os constrangimentos à acção colectiva.

## **1.2 A evolução do associativismo em Portugal**

Antes de mais, importa que nos situemos, ainda que sumariamente, no quadro geral da evolução do movimento associativo em Portugal. Este teve nos primórdios do século XIX o seu primeiro momento de implantação e expansão. Abolidas que foram as Corporações (por decreto de 1834, no contexto da revolução liberal), e iniciado então um tímido surto industrial, começam a

surgir associações populares<sup>1</sup> para responder às dificuldades quotidianas dos trabalhadores. Não admira portanto que as associações voluntárias sejam caracterizadas pelos sociólogos e historiadores como uma forma inovadora de organização da vida colectiva, tradutora da crescente diferenciação social e funcional própria das sociedades modernas. Nos países onde a mudança social foi mais lenta e tardia, como é o caso de Portugal, o associativismo teria menor expressão, embora os cidadãos mais esclarecidos apontassem as vantagens das associações para o progresso da nação. Com a implantação do Regime Liberal, em Portugal, no início do século XIX, a importância do princípio da associação entrou no horizonte dos propósitos legislativos do Estado. Porém, só com a modificação institucional subsequente se criaram as condições adequadas para a concretização de propostas desta natureza, nomeadamente pela emergência do conceito de cidadão enquanto indivíduo dotado de direitos e liberdades, entre os quais se foi afirmando o direito e a liberdade de associação.

O direito de associação embora fosse apresentado como parte dos direitos e liberdades dos cidadãos, era olhado com reservas. Por exemplo, as associações e as sociedades de utilidade pública que se dedicavam a fins económicos, culturais e recreativos, ainda que do ponto de vista dos princípios fossem consideradas desejáveis, não tiveram durante muito tempo um quadro legal adequado. A sua existência formal dependia da publicação de Decretos e Portarias para a aprovação dos respectivos estatutos, o que sucedia de modo casuístico. Apenas em 1867, com a publicação do Código Civil, passou a existir um enquadramento jurídico sistematizado e uniforme sobre o assunto. Quanto às associações e sociedades com fins particulares, sobretudo as constituídas com finalidade económica, gozavam do devido suporte jurídico desde 1833, data da publicação do Código Comercial.

É, portanto, compreensível que no início do século XX o número de associações existentes em Portugal fosse reduzido e pouco diversificado nos seus fins. Com a instauração da República o associativismo ganhou novo impulso, designadamente no apoio aos sindicatos agrícolas enquanto entidades de crédito agrícola. O Estado Novo<sup>2</sup> aproveitou o potencial do movimento associativo, enquanto instrumento de organização social para submeter os cidadãos a um sistema rígido de controlo, com a criação de “organizações estatais” de adesão obrigatória, por vezes com dispensa da

---

<sup>1</sup> O associativismo popular é uma prática com cerca de duzentos anos, enquanto instituição de beneficência, educação, recreio e desporto (Franco, 2006: 4).

<sup>2</sup> Instituído pela Constituição promulgada a 11 de Abril de 1933, tendo como base o “nacionalismo corporativo”. Nacionalismo porque estão subordinadas aos supremos objectivos da nação, com os seus interesses próprios, todas as pessoas singulares e colectivas que são elementos constitutivos do seu organismo. E a forma de estruturar política e harmoniosamente tal sujeição dos interesses atomizados ao interesse nacional foi a construção do “Estado Social e Corporativo” em estreita correspondência com a constituição natural da sociedade, condicionou toda a sociedade portuguesa e concomitantemente a organização associativa.

necessidade de inscrição. São disso exemplo incontornável os Grémios da Lavoura, as Casas do Povo e as Casas de Pescadores.

Com a revolução do 25 de Abril de 1974, abrem-se novos horizontes ao associativismo. Para lá do estímulo à participação popular, verifica-se um reconhecimento efectivo de liberdades e direitos de cidadania, patente na eliminação da ligação obrigatória a determinadas organizações. Não surpreende, pois, que em pleno período revolucionário tenham surgido também diversas associações e movimentos políticos, um resultado directo e imediato da conquista da liberdade de expressão.

Contudo, ao nível local, em meio rural, apenas foram surgindo algumas iniciativas de carácter humanitário, recreativo, cultural ou desportivo, muitas das vezes por fragmentação das organizações existentes: ou era o grupo desportivo, o rancho folclórico ou o grupo de cantares que, saído da Casa do Povo, se autonomizava e, nalgum dado momento, se legalizava. Noutras ocasiões tratava-se de grupos que surgiam como novas iniciativas, quase sempre na forma de associações culturais, desportivas e recreativas. Muitas destas organizações tinham por linhas de fractura desentendimentos e rancores antigos, que a liberdade democrática no pós 25 de Abril permitiu que se exteriorizassem. As “organizações estatais” do Estado Novo sofrem grandes alterações, mas o Estado pós-revolução 25 de Abril não remete para o povo a decisão do rumo a seguir, impõe inicialmente um caminho. As Casas do Povo vêem os seus fins reformulados, os Grémios da Lavoura são extintos e transformados em cooperativas agrícolas. Depois de um longo período de negação dos direitos de expressão e reunião nos quase 50 anos do regime salazarista, é natural que o número de iniciativas não seja abundante nem diverso. A título de exemplo registamos que volvidos pouco mais de trinta anos, sobre a conquista da liberdade democrática, Martins (2007) com base nas estatísticas do INE de 1995 e 2004, indica existirem 17787 associações culturais, recreativas e desporto, em Portugal, estimando que cerca de metade se constituiu após o 25 de Abril de 1974.

A par das associações de cultura, recreio e desporto, muitas das quais diversificaram as suas actividades, emergiram outros tipos de associativismo. Por exemplo, de defesa do património, dos consumidores e dos moradores bem como de apoio às vítimas. Refira-se ainda o associativismo, juvenil e de estudantes ou o centrado no ambiente e ecologia. Juntamos por fim, os exemplos das associações de pais e de famílias e ainda de pessoas com deficiência. No começo da década de oitenta do século XX, surgem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). No final da década fundam-se as primeiras organizações focadas nas preocupações de desenvolvimento integrado, rural, local, comunitário, social, etc.

Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, multiplicaram-se as oportunidades de participação da sociedade civil, através das suas organizações,

em projectos e acções que foram sendo patenteadas sucessivamente nos regulamentos dos três quadros comunitários de apoio ao desenvolvimento do país (1989-2006). É também em 1986 que a CEE relança o objectivo da Coesão Económica e Social, com o Acto Único Europeu, o que origina sucessivas reformas nos fundos estruturais<sup>3</sup> que se passam a direccionar prioritariamente para a redução das disparidades regionais a nível europeu. É nesta linha que encontramos um exemplo incontornável que surge com o objectivo geral de procurar soluções inovadoras, de carácter exemplar, assegurando a melhor ligação possível entre as diversas acções sectoriais, o Programa de Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER)<sup>4</sup>. A originalidade desta iniciativa é a sua verdadeira dimensão local, já que só actores locais intervenientes num dado território e conhecedores das suas especificidades podem desenvolver acções LEADER. Em Portugal muitas foram as associações criadas para dar acolhimento às 20 candidaturas aprovadas no LEADER I (1991-1994), no universo de 217 a nível europeu, que logo cresceram para 49 no LEADER II (1994-1999), quando o número em toda a Europa subiu para 972. O sucesso desta iniciativa foi tal que continuou com o LEADER+ (2001-2006), no terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA III). A partir de 2007, com reforço de meios financeiros, a acção continua naquilo a que se designa por “abordagem LEADER”. É, portanto, natural que este tema tenha despertado o interesse de investigadores como, entre outros, J. Portela (1996), R. Serafim (1999), L. Moreno (2002, 2003).

A cronologia de fundação de organizações demonstra também a capacidade de responder à oferta de recursos e satisfação de necessidades. Como demonstra a análise de Moreno (2003: 46):

“temos uma distribuição bimodal que traduz a maior constituição de entidades entre 1991 e 1994, precisamente nos anos em que se dá início ao LEADER I e LEADER II, razões de constituição de várias associações. No entanto, é verificável que é a partir de 1987, com o afluxo de fundos comunitários, na antecedência do QCA I (1989-93), se dá início à criação de condições para que o movimento associativo cresça. Como o QCA II coincide com o lançamento do LEADER II, compreende-se o paroxismo de 1994. Daí em diante, torna-se cada vez menor a constituição de novas entidades, à medida da saturação das oportunidades de dar resposta às necessidades sociais mais conhecidas.”

---

<sup>3</sup> Como se sabe os instrumentos comunitários de Coesão Económica e Social são o Fundos Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), criado em 1975, O Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - Secção Orientação (FEOGA - Orientação) e, desde 1993, o Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP). O Fundo de Coesão, instituído pelo Tratado de Maastricht, destinou-se a consolidar o objectivo de coesão económica e social.

<sup>4</sup> Iniciativa Comunitária instituída pela Comunicação aos Estados membros nº 91/C 73/14, de 19 de Março de 1991.

O reconhecimento da importância das organizações da sociedade civil cresce e alastra e sinal disso mesmo se acha de modo bem patente no preâmbulo do parecer do Comité Económico e Social Europeu (2006). Aqui se lavrou a seguinte declaração:

“nos últimos 10 a 15 anos, o interesse das instituições europeias por um diálogo com a sociedade civil, em particular a sociedade civil organizada europeia, não parou de aumentar. De facto, as instituições reconheceram que não pode haver boas decisões políticas sem que os cidadãos sejam ouvidos e sem que as pessoas a quem as decisões comunitárias dizem respeito participem no processo e dêem o seu aval”.

Podemos dizer que se vê aqui um compartilhar da crença nas virtudes cívicas e democráticas do envolvimento associativo, inspirado nas concepções liberais de Alexis Tocqueville (2002). Como afirma Kerstenetzky (2003: 131):

“uma sociedade rica em vida associativa – por contraste com um agregado indiferenciado de indivíduos que trocam bens e serviços – evoca a imagem de uma comunidade que se autogoverna, que faz democracia com as próprias mãos”.

A emergência e a maior visibilidade social das organizações da sociedade civil nas suas várias formas e denominações (associações, fundações, federações, cooperativas, etc), frequentemente agrupadas como “Organizações Não Governamentais” (ONG), constituindo o chamado terceiro sector<sup>5</sup>, tem duas “causas” principais. Segundo Vilarinho (2003) e Carvalho (2005) por um lado, a necessidade de superação da dualidade público/privado e, por outro lado, a crença de que este novo sector pode dar as respostas que o Estado (primeiro sector) já não dá nem pode dar e que o mercado (segundo sector) não procura dar.

### **1.3 A explosão recente do associativismo em Ribeira de Pena**

Contrariando a ideia de muitos quanto ao grau de “participação” em organizações locais podemos dizer que em Ribeira de Pena há sinal de “democracia participativa”, que ela é notória, sendo expressa na explosão de associações ocorrida em muito pouco tempo.

De entre as cerca de três dezenas de associações locais a que prestaremos atenção, examinaremos em maior profundidade as seguintes:

---

<sup>5</sup> O terceiro sector integra aquelas organizações que não sendo Estado, produzem bens e serviços de interesse geral e que, embora sejam privadas, não têm como objectivo principal a apropriação individual do lucro.

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cerva (1982);
- Grupo de Tecelagem de Limões (1986);
- ADRIPÓIO – Associação de desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Poio (1998).
- Associação Florestal de Ribeira de Pena (2000);

A história rica e variada do associativismo em Ribeira de Pena ilustra muito bem alguns processos sociais locais. As associações sob observação, sobretudo as quatro acima referidas, são focos iluminadores de que há actores sociais e “forças vivas” com poder e vontade própria, forças essas que amiúde agem como mediadores entre a governação nacional e as micro-comunidades territoriais. A sua fundação ocorre precisamente nos períodos mais activos de constituição de associações no concelho nas décadas de 80 e 90 do século XX, o que permite analisar as particularidades que favoreceram a emergência dessas organizações. Assim se procurará compreender as fundações que lhe estiveram subjacentes. Note-se, desde já, que as primeiras surgem no contexto do processo de democratização iniciado em 1974 e as segundas nascem enquadradas nas dinâmicas geradas pela elaboração de um projecto de “emparcelamento rural integrado” no concelho de Ribeira de Pena, na freguesia de Cerva, a partir de 1995. Neste projecto, onde o autor desempenhou funções de coordenação da equipa técnica, foi tentada uma abordagem social, que pode ser classificada de pioneira. Isto mesmo é reconhecido por observadores externos, designadamente por Portela (2005:55), que, a propósito, escreveu: “[este projecto de emparcelamento] é pioneiro na tentativa de animar um movimento associativo local com vista a potenciar as dinâmicas socioeconómicas directa ou indirectamente relacionáveis com a obra do emparcelamento”.

De facto, em 1974, o concelho de Ribeira de Pena contava apenas com duas Misericórdias, fundadas em 1918 e 1948; um Grémio da Lavoura, implantado na década de trinta do século XX; e duas Casas do Povo, ambas fundadas em 1948. De 1974 até 1996, o número de organizações no concelho cresceu, passando a contar com dezassete entidades, isto é, aumentou 12 unidades em 23 anos: dois grupos desportivos; duas associações humanitárias de bombeiros; quatro associações, culturais, desportivas e recreativas; duas cooperativas de artesanato; um clube de caça e pesca; e ainda um Centro Paroquial com estatuto de IPSS. Grosso modo, numa vintena de anos, verifica-se a formação de uma organização por cada biénio. De 1997 a 2001 o ritmo de “partos” de organizações locais acelera. Mais precisamente, dois anos após a chegada dos técnicos do emparcelamento e em apenas quatro anos, foram criadas 10 novas entidades, seis das quais apoiadas muito activa e directamente pelos referidos técnicos, a saber:



- 1997 - Clube de Caça e Pesca do Poio;
- 1998 - ADRIPÒIO Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Pòio;
- 2000 - Associação Florestal de Ribeira de Pena;
- 2000 - Associação Cultural, Desportiva e Recreativa – Casa do Povo de Cerva (refundação);
- 2000 - Associação Desportiva e Cultural de Agunchos;
- 2001 - Sociedade de Agricultura de Grupo de Integração Parcial.

No mesmo período, surgiram outras associações, embora sem qualquer intervenção do pessoal técnico adstrito ao projecto de emparcelamento. Foram elas as seguintes:

- 1998 - UNILSETE – União Juvenil das Sete Freguesias;
- 1999 - Núcleo da Cruz Vermelha Portuguesa;
- 2000 - Associação Pisão Louredo;
- 2004 - Amigos de Cerva – Associação Desportiva, Recreativa e Cultural.

Do esforço prolongado e persistente de difusão de informação e de mobilização de actores realizado pelos técnicos do emparcelamento, isto em parceria com as organizações e líderes locais, resultaram compromissos com a resolução efectiva de problemas. Por vezes, sob a forma de acordos escritos, como aconteceu entre a Junta de Freguesia de Cerva e o Conselho Directivo do Baldio de Agunchos e Formoselos, para a constituição da Associação Florestal de Ribeira de Pena (Anexo I), em 1999. Estes compromissos deram frutos, traduzidos estes na criação e funcionamento de um número significativo de organizações, tudo isto num curto espaço de tempo. O fenómeno é tanto mais relevante quanto a vivência associativa em Ribeira de Pena era pouco dinâmica.

A mobilização dos actores locais, suscitando a sua participação em processos democráticos, assente na elaboração de estratégias alternativas específicas e de projectos controlados por si, foi dando coesão aos grupos fundadores de cada associação. Organizar-se já era, de certa forma, começar a ter olhos para o colectivo em detrimento do individual. As associações permitiram assim aumentar a assiduidade e intensidade das relações que as pessoas mantêm entre si, constituindo um desafio contínuo à comunidade para participar. O nascimento de cada nova organização explorou os espaços vazios existentes entre as redes de relações tradicionais, características da comunidade, inserindo-se em redes múltiplas e sobrepostas, complexificando a teia de laços sociais, gerando equilíbrios e desequilíbrios, criando entropia. Desta forma, passou a haver novos interlocutores e novos meios para se alcançar o desenvolvimento do território.

#### **1.4 As questões de partida**

Este trabalho arrancou com quatro preocupações essenciais. A primeira era alcançar uma visão panorâmica do associativismo em Ribeira de Pena. A segunda consistia em tentar perceber, do modo mais aprofundado possível, nalguns casos, como se fundaram as associações. A terceira preocupação traduzia-se em verificar se as organizações instituídas resistiram ao entusiasmo inicial e mantinham, ou não, como válidos os objectos sociais para os quais tinham sido constituídas. Ou seja, manter-se-iam activas, ou não? A quarta e última preocupação de partida era a seguinte: em que medida o designado terceiro sector daria contributos objectivos, digamos, observáveis, para a fixação da população em Ribeira de Pena.

#### **1.5 Contexto da nossa observação e participação**

Entender a lógica que preside à organização social de dado território representa sempre um desafio, mas assim é muito particularmente quando no dia-a-dia somos confrontados com a necessidade de melhorar os mecanismos de participação e acção colectiva num dado local. Assim, realizar uma investigação nesta temática é fruto do interesse particular do autor, o qual se relaciona com as funções que desempenhou na sua vida profissional e com o seu envolvimento como cidadão em actividades associativas.

Com uma participação activa na vida local entre 1995 e 2007, com intensidade que variou ao longo do tempo, particularmente difusa a partir de 2004, não podemos deixar de esclarecer as posições pretérita e presente que ocupámos no processo. Trabalhámos e residimos em Cerva entre 1995 e 2002, desempenhando funções técnicas ao serviço do Ministério da Agricultura, coordenando a elaboração do projecto de emparcelamento de Cerva/Basto. Também desempenhámos funções dirigentes na ADRIPÒIO (1998-2007 – presidente da Direcção, tendo delegado todas as funções entre 2004 e 2007); na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cerva (2000 a 2003 – presidente da Direcção, passando desde então a exercer o cargo de presidente da assembleia-geral), na CACER, CRL (desde 2000 presidente do Conselho Fiscal). Assim, ao longo de mais de uma década (1995-2007) exercitámos cidadania em estreita articulação com a comunidade ribeirapense, especialmente com os cervenses.

De facto, se parecia claro que uma estrutura associativa, com força e consciência da grandeza das propostas do projecto de emparcelamento, poderia superar com eficiência as

limitações do normativo regulamentar do PAMAF<sup>6</sup>, evidente ficava também que a conservação das obras e a sua valorização, a favor da comunidade, seria mais garantida.

Ao longo de década e meia, entre 1987 e 2002, trabalhámos na Região Agrária de Entre Douro e Minho, na execução e coordenação de projectos de emparcelamento. Neste período ocorreu a primeira reforma da Política Agrícola Comum<sup>7</sup> (PAC), após a integração de Portugal na CEE, na qual é reconhecida e valorizada a dupla função dos agricultores, designadamente enquanto produtores de matérias primas e de alimentos e enquanto agentes decisores do desenvolvimento rural, do ordenamento do território e da protecção ambiental. Por outro lado, a nova PAC favorecia, de facto, a extensificação da produção ou a manutenção da produção extensiva já em curso. No entanto, pretendia também garantir estabilidade nas produções, sem retirar eficiência, estando, necessariamente, subjacente a ideia de introduzir eficiência onde ela não existia (Azevedo, 1996: 236), garantindo continuidade ao eixo destinado à promoção da competitividade da agricultura e do desenvolvimento rural no âmbito do primeiro Quadro Comunitário de Apoio, através do Programa Específico para o Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP)<sup>8</sup>. A decisão da Comissão, relativa ao estabelecimento do QCA para as intervenções estruturais comunitárias no território nacional reconheceu então que o sector se caracterizava por uma fraca produtividade, associada a uma insuficiente qualificação da mão-de-obra e a um rendimento *per capita* bastante baixo. Assim, para assegurar uma integração harmoniosa da agricultura portuguesa na PAC, considerou-se necessário um esforço de melhoria das estruturas de produção, transformação e comercialização de

---

<sup>6</sup> Portaria nº 809-A/94, de 12 de Setembro. A Acção Emparcelamento da Medida 1 do Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF) veio dar continuidade ao POERCAA e estabelecer um regime de aplicação da acção “emparcelamento”, substancialmente diferente do anterior, nomeadamente, identificando os beneficiários (art. 45.º) - “Podem ser beneficiários das ajudas previstas nesta secção: Projectos de ordenamento fundiário: agricultores e titulares dos prédios rústicos, através das suas associações, e autarquias locais”. A responsabilidade pela execução dos projectos fica a cargo dos proponentes (associações ou autarquias locais) admitindo-se, contudo, a possibilidade do beneficiário atribuir a execução a organismos da administração central (nº 2 do art. 51.º). A atribuição das ajudas é feita, ao abrigo de contratos celebrados entre os beneficiários e o IFADAP, salvo nos casos em que a execução dos projectos seja atribuída pelo beneficiário a organismos da administração central, situação em que são celebradas convenções de financiamento entre estas e o IFADAP.

<sup>7</sup> As complementaridades entre objectivos e a racionalidade dos instrumentos face aos objectivos da PAC começaram a ser postos em causa quando a produção ultrapassou as necessidades de abastecimento, o que aconteceu com regularidade a partir de 1960. A primeira proposta importante de reforma da PAC surge em 1968, sendo o seu principal autor Sicco Mansholt, que deu assim o nome pelo qual é vulgarmente conhecido este documento “Plano Mansholt” (Cordovil, 2004: 43).

<sup>8</sup> O QCA I (1989-1993), no eixo 4, onde se incluía o PEDAP, contemplou um conjunto de acções que visavam: a) melhorar as condições físicas e estruturais da produção; b) desenvolver os recursos humanos no meio rural, com vista a elevar o nível de formação dos agricultores e preparar a população agrícola para o exercício de actividades alternativas; c) melhorar a eficácia das explorações agrícolas, os produtos agrícolas e potenciar o desenvolvimento de actividades complementares, com o propósito de modernizar as explorações e as estruturas de transformação e de comercialização; d) reorientar e melhorar, qualitativamente, a produção agrícola, através da reconversão para produções de variedades mais adaptadas à evolução dos mercados, da promoção de produtos de qualidade e da melhoria sanitária e vegetal; e) desenvolver e valorizar o potencial endógeno das zonas rurais, através de uma abordagem multi-sectoriais e de actuação, concentrada em pólos de desenvolvimento rurais.

produtos agrícolas. Como reconhecia o ex-Ministro da Agricultura A. Cunha (1996: 9): “não existe uma agricultura europeia. Existem muitas e diferentes agriculturas europeias.”

De acordo com esta estratégia, centrada na redinamização do potencial agrícola de certas zonas, seria possível aumentar o rendimento agrícola e travar o êxodo rural. É assim que, aquando da realização do Programa de Desenvolvimento Agrícola Regional (PDAR) de Basto (1989), foram identificados na zona, alguns potenciais perímetros de emparcelamento, entre os quais figurava, o de Cerva, no concelho de Ribeira de Pena. Daqui resulta a inclusão do perímetro de Cerva no Programa Operacional de Emparcelamento e Cessação da Actividade Agrícola (POERCAA).

Todo o processo de emparcelamento passa por três fases: estudo prévio, elaboração do projecto e execução da obra. Em 1991/92 realizou-se o estudo prévio do Perímetro de Emparcelamento Rural Integrado (PERI) de Cerva/Basto, englobando a totalidade da freguesia de Cerva. Pela complexidade e extensão das intervenções propostas<sup>9</sup>, o estudo prévio apontava a necessidade de dinamizar os beneficiários para o desenvolvimento de uma estrutura organizativa capaz de aprofundar as formas de participação dos proprietários e rendeiros (Cunha e Guimarães, 1992).

No início dos trabalhos, a Cooperativa Agrícola de Ribeira de Pena era a única organização agrícola do concelho, com muito poucos cooperantes e, por isso, não reconhecida como representando os agricultores residindo ou trabalhando no dito município e muito menos dos proprietários envolvidos na operação de emparcelamento da freguesia de Cerva. Na constituição do órgão de emparcelamento “Comissão de Apreciação” o representante dos proprietários (alínea b) do artigo 32º do Decreto-Lei 103/90, de 22 de Março) teve de ser eleito em assembleia, por falta de uma associação de proprietários com condições para a sua designação. A necessidade de desenvolver a organização dos beneficiários tornou-se ainda mais determinante dado que o QCAII limitava o acesso directo do Estado às ajudas financeiras.

## **1.6 Metodologia seguida**

Para delimitar este estudo e definir os conceitos de que vamos fazer uso, procedemos a consulta bibliográfica nos domínios da sociologia, psicologia e desenvolvimento local.

Para caracterizar o território em que as organizações locais estudadas se inserem, recorreremos a uma breve apresentação quer das características da população local e da sua evolução, quer do

---

<sup>9</sup> Para o PERI Cerva/Basto, com 4783 ha, o estudo prévio previa a elaboração dos seguintes projectos: emparcelamento integral - 450 ha, incluindo a reconversão de cerca de 70 ha de vinha; emparcelamento simples - 930 ha; emparcelamento florestal e florestação 847 ha, elaboração de proposta de reflorestação e aproveitamento silvo-pastoril em área de baldio 2500 ha, recuperação de 800 ha de regadio tradicional; melhoria da rede viária (caminhos agrícolas e rurais) na extensão de 52 Km (beneficiação e novos traçados).

espaço de intervenção e da sua actividade económica, deitando mão da informação estatística do INE (Censos e RGA).

A apresentação das associações será feita independentemente do estatuto jurídico, tipificadas em seis grupos, a saber:

1. associações centradas nos recursos naturais;
2. associações centradas nas artes e ofícios tradicionais;
3. associações de solidariedade;
4. associações de cultura, desporto e recreio;
5. associações “políticas”;
6. associações de desenvolvimento local.

A recolha de informação relativa aos antecedentes históricos, data de fundação e objecto social de cada organização requereu a leitura dos estatutos. A pesquisa documental serviu ainda para inventariar o trabalho realizado pelas diversas organizações, a sua situação actual e a evolução previsível. Deitámos mão à leitura de documentos produzidos pelos respectivos órgãos sociais (planos de actividades, contas de gerência, relatórios diversos, projectos e estudos), aos quais tivemos acesso por variadas vias. Recorremos ainda a conversas informais com antigos e actuais dirigentes para esclarecer detalhes ou complementar informação que a nossa memória havia perdido.

Dado que durante mais de uma década, participámos nos órgãos sociais de várias das organizações e preparámos eventos (seminários, colóquios e festas) em parceria com mais de uma dúzia destas entidades locais, evidentemente, aqui e agora, recorreremos também ao conhecimento pessoal, relativamente aprofundado em parte delas. As memórias, notas e registos pessoais, (porventura subjectivos), desta “observação participante”, complementam os documentos anteriormente referidos. O que dissemos acerca da situação actual e do nosso conhecimento da evolução previsível resultam da nossa observação das actividades de cada associação até 2007, sobre a composição da equipa que dá rosto à associação e acerca da sequência dos projectos em que ela está envolvida.

Podemos dizer que acabámos por assumir o papel duplo de um “observador participante” [Portela (1985) e Iturra (1990)]. Por um lado, enquanto observador e relator dos objectos de estudo aqui sob análise; por outro lado, enquanto participante como técnico e coordenador do projecto de emparcelamento e dirigente associativo. Representando simultaneamente um desafio investigar e

registar do ponto de vista académico, factos e acontecimentos que nos são próximos e profundamente conhecidos. Assim, corremos o risco assinalado por Portela (1985: 173):

“Quando o observador participante acaba por assumir o papel de participante genuíno, vê extraordinariamente limitada a sua capacidade de conhecer o seu grupo de fora para dentro e de dentro para fora simultaneamente. Além disso, coloca-se a si mesmo interrogações de ordem ética quando é chegado o momento de difundir para o exterior do seu grupo, tribo, pequena aldeia ou comunidade rural os resultados da sua observação e análise.”

Embora correndo o risco de não conseguir transmitir de forma isenta a visão de “dentro” e de “fora” das organizações, a nossa experiência é pessoal e consequentemente única. Superadas as questões éticas valerá a pena contar e analisar a “nossa história”, pois se não o fizermos ninguém o fará.

## **1.7 Estrutura do estudo**

Partindo de uma panorâmica geral das associações existentes em Ribeira de Pena, examinamos a forma como estas se posicionam no espaço e no tempo bem como a sua distribuição pelos tipos definidos. Depois, apresentamos as 27 organizações identificadas no concelho de Ribeira de Pena, identificando para cada uma: o local da sede, ano de constituição, evolução inicial situação actual e número de associados, indicação dos laços que os vários dirigentes têm com as organizações vizinhas por nelas participarem como associados ou dirigentes e nos casos em que se aplique faremos também referência à estrutura interna. Para a AHBV de Cerva, Grupo de Tecelagem de Limões, ADRIPÒIO e AFRP pretendemos identificar as motivações que estiveram na sua origem, isto é, procuramos entender as razões e emoções que estão subjacentes e de que forma esta acção colectiva contribui para o “desenvolvimento local”, ou seja, para o binómio território-sociedade do concelho.

Assim, o estudo é composto por cinco capítulos. No Capítulo 1, a Introdução, apresentamos e delimitamos o assunto, justificamos o tema e apresentamos as questões de partida. Fazemos o enquadramento geral do tema e explicamos o contexto da nossa observação e participação, bem como a metodologia seguida. No Capítulo 2, O Travejamento Teórico, apresentamos o quadro teórico que suporta o trabalho. No Capítulo 3, intitulado Ribeira de Pena: território, gente e economia local, fazemos uma caracterização sumária do concelho, enquanto comunidade territorial que serve de base ao estudo de caso. Seguidamente, no Capítulo 4, Associativismo em Ribeira de Pena, apresentamos as 27 organizações identificadas no concelho. Por último, no Capítulo 5, são

expostas as Notas conclusivas. Aqui procuramos estabelecer um certo vaivém entre o quadro teórico e a observação empírica, vincando as ideias mais marcantes que ressaltam do papel do associativismo no processo de desenvolvimento do concelho de Ribeira de Pena.

## **2. O TRAVEJAMENTO TEÓRICO**

Um estudo empírico necessita de se ancorar em conceitos claros que lhe dêem cobertura teórica e solidez argumentativa nas explicações que venha a formular. O travejamento teórico que incluímos neste capítulo pretende aprofundar de forma clara e coerente o conjunto de noções mais pertinentes que orientaram a recolha de dados empíricos sobre a realidade observada. Assim, arrumamos os conceitos em seis pontos, constituindo cada ponto, uma viga mestra da cúpula teórica que sustenta o estudo.

Entre os laços sociais, necessários para o desenvolvimento do Homem, alguns como a família e a sociedade política, correspondem mais imediatamente à sua natureza íntima; outros são antes fruto da sua livre vontade. No nosso tempo, devido a várias causas, as relações e interdependências mútuas multiplicam-se cada vez mais. Ora, isto dá origem a diversas organizações e instituições, quer públicas quer privadas. Este facto, promove a socialização e traz consigo muitas vantagens, em ordem a confirmar e desenvolver as qualidades da pessoa humana e a proteger os seus direitos. Viver e relacionar-se com outros grupos, associações e organizações é um aspecto universal de virtualmente todos os seres humanos.

### **2.1 Comunidade, sociedade e individualismo**

A realidade da vida quotidiana do homem é partilhada com outros. Desta partilha resultam relações sociais diversas. Porém, todas as relações resultam de uma interacção. Existe interacção entre duas pessoas quando o comportamento de uma afecta e é afectado pelo comportamento da outra. O simples prestar atenção permite-nos construir uma conexão emocional, isto é, criar sintonia entendendo-se esta como o ir mais além da empatia momentânea, ou seja, uma presença plena e continuada que facilita a relação. Segundo Goleman (2006: 90) “A empatia lubrifica a sociabilidade, e nós, os seres humanos, somos animais sociais por excelência.”

A comunidade é uma relação social de convivência comum, permanente e autêntica, ou seja, espaço íntimo, familiar e exclusivista, que de acordo com Weber (1997: 66) “se funda na solidariedade sentida (afectiva ou tradicional)”. Estas relações sociais são as vias pelas quais se criam identidades colectivas de vizinhança, de região, de raça, de etnia, religião, que vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos e a temporalidades partilhadas passadas, presentes ou futuras. A comunidade é, portanto, tão antiga quanto o homem. Como fazia notar Tönnies (1835-



1936) *in* Cruz (1995: 511-515), a essência da comunidade “é vida real e orgânica”, pelo que deve ser entendida como “organismo vivo”. Ainda nas palavras de Tönnies, tanto na comunidade como na sociedade, as pessoas, vivem pacificamente lado a lado. Contudo, “enquanto que em comunidade permanecem unidos apesar de todas as separações, em sociedade estão separados apesar de tudo o que os une”.

Para autores como Spencer (1820-1903), Weber (1997), Tönnies (1835-1936), Parsons (1974), Berger e Luckmann (1999), sociedade é a designação colectiva para um certo número de indivíduos. A sociedade apresenta-se assim, como conjunto organizado e estável de pessoas que procuram juntos, no espaço público, de forma voluntária, por motivos racionais, a realização de determinados objectivos, como um agregado. As sociedades, tal como os organismos vivos, começam sob a forma de embriões, têm origem em massas que são extremamente pequenas em comparação com aquelas que algumas delas chegam por vezes a atingir. Há assim uma analogia entre os organismos vivos e o processo de socialização dos indivíduos e dos grupos na sociedade<sup>10</sup>.

Parsons (1974: 19), por sua vez, define “sociedade como o tipo de sistema social<sup>11</sup> caracterizado pelo nível mais elevado de auto-suficiência com relação ao seu ambiente”. Significando esta auto-suficiência estabilidade de intercâmbio e capacidade para controlar este ambiente em benefício do funcionamento societário.

Para Simmel (1858-1918) *in* Cruz (1995: 551), “a sociedade é um conceito abstracto e vazio, da qual a sociologia só pode tratar de conhecer as relações de causa e efeito que existem entre as determinações e as fases particulares das associações, cada sociedade concreta apresenta uma combinação individual destes elementos e destas forças”. Isto é, como faz notar Durkheim (1858-1917) *in* Cruz (1995: 306) “a sociedade tal como outros sistemas sociais é uma realidade *sui generis*”.

Na perspectiva do pensamento complexo, Edgar Morin (2003: 126), apresenta indivíduo e sociedade como lados inseparáveis e interdependentes de uma mesma realidade.

---

<sup>10</sup> Esta visão organicista contrapõe-se à visão mecanicista, isto é, uma visão filosófica da natureza, segundo a qual o Universo e qualquer fenómeno que aí se produz podem e devem explicar-se de acordo com as leis dos movimentos materiais, ou seja, redução dos fenómenos físicos a processos mecânicos e os factos biológicos a mera actividade físico-química. O modelo de racionalidade científica mecanicista (“ideia do mundo-máquina”), constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI, acabando por se transformar no paradigma dominante até à actualidade. São hoje muito fortes os sinais de que o paradigma mecanicista está numa crise profunda e irreversível que se iniciou com Einstein e a mecânica quântica e não se sabe ainda quando acabará. A emergência de um novo paradigma já se anuncia mas a sua configuração ainda só se pode obter por via especulativa (Santos, 2003).

<sup>11</sup> Para Parsons o sistema geral de acção é composto por quatro sistemas primários: sistemas sociais; sistemas culturais; sistemas de personalidade e organismos comportamentais. As quatro funções primárias atribuídas a todos os sistemas de acção são: manutenção de padrão, integração, realização de objectivo e adaptação. Atribuindo a primazia de cada função relativamente aos subsistemas da seguinte forma: s. social – integração; s. cultural – manutenção do padrão; personalidade – realização de objectivo e organismo comportamental - adaptação.

“A sociedade é produzida pelas interacções entre os indivíduos que a constituem. A própria sociedade, como todo organizado e organizador, retroage para produzir indivíduos pela educação, pela linguagem, pela escola. Assim, os indivíduos, nas suas interacções, produzem a sociedade, que produz os indivíduos que a produzem. Isto faz-se num circuito espiral através da evolução histórica”.

A forma da sociedade é determinada por todos os elementos que sobre ela agem e, uma vez determinada, reage sobre os elementos; pode mesmo dizer-se, portanto, que existe uma mútua determinação. Podemos agrupar os elementos mencionados em três categorias. Na primeira categoria, estão os elementos bióticos (fauna e flora) e abióticos (solo clima, orografia, etc.). Na segunda categoria juntamos outros elementos externos a uma dada sociedade, num dado tempo, isto é, as acções das outras sociedades sobre estas, que são externas no espaço, e as consequências do estado anterior desta sociedade, que são externas no tempo. Na terceira e última categoria, englobamos os elementos internos, os principais dos quais são a raça, os sentimentos que manifestam, as inclinações, etc. Em todo o caso, quer seja pequeno ou grande o número de elementos que escolhermos, consideramos que constituem um sistema, a que chamaremos sistema social.

Para analisar a estrutura dos sistemas sociais, Parsons propõe o uso de quatro tipos de componentes: valores; normas; colectividades e papéis; independentemente variáveis.

O sistema social tem a função primária de integração na medida em que lhe cabe coordenar as unidades que o constituem, quer se trate de indivíduos, quer se trate de colectividades que para este efeito são tratadas como actores. As normas, que frequentemente incorporam valores e orientações, permitem desenvolver a integração e são específicas para determinadas funções e tipos de situação de determinados papéis e colectividades. O sistema cultural é organizado em torno de características de complexos de sentido simbólico, isto é, códigos e condições da sua utilização, manutenção e mudança. Assim, os valores têm primazia no funcionamento e manutenção de padrão dos sistemas sociais, pois são concepções de tipos desejáveis de sistemas sociais que regulam a apresentação de compromissos pelos indivíduos e colectividades. A primazia da realização de objectivos é atribuída ao sistema de personalidade. Se lembrarmos que o homem persegue objectivos e estes nunca se podem alcançar no completo isolamento, de imediato somos levados para as colectividades como componente estrutural da realização de objectivos. As colectividades são aqui referidas no sentido genérico, tendo por princípio a satisfação de dois critérios. Primeiro, que tenham um estatuto de participação bem definido de forma a tornar possível diferenciar entre participantes e não participantes. O segundo critério prende-se com a diferenciação entre os

participantes, clarificando os que têm funções dentro da colectividade. O papel é o tipo de componente que tem primazia na adaptação, nomeadamente às condições do ambiente ou simplesmente no ajustamento das expectativas do conjunto de indivíduos que participam em determinada colectividade. Os papéis abrangem as zonas primárias de interpenetração entre o sistema social e a personalidade do indivíduo. No entanto, um papel nunca representa a visão exclusiva de um indivíduo.

Aqui chegados, importa compreender as origens do individualismo contemporâneo.

Como veremos adiante, o grupo é constituído por sub-unidades, tendo como elemento base, o indivíduo. Por toda a parte e desde sempre, o indivíduo é o actor de base, mas enquanto representante de um grupo. Contudo, uma das mais surpreendentes originalidades da modernidade ocidental foi o ter transformado o indivíduo na efectiva célula base da sociedade<sup>12</sup>. A explicação sociológica e histórica do individualismo contemporâneo<sup>13</sup> segue pelo menos três vias que se cruzam e se continuam no tempo, constituindo provavelmente apenas uma. A primeira via surge com o aparecimento da nação enquanto agrupamento natural de cidadãos de um Estado, que vivem, portanto, no mesmo território, sujeitos a um governo comum e ligados por leis e interesses também comuns. Este novo organismo colectivo dá coerência e coesão aos grupos e redes, sem necessidade dos vínculos sociais intermédios, que se tornam inúteis, ao considerar o indivíduo como célula do organismo nacional. A segunda via tem um forte marco na Revolução Francesa (1789), com a democratização das práticas políticas europeias. Cada indivíduo é transformado num cidadão. O edifício político passa a assentar sobre os indivíduos e não sobre os grupos. A terceira via é económica. A transformação industrial do século XIX e XX, marcada pelos avanços técnicos na melhoria da eficácia na produção de bens e serviços, aumenta a complexidade dos processos produtivos e exige mão-de-obra cada vez mais qualificada. Maiores qualificações individualizam por diversos caminhos. Directamente, ao desenvolver a auto-consciência através da escolarização. Indirectamente, através do capital humano. Cada indivíduo passa a ser detentor de um capital que só ele pode gerir, e que tem de gerir da melhor maneira, sob pena de ser marginalizado pela competitividade. Da mesma forma, a probabilidade de obter sucesso e ser eficaz é tanto maior quanto mais estiver confiado ao indivíduo a gestão desse capital. Em resultado da eficácia anteriormente referida, resultam benefícios para o mercado e para o indivíduo. Os benefícios

---

12 A sociedade moderna tem origem no fim da Idade Média, com a diferenciação da divisão do trabalho. “Na Europa medieval, a linhagem, o género, o *status* social e outros atributos relevantes para a identidade eram todos relativamente fixos. Havia transições que tinham de ser feitas ao longo dos vários estádios da vida, mas eram governados por processos institucionalizados e o papel individual era neles relativamente passivo” (Giddens, 2001: 69).

13 Este é um problema central para muitos dos fundadores da sociologia como Tocqueville (1805-1859, 2002), Durkheim (1858-1917), e Weber (1864-1920).

individuais, nomeadamente os económicos, permitem ao indivíduo desligar-se do seu ascendente social [Baechler (1995: 61); Monteiro (2004: 118–134); Gleitman (1999: 943)].

Não é necessário entrar em grandes pormenores acerca das transformações da sociedade moderna que foram provocadas pelas aspirações despertadas e amplas da cidadania, pela melhoria das capacidades administrativas, pelo engrandecimento da força económica, e pela concepção nova que a autoridade adquiriu das suas obrigações e poderes. Em finais do século XIX vemos uma modificação considerável nos países mais desenvolvidos da Europa. Emergiram sociedades nacionais com autoridades centrais, com uma coerência e capacidade relativamente elevada. A vida cívica começou a tomar forma; as solidariedades comunitárias foram gradualmente substituídas pelas associações voluntárias. A separação do local de residência do local de trabalho, e a mudança ocasional de local de residência, levou a que muitas pessoas vivam apenas por períodos relativamente curtos no mesmo local. A sociedade urbana libertou os indivíduos da opressão da percepção intrusa e da desaprovação da sociedade da aldeia. O crescimento da individualidade, no sentido de identidade própria como indivíduo, apoiou de igual modo a crença de que as acções próprias e a sua história pertenciam ao que as gerava, e apenas deviam ser partilhadas por aqueles com quem se desejava partilhá-las (Shils, 1992: 481-486).

A teoria social individualista, cujo processo terá a sua origem provável há sete ou oito séculos e só veio a impor-se de facto a partir do século XIX e a triunfar hoje em dia, tenta, assim, explicar um processo longo, que se estende por quase um milénio [Zippelius (1984: 279), Baechler (1995: 61)]. O individualismo que foi durante cerca de um milénio o catalizador do processo de modernização no ocidente, apresenta-se hoje como um dos maiores obstáculos à continuação da modernização das sociedades modernas.

Para diminuir o individualismo há que aumentar a socialização. As associações, em sentido lato, apresentam-se como uma forma de encontrar novos espaços para essa socialização, alargando o número de participantes com múltiplos pontos para a criação de redes e grupos enquanto sub-unidades do grupo associação.

## **2.2 Agregados, grupos e associações**

Da natureza gregária do ser humano resultam contactos entre indivíduos que nem sempre têm carácter de acção social. Efectivamente, apenas falamos de acção social quando o contacto entre seres humanos se orienta, quanto ao sentido, pelo comportamento de outros (Weber, 1997: 45-46). Em função dos fundamentos determinantes da acção social, Weber distingue diferentes formas de acção social. Para o nosso estudo tem particular interesse o tipo de “acção racional por ordem a

fins” que sustenta a sua acção nas metas prosseguidos e meios para as atingir<sup>14</sup>. Ao longo da história da humanidade, o comportamento dos indivíduos em ordem à sobrevivência e reprodução, num meio hostil e cheio de adversidades, conduziu à absoluta necessidade de aproximação com a criação de laços, formando grupos. Segundo Baechler (1995: 58), “os grupos nascem da circunstância de os homens, pela sua natureza prosseguirem objectivos e esses objectivos nunca poderem ser alcançados no completo isolamento”. Assim, o casal constitui o mais pequeno grupo possível, tanto do ponto de vista aritmético como biológico. É necessário que haja um homem e uma mulher para que a reprodução, de forma natural, seja possível.

Um aglomerado de pessoas que por qualquer razão, se encontra num determinado lugar, em determinado momento, não constitui, por essa circunstância, um grupo (Barata, 1984), mas um “agregado” (Giddens, 1997: 349). Mesmo que no momento, e por alguma razão, haja algum tipo de interacção essa não é uma condição suficiente e necessária para que o possamos considerar grupo. Nos agregados as interacções são desfocadas, as pessoas apenas estão ao mesmo tempo e no mesmo lugar, mas não partilham ligações definidas entre si. As pessoas que num dia de festa estão no arraial, que circulam num passeio público, ou aguardam numa qualquer fila de transporte ou abastecimento, são exemplos de agregados.

No sentido técnico que lhe é dado nas ciências sociais, o conceito de grupo, para além dos elementos de convocação, mais ou menos explícita, e congregação necessita de juntar o significado de conjunto unido por uma atitude ou ideia comum, um sentimento de filiação num todo, um laço moral que não precisa de acompanhar-se de uma presença física conjunta num dado local. Assim, o grupo humano tem: uma estrutura; durabilidade no tempo; uma certa coesão e um conjunto de normas.

Na sociologia comparada, o mais pequeno grupo para além do casal integra também os filhos, isto é, a família nuclear; ou num segundo modelo mais amplo, na designada família alargada ou extensa, inclui os filhos casados e respectivos filhos, aumentando as relações familiares em diversos graus (Baechler, 1995: 59). Do lado oposto, está o maior grupo possível, que é a humanidade, se esta se conseguir unir numa unidade de acção, por exemplo para tratar do problema da sustentabilidade do planeta. Um grupo, é assim, uma unidade de acção constituída por sub-unidades (pequenos grupos ou indivíduos) que desenvolvem múltiplas interacções entre si.

Os grupos humanos têm sido muito estudados no âmbito das ciências sociais, principalmente pelos ângulos da antropologia, da sociologia geral, da psicologia social e da ciência política.

---

<sup>14</sup> As outras formas que a acção social toma, segundo Weber, são: racional quanto a valores; afectiva, sobretudo emocional e tradicional.

No âmbito da sociologia geral, consequência da preocupação de muitos estudiosos em situar as linhas mestras do fenómeno da sociabilidade e da associação, têm sido propostas numerosas classificações de grupos. As mais simples, consideram apenas dois ou três critérios principais de distinção. Giddens (1997: 350) refere os critérios do sociólogo americano Charles Horton Cooley (1864-1929) que usou o termo “grupo primário” para classificar a associação de pessoas ligadas por laços de natureza emocional. São exemplo a família e os grupos de amigos. Os “grupos secundários” fica reservado para grupos de pessoas que se encontram com certa regularidade, mas cujo relacionamento é principalmente impessoal. Barata (1984: 1116) apresenta os critérios principais de G. R. M. MacIver e Ch. H. Page, como forma de distinção dos grupos: a base territorial; a consciência de um interesse comum e o grau de organização. Resultam assim três grandes tipos de grupo: 1) “unidades territoriais inclusivas” de que é tipo genérico a comunidade e tipos específicos, a aldeia e a vizinhança; 2) “unidades baseadas na consciência de um interesse e sem organização definida” de que são tipos genéricos a classe social, o grupo étnico e racial, e a massa; 3) “unidades baseadas na consciência de um interesse e com organização definida” a que se atribuem a designação comum de associações, em que se distinguem como tipos genéricos o grupo primário e a grande associação (Estado, Igreja, Sindicatos, etc.).

É dos “grupos secundários” ou seja, de “unidades baseadas na consciência de um interesse e com organização definida” e integrando uma dada unidade territorial – o concelho de Ribeira de Pena - que vamos tratar ao longo deste trabalho. Trata-se de associações formais hierarquizadas com interesses variados, desde os centrados na economia aos de ordem política, passando pelos de acção solidária.

A coesão dos grupos emerge como resultante de todas as forças que actuam sobre seus os membros para que permaneçam no grupo. Porém, o conceito de coesão não poderá ser analisado sem o de atracção interpessoal. As pessoas que constituem o grupo devem sentir alguma atracção entre si, manter uma boa relação. Deste modo, as pessoas partilham algo de comum, comungam uma determinada identidade.

É pelo facto das pessoas cooperarem, e/ou desenvolverem ou apresentarem atitudes semelhantes, que se tornam coesas e existe, entre elas, atracção interpessoal.

Em resumo, podemos afirmar que os elementos do grupo são coesos porque:

- Existe uma interdependência entre si, trabalham em conjunto para um objectivo comum e este é conseguido com o trabalho de todos;
- Existe alguma semelhança entre membros do grupo, o que faz com que eles executem as actividades do grupo;

- Existe oportunidade de todos participarem nas decisões.

O grupo apresenta tanto mais sucesso, quanto mais coeso for. E a coesão será tanto maior quanto maior for a vontade de atingir alguma coisa através do estatuto que o grupo permite aos seus membros, ou seja, paralelamente à questão relacional há sempre, com intensidade diversa, o lado do interesse, da eficácia e da produtividade, sem o que a desagregação é uma possibilidade.

A coesão do grupo permite, de um modo geral:

- Que os membros do grupo permaneçam juntos;
- Que os membros do grupo confiem e sejam leais entre si;
- Que os membros do grupo se sintam seguros;
- Que os membros se deixem influenciar pelo grupo, em si;
- Que aumente significativamente a satisfação dos seus membros, à medida que o trabalho se desenvolve;
- Que a interacção entre os seus membros se intensifique.

Se um grupo coeso é fundamental para as decisões de rotina, temos também de ter em atenção que, quando é necessário criar novas ideias para resolver situações ou novos problemas, a coesão do grupo pode representar algumas dificuldades. Este aspecto fica bem vincado na frase dos psicólogos Goleman, Boyatzis e McKee (2003: 27), “quanto maior for a coesão do grupo mais forte é a partilha de estado de espírito, de histórias emocionais e, até, de borbulhas de origem nervosa.” Neste caso, dado que as pessoas manifestam atitudes semelhantes, desenvolvendo pensamento de grupo, as pessoas pensam que são impenetráveis e invulneráveis e, qualquer ideia que se introduza, contra esse pensamento, não é bem aceite.

O grupo coeso não aceita facilmente as críticas aos seus membros, quer elas venham do interior, quer do exterior do grupo. As visões alternativas nem sempre são bem aceites.

O grupo é tanto mais coeso quanto maiores forem as recompensas e as satisfações que o grupo oferece aos seus membros. Assim, a coesão do grupo é, seguramente, uma arma de dois gumes.

Como se notou, uma das características dos grupos é o número de membros que os integram, característica essa que pode mostrar grande variabilidade. Os grupos primários constituem-se em torno de um número limitado de membros. Esta é apenas uma condição importante, mas não suficiente, pois também um grupo secundário pode ser composto por poucas pessoas; além disso, como referimos anteriormente, o que caracteriza especificamente um grupo primário é a natureza

das relações entre os membros. Na base desta premissa, o número de membros torna-se importante, tendo em consideração o facto de que, para um grupo primário, é essencial que a relação entre os membros seja pessoal, isto é, face-a-face.

Georg Simmel (1858-1918) *in* Cruz (1995: 531-558) foi o primeiro a entender que a interacção no seio do grupo está ligada às dimensões do próprio grupo, e a sublinhar o interesse que para a pesquisa sociológica reveste a análise das relações entre os seus membros.

Dos estudos realizados na busca de entendimento sobre os processos que ocorrem nos pequenos grupos, ficou claro, em primeiro lugar, que quanto mais pequeno é o grupo tanto mais intensa se torna a interacção entre os seus membros. A relação mais intensa de todas é a dual: os seus membros devem necessariamente ter-se em conta um ao outro, pois o grupo pode ser destruído pelo afastamento de um deles. A interacção, neste caso, deve ser estreita, regular, positiva; por isso o par é o tipo de grupo potencialmente mais gratificante e, ao mesmo tempo, mais frágil. Para Simmel (1858-1918) *in* Cruz (1995: 553), o número mínimo de indivíduos de um grupo primário seria de três, pois a uma relação dual faltaria o sentimento de suprapersonalidade, típica do grupo. A entrada no grupo de uma terceira pessoa (por exemplo o primeiro filho a um casal) traz consigo a consciência da possível persistência do grupo, independentemente da perda de um dos membros do casal.

Em grupos até sete membros, todas as pessoas podem participar nas discussões; para lá deste limiar é provável que se formem subgrupos<sup>15</sup>. O aumento do número de membros no grupo vai tornando a conversação cada vez mais impessoal, aumentam as distâncias entre os indivíduos, desaparecem as condições de convívio. Com o crescimento das dimensões do grupo, cada membro no seu discurso, não pode ter presentes as expectativas de indivíduos específicos, mas deve construir uma linguagem formal de modo que se possa adaptar às exigências de todos os membros do grupo. Quando o grupo ultrapassa a dezena de indivíduos, torna-se impossível que todos os membros tomem parte nas conversas se um deles não assumir a tarefa de coordenar. Portanto, quanto mais aumenta o número de membros tanto mais crescem as exigências de organização interna e o estímulo para a coordenação dos esforços em relação aos objectos para a alcançar. Por isso, o crescimento rápido das dimensões de um grupo suscita problemas: a interacção torna-se mais complicada quanto mais o grupo cresce e é normal que os membros iniciais, receando que as normas de organização e de comunicação interna já desenvolvidas pelo grupo possam ser ameaçadas, se oponham à entrada de novos membros. É difícil que nos grupos numerosos todos os

---

<sup>15</sup> Com o recurso à Internet, no caso de grupo de trabalho em que as pessoas partilham uma tarefa à distância, o número pode aumentar para 20 ou 30 (Harvey, 2002: 46).



indivíduos tenham igual capacidade de influência sobre as decisões: distribuem-se, no seio do grupo, os papéis de líder e membro.

Tendo em vista uma finalidade prática, o crescimento do grupo, para além de determinados limites, perde eficácia e a continuação do crescimento vira-se contra ele, podendo até torná-lo inoperante<sup>16</sup> (Olson, 1998: 33). Robert Escarpit dedicou-se longamente à análise das interacções espaço-tempo que estão na base da “lei do grupo crítico”. Chegando à seguinte regra geral: “a grande dimensão domina a pequena dimensão, mas a hiperdimensão restabelece o poder da pequena dimensão” (Harvey, 2002: 44).

Os subgrupos que se organizam espontaneamente, no interior de um grupo, em consequência de uma escolha positiva e unânime dos seus membros, são designados, em sociometria e em psicologia dos pequenos grupos, por “clique”. A clique surge, assim, como um grupo primário constituído no seio de outro grupo, graças às preferências de alguns dos seus membros. Estas preferências traduzem-se, concretamente, através da frequência de interacções pessoais e da facilidade de intercomunicação (verbal e não verbal), isto é, em consequência da intensidade do efeito de empatia ou repulsa estabelecidas entre indivíduos em situação diádica ou em situação grupal. A presença das cliques são visíveis no dia-a-dia das organizações e particularmente activas nos momentos abertos à participação como são as assembleias-gerais.

O sociólogo Georg Simmel afirmou que os pequenos grupos tinham maior capacidade de decisão para agir e usarem os seus recursos com maior eficiência, porque reúnem com maior frequência e usam todas as suas energias, enquanto que nos grandes grupos as forças permanecem frequentemente em potência. É na esteira deste pensamento que Olson aponta o facto de, quando uma associação tem muitos membros, o membro individual, dar-se conta de que o seu contributo não afectará grandemente o avanço do empreendimento e esperar vir a obter a sua parte preestabelecida dos ganhos, isto, quer tenha ou não cooperado à altura das suas possibilidades. Os ganhos de uma associação, na qual cada sócio obtém uma percentagem fixa das receitas, são um bem colectivo para os sócios, e quando o número de sócios aumenta, o incentivo para que cada sócio trabalhe para a prosperidade do empreendimento diminui (Olson, 1998: 48-49).

Os mecanismos que impõem aos grupos estes patamares de limites quantitativos e qualitativos são: a valência, ou seja, o número de centros de interesse em que o grupo se pode concentrar; a capacidade de canal, isto é, num grupo a probabilidade de uma ou várias mensagens passarem de um indivíduo para outro é inversamente proporcional ao número de indivíduos que compõem o grupo; a velocidade de reacção à informação, a qual é limitada pelo contexto do momento, bem como pelas diferenças de linguagem utilizadas; e a escala comportamental, isto é, a

---

<sup>16</sup> É uma espécie de “síndrome da Torre de Babel”, como define Harvey (2002: 44).

variação quantitativa de determinado comportamento. Como afirma Simmel (1858-1918) *in* Cruz (1995: 558), “a relação que une o número de membros de um grupo à intensidade das tendências a que são submetidos não é fixa, ou é impossível fixá-la com exactidão; fixar-se-ão, pelo contrário, para um fim prático, números que serão umas vezes muito altos, outras vezes muito baixos”.

A associação é uma organização, ou pessoa colectiva composta de pessoas singulares (indivíduos) e/ou colectivas (grupos) unidas em torno de um objectivo comum, sem ter por fim o lucro. Conceptualmente podemos ver a noção de “associação” em termos etimológicos, sociológicos e jurídicos.

Etimologicamente a palavra associação advém do latim *associare*, formado a partir do termo *socius*, que quer dizer companheiro.

Associar, constitui, por outro lado, promover uma reunião de pessoas em grupo organizado com um fim comum, mas cujo relacionamento é principalmente impessoal. Este tipo de associação é classificado como “grupo social secundário” (Giddens, 1997: 348 - 351), caracterizando-se por os indivíduos não terem ligações íntimas uns com os outros e reunirem-se normalmente por motivos pragmáticos específicos.

Nas associações as pessoas não vivem em comum, relacionam-se para a realização de um objectivo preciso, para a satisfação de um ou mais interesses definidos como relativamente importantes para cada um, e permanecem associadas enquanto a permanência no grupo lhes for útil. Nas associações sempre está prevista a possibilidade de retirada. O envolvimento de cada membro na associação é parcial, enquanto, por exemplo, na família as pessoas estão completamente envolvidas.

Em termos sociológicos a génese do conceito de associação parte do surgimento de grupos com uma organização deficiente e sem uma estrutura orgânica, como sejam os grupos de caçadores pré-históricos, até às organizações associativas de hoje, com uma estrutura legal complexa. As associações são compostas por diversos órgãos, regidas por estatutos e regulamentos internos, onde a acção individual e colectiva está espartilhada pelas normas constantes naqueles documentos, isto é, na instituição da personalidade jurídica.

Esta estrutura jurídica interna decorre dos conceitos jurídicos de associação, já que a doutrina, como é próprio do direito, foi acompanhando a evolução sociológica e a importância deste tipo de pessoas colectivas, dando-lhe enquadramento legal, determinando que uma associação com personalidade jurídica tenha que ter órgãos e estatutos.

Na lei civil portuguesa, isto é, no Código Civil, é consagrado o direito de livre associação. As associações são definidas no artigo 157º do Código Civil como pessoas colectivas que não

tenham “por fim o lucro económico dos seus associados”. Este conceito de associação conduz-nos aos seguintes elementos, de que se compõe uma associação:

- união de pessoas físicas;
- organização formal;
- objectivo comum;
- fim não lucrativo;
- personalidade jurídica.

A união de pessoas físicas é essencial e predominante numa associação. A pessoa humana é a pedra angular da pessoa colectiva associação. Para existir uma associação tem de haver uma união, um grupo de pessoas reunidas num espírito ou interesse comum de grupo, apesar de como refere Olson (1998: 7), “as organizações também servirem frequentemente interesses puramente pessoais ou individuais. [Contudo], as suas características e função primárias são fazer avançar os interesses comuns a grupos de indivíduos”. Segundo Georg Simmel (1858-1918) *in* Cruz (1995: 559) “dum modo geral ninguém está interessado em que a sua influência seja determinante para o outro, mas sim que esta influência, este determinar do outro, reverta sobre si próprio”.

Qualquer pessoa é livre de constituir e pertencer a uma associação, decorrendo esse direito do princípio constitucional da liberdade de associação<sup>17</sup>, assente no mesmo princípio de que ninguém pode ser obrigado a pertencer a uma associação<sup>18</sup>.

O segundo elemento necessário para se definir uma associação é a organização formal, que nos leva à ideia da existência de órgãos. De facto, órgãos como a direcção, conselho fiscal e assembleia-geral, decorrem de imposição legal<sup>19</sup>, não havendo impedimento para a institucionalização de outros órgãos, sem carácter imperativo por lei, como sejam os conselhos de diversa natureza.

Atendendo ao que foi dito anteriormente, fica evidente que há um número mínimo de pessoas necessárias para que o grupo mesmo que detenha características de “pessoa moral” possa aspirar à institucionalização e aquisição de personalidade jurídica. Com efeito, o número de membros no acto de constituição de uma pessoa colectiva tem de ser igual ou superior ao número de lugares nos órgãos sociais. Assim, com três órgãos obrigatórios, sendo a direcção e o conselho fiscal órgãos colegiais constituídos por um número ímpar de titulares (mínimo três) e juntando a

---

<sup>17</sup> Artigo 46º da Constituição da República Portuguesa.

<sup>18</sup> Constituição da República Portuguesa, nº 3 do artigo 46º.

<sup>19</sup> Artigo 162º do Código Civil.

assembleia-geral com uma mesa composta, pelo menos, com três elementos, chegamos a um total de nove. Com menos de nove pessoas, independentemente da grandeza da causa, não é possível criar uma associação, em Portugal. Quanto ao número máximo, não há limite.

No que respeita ao objecto comum, a sua formulação começa com a decisão de constituir uma associação, estando obrigatoriamente consagrado nos estatutos. Este elemento constitui a “alma” da associação, transcendendo a mera soma de vontades individuais dos seus associados. O objecto social de uma associação deve ser lícito, possível e determinado<sup>20</sup>, designadamente quanto à sua duração temporal.

Outro elemento fundamental, caracterizador da associação, é o fim não lucrativo. É claro que uma associação pelo fim altruístico que desenvolve nunca terá em vista o lucro, aqui entendido como a distribuição dos resultados, pelos associados. Todavia, as associações podem apresentar saldo positivo no fim de cada exercício económico. O fim não lucrativo, não limita a realização de actividades lucrativas. O lucro é que deve ser redireccionado para benefício de todos os associados ou para os residentes no território onde a associação desenvolve a sua actividade.

Por fim, o último elemento, o da personalidade jurídica. Para que exista uma associação titular de direitos e deveres e que produza efeitos perante terceiros, ela tem de obter a personalidade jurídica. A associação adquire esse estatuto através da escritura pública e da publicação dos estatutos no Diário da República<sup>21</sup>. Nalguns casos particulares, a personalidade jurídica pode ser adquirida por via administrativa<sup>22</sup>. A personalidade jurídica está para a associação como a vida está para a pessoa humana.

As associações são organizações formais, planeadas para, do ponto de vista funcional, desempenharem uma ou outra função específica. As associações são, assim, grupos de seres humanos que, de uma maneira orgânica, entram em relação a fim de tornar possível a realização de certos interesses comuns e que participam numa ou noutra função da vida social (Virton, 1966).

Neste trabalho, a noção de associação será extensiva às cooperativas. Embora as cooperativas sejam pessoas colectivas constituídas por pessoas segundo uma determinada participação de capital, o fim comum não é a distribuição de lucros, mas apenas a satisfação de necessidades e aspirações económicas, sociais e culturais dos seus membros. As cooperativas são

---

<sup>20</sup> Nos termos do artigo 158º-A e como determina o disposto no artigo 280º, ambos do Código Civil, a violação destes requisitos determinam a nulidade dos actos de constituição, cabendo ao Ministério Público promover a declaração judicial da nulidade.

<sup>21</sup> Código Civil, nº 1 do artigo 158 e nº 1 do artigo 167.

<sup>22</sup> As Cooperativas de primeiro grau podem ser constituídas através de uma simples assembleia de fundadores [artigos 10º a 12º do Código Cooperativo (Lei nº 51/96, de 7 de Setembro)].

As associações religiosas de carácter católico constituem-se através do Bispo da Diocese e regem-se pela Concordata entre Portugal e a Santa Sé e pelas normas do Código de Direito Canónico.

As associações religiosas não católicas regem-se pela lei de liberdade religiosa (Lei nº 4/71, de 21 de Agosto). Constituem-se por escritura pública e com posterior registo no Ministério da Justiça.

assim pessoas colectivas de feição híbrida na medida em que têm características das sociedades (a existência de capital), mas contêm igualmente elementos característicos das associações, como seja o fim não lucrativo. Concluindo, as cooperativas podem considerar-se pessoas colectivas de carácter associativo, já que analisados os seus elementos essenciais, o que prevalece é o seu fim não lucrativo, elemento comum e típico das associações.

Em suma, consideramos como associação todo o grupo de indivíduos que decidam, voluntariamente, pôr em comum os seus conhecimentos ou actividades de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo em vista compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas ou interesses. O voluntariado demarca as associações dos grupos primários, como a família, bem como das organizações estatais de carácter coercivo. A cooperação distingue as associações das sociedades comerciais, com fins lucrativos e que se movimentam numa pura lógica de mercado. Associações, neste sentido, requerem a existência de uma sociedade pluralista e constituem um dos pontos fundamentais de enlace da sociedade civil, ou do Terceiro Sector.

### **2.3 Comunicação e liderança**

De origem latina, a palavra *comunicare* significa partilhar e engloba as relações comunitárias que se estabelecem entre seres assim como a comunhão de bens materiais, espirituais e afectivos. *Comunicare* é não só dar a nossa parte de alguma coisa a alguém, mas também receber, tomar a nossa parte de alguma coisa, o que significa, em suma, ter algo em comum. A comunicação é, no essencial, a passagem do individual ao colectivo, sendo condição de toda a vida social. Tem por base a troca de mensagens carregadas de significado e apresenta-se sob os mais variados aspectos: desde a troca de bens e serviços, passando pela simples, mas tão complexa, troca de palavras, tudo isto pode ser considerado acto ou actos de comunicação. A comunicação é, basicamente, uma transmissão de informação que implica a emissão de uma mensagem e a sua recepção. As condições necessárias para que ocorra comunicação assentam num modelo extremamente simples. “São precisos dois sujeitos falantes, com um mínimo de léxico e sintaxe comum, realizando um intercâmbio numa área semântica comum com a intenção de comunicar” (Sfez, 1991: 27). Contudo, este fenómeno pode ultrapassar largamente o quadro da troca de mensagens entre dois ou mais indivíduos quando consiste na transmissão de uma mensagem a partir de um centro, ou seja, a irradiação de mensagens a partir de um ponto emissor para muitos receptores. A este processo dá-se o nome de difusão.

A comunicação tendo por linguagem os sinais visuais e palavras, é, sem dúvida, a forma mais clara e menos sujeita a desvios. No entanto, também se sabe que a mensagem transmitida pode

exceder a verdadeira intenção do emissor. A mensagem também pode estar carregada de significados emocionais, produzindo efeitos de ordem afectiva que podem alterar consideravelmente o seu conteúdo. A comunicação tem assim dois níveis: o nível de conteúdo (transmite informação) e o nível de relação (proporciona informação sobre a natureza da relação). Assim, é sem grande dificuldade que podemos concluir que a comunicação é um processo psicossociológico de incomensurável complexidade [Sfez (1991), Pereira (2004), Salomé e Galland (2004), Curral e Chambel (2006)].

No grupo, a comunicação é o processo pelo qual se gere a informação. As comunicações relacionadas com o trabalho, envolvem a troca de informação descritiva e avaliativa sobre a tarefa a realizar. A comunicação relacionada com as relações informais envolve sobretudo troca de informação social, designadamente o que sentimos a respeito dos outros e aquilo que fazemos com esses sentimentos.

A influência dos padrões de comunicação dos grupos sobre o seu desempenho na tomada de decisão não é consensual. Alguns autores defendem que a qualidade do desempenho de um grupo depende sobretudo dos conhecimentos, capacidades, aptidões e inteligência dos seus membros. Outros, pelo contrário, sugerem que o potencial que os membros de um grupo têm para resolver um problema só pode ser posto em acção através da comunicação que ocorre no grupo, dependendo a sua eficácia, em último caso, da qualidade da comunicação. Uma nova linha de pensamento, mais recente, sugere que a comunicação no grupo tem influência sobre o seu desempenho apenas em determinadas circunstâncias. Nos casos em que o potencial do grupo é muito elevado ou muito baixo, o desempenho do grupo não está relacionado com os seus padrões de comunicação, existe relação apenas quando o potencial é médio. De facto, a comunicação pode desempenhar um papel importante para alcançar o sucesso na realização da tarefa quando os conhecimentos e competências estão dispersos pelos membros do grupo. Nos demais casos: i) grupo em que todos os membros têm conhecimentos e competências para resolver as tarefas, a comunicação é quase desnecessária para a tomada de decisão; ii) grupo em que todos os membros detêm baixos níveis de conhecimentos e competências, a comunicação por si, ainda que de grande qualidade, não permite resolver o problema com sucesso (Curral e Chambel, 2006).

Os processos comunicacionais dos grupos que têm influência sobre os resultados do mesmo, organizam-se em torno de quatro dimensões: modelos de circulação de mensagens, modalidades de comunicação, formatos de discussão e padrões de participação.

As estruturas de comunicação dizem respeito às configurações que os canais de comunicação entre os membros de um grupo podem ter. Os diferentes arranjos destes canais são frequentemente chamados redes de comunicação. As redes de comunicação mais frequentes são o

círculo, a cadeia, a roda e todos-com-todos (Figura nº 1), embora cada tipo de rede de comunicação possa demonstrar maiores virtualidades para a resolução de determinadas tarefas concretas. Por exemplo, para a resolução de tarefas simples é o caso da roda e da cadeia. Em problemas mais complexos, o recurso aos modelos mais descentralizados, como o círculo e todos-com-todos, permite ganhar eficiência ou qualidade respectivamente. Nenhuma das redes de comunicação se demonstrou claramente superior às outras na influência sobre o desempenho do grupo.

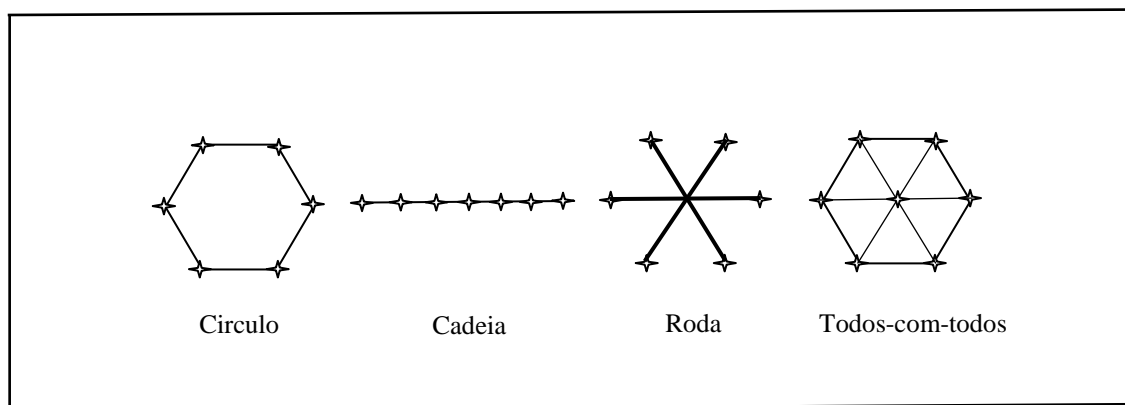


Figura nº 1 - Modelos de redes de comunicação

A relação entre as configurações comunicacionais e o desempenho do grupo parece não ser directa, mas antes mediada por outras variáveis tais como o tamanho do grupo e o tipo de tarefa.

As modalidades de comunicação usadas pelos membros do grupo para comunicarem entre si incluem a comunicação face-a-face, a comunicação escrita, o telefone, o e-mail ou mesmo a teleconferência e videoconferência. De um modo geral, também a influência das diferentes modalidades de comunicação na eficácia dos grupos parece ser mediada pela complexidade da tarefa que o grupo tem de realizar. Se para a resolução de problemas simples não há diferenças entre as várias modalidades de comunicação, nos problemas que exigem decisões complexas as modalidades mais abertas como a face-a-face, apresentam evidentes vantagens para a tomada de decisão, na medida em que permitem uma troca mais rica de informação e a sua avaliação em tempo real.

A forma como os membros do grupo trocam e analisam a informação que suporta a tomada de decisão pode variar entre interacção limitada ou livre. No primeiro caso a discussão decorre em formatos estruturados com recurso a técnicas de dinâmica de grupos e no segundo caso temos a

discussão livre. Também aqui se regista que para resolver problemas simples é irrelevante o formato de discussão escolhido, o resultado depende mais da competência e quantidade de informação detida pelos elementos do grupo. Para problemas complexos, há maior qualidade nas soluções encontradas quando se recorre aos formatos menos estruturados, que favorecem a análise exaustiva da informação à luz de um leque alargado de competências detidas pelos membros do grupo.

A quantidade e qualidade das comunicações existentes num grupo incluindo aspectos como a frequência de interação, a partilha de informação e a capacidade de influência nas tomadas de decisão constituem os denominados padrões de participação. O padrão de participação de um grupo inclui ainda a existência de um clima de confiança e apoio pessoal, que permite aos membros do grupo expor as suas ideias abertamente, sem discordar das ideias dos outros membros e sem criar conflitos de opinião.

As pessoas que se encontram mais implicadas nos processos internos de comunicação tendem a estar mais satisfeitos e a manter um grande nível de participação no grupo, relativamente às que permanecem à margem. Quando os problemas que o grupo deve resolver têm uma única solução, o contributo de todos os membros para o processo de decisão melhora a probabilidade de resolver o problema, sobretudo quando a busca de solução exige competências diversificadas. Quando, porém, os problemas a resolver podem ter múltiplas soluções, não têm uma solução exacta e imediatamente verificável, então a decisão tomada em comum pode ser pior do que a tomada autonomamente pelo líder. De qualquer forma, seja qual for o processo decisório, parece que, muitas vezes, os grupos estão mais dispostos, do que individualmente os seus membros, a assumir decisões mais arriscadas. Tal acontece porque, no grupo, se determina, inconscientemente, uma partilha de responsabilidade, que permite a cada membro diminuir o sentimento de culpa que, normalmente, se segue a uma decisão errada.

Muitas vezes, as decisões de grupo dão lugar a discussões, a antagonismos e rupturas internas entre os membros. O facto de as decisões tomadas no grupo serem o resultado da procura de consenso, independentemente das contribuições individuais para as mesmas serem diferentes, muitas vezes formam-se coligações e a maioria impõe a sua opinião sobre uma ou mais minorias. Isto pode provocar tensões e dificuldades, assim, a seguir à tomada de decisão segue-se muitas vezes, um esforço geral tendente a recuperar a harmonia e a solidariedade do grupo.

Currall e Chambel (2006: 370), na esteira da descrição de West e outros referem três grandes constrangimentos à comunicação que afectam o funcionamento dos grupos: linearidade, relevância e consenso. O constrangimento de linearidade prende-se com o facto de numa discussão os participantes não terem todos a mesma possibilidade de intervir. O constrangimento de relevância



prende-se com o facto de numa discussão, aquilo que é dito no momento ter de estar relacionado com o que foi dito antes, criando uma linha de conversação difícil de interromper. O constrangimento de consenso prende-se com o facto de a informação que é introduzida numa discussão ter de ser aceite e negociada pelos participantes. Isto não significa que todos têm de estar de acordo com o que é dito, mas têm de estar de acordo quanto à pertinência do assunto a discutir.

Os constrangimentos de relevância e de consenso comportam as razões porque não é fácil introduzir tópicos novos numa reunião ou mudar o sentido de uma discussão. Efectivamente, o consenso dentro do grupo só pode ser alcançado através de uma troca intensiva e distribuída de opiniões, informações e sugestões. Deste modo, vem ao de cima o papel fundamental que a comunicação desempenha no funcionamento de um grupo, e que lhe permite ter maior ou menor sucesso na concretização dos seus objectivos.

Em qualquer grupo, mesmo nos que eventualmente desejem evitá-lo, surge a figura dos líderes. Como referimos anteriormente, quanto mais aumenta a dimensão do grupo tanto mais crescem as exigências de organização interna e o estímulo para a coordenação dos esforços em relação aos objectivos a alcançar, daí a figura do líder ganhar importância. Os membros tendem a falar cada vez menos entre si e cada vez mais com o líder. Este, por sua vez, tende a referir-se ao grupo como a uma unidade, e não a cada um dos membros. A comunicação no grupo tem, pois, o seu eixo no líder, o qual, por sua vez gere a transmissão de informações. Segundo Bertrand e Guillemet (1994: 173) a noção de líder abarca realidades diversas e pode designar:

1. “Categoria particular de pessoas, que têm um estatuto de fina-flor, que dirige a organização;
2. Traços de personalidade e comportamentos próprios das pessoas que possuem qualidades de dirigentes;
3. Uma função organizacional consiste em facilitar e pôr em perigo [isto é, levar ao limite] os objectivos da organização, cuja responsabilidade recai em último caso no dirigente formal;
4. Um processo dinâmico de interacção entre o líder e as pessoas que dirige.”

Neste último sentido, a liderança “é um comportamento intragrupal de seguimento de uma pessoa que orienta a acção do grupo de forma tacitamente consentida e afectivamente desejada” (Pereira, 2004: 361). Ou, dito de outra forma, a habilidade para persuadir os outros a prosseguir com entusiasmo os objectivos estabelecidos. A liderança sustentada pela coerção não é legitimada pelos membros do grupo e, mesmo sendo eficiente durante algum tempo, implica o desgaste gradual das relações interpessoais e acaba minando a “autoridade do líder” e, conseqüentemente, afecta o desempenho da organização. Dentro do grupo, o líder é o indivíduo que exerce mais influência do que recebe. Ao líder compete decidir. Por isso, deve concentrar-se em identificar o que é

verdadeiramente importante, as outras tarefas podem ser executadas por outras pessoas [Drucker (1997: 133), Tenório (2001: 85)]. Assim, as relações de liderança são relações de poder. O líder exerce poder, mas o poder que exerce depende mais de si e do seu comportamento do que de acções externas. É um poder pessoal aquele de que estamos a falar. O seu exercício inspira fé e confiança, favorece a formação de expectativas positivas, motiva e empenha, apaga ansiedades e dúvidas, protege e apoia os subordinados. Os seguidores procuram sempre no líder uma relação de apoio emocional, procuram empatia<sup>23</sup>. Daqui se depreende que a liderança do grupo é, talvez, o factor mais decisivo para o êxito do trabalho do grupo. Por isso mesmo, não admira que tenha surgido um vasto número de teorias da liderança. Por uma questão prática, vamos tentar resumir a visão destas teorias segundo três perspectivas: uma perspectiva diferencial centrada no indivíduo, vulgarmente designada por teoria dos traços; uma perspectiva comportamental, focada mais nos pequenos grupos de discussão que dá origem às teorias do comportamento em grupo; e uma perspectiva situacional, preocupada com os aspectos extra-individuais das estruturas e processos mais ou menos organizados, que originou as teorias tridimensionais.

Para a primeira perspectiva (teoria dos traços), a liderança é algo de intrinsecamente individual, embora só se manifeste em situações concretas. Atributo estável na personalidade, é uma capacidade que pertence à pessoa e tende a manifestar-se ao longo da vida. Por isso se diz que ou se nasce líder ou não se chega a sê-lo<sup>24</sup>, isto é, os líderes têm características que lhes pertencem como algo único desde a formação inicial da sua personalidade. São habitualmente considerados parte essencial deste núcleo traços como: a ascendência, a sociabilidade, a fluência verbal, a inteligência, o dinamismo social, a honestidade, a boa imagem física, além de muitos outros, pois nunca foi possível fixar uma lista definitiva.

Pondo em causa a explicação da liderança através de traços da personalidade, pois estes não se revelaram suficientes para discriminar líderes e não líderes (Neves, 2006: 379), várias equipas de investigadores procuraram encontrar, desde o início dos anos 50 do século XX, a solução para o problema na observação dos comportamentos de grupo, afinal a situação em que o fenómeno da liderança se torna mais visível. Os resultados da pesquisa evidenciaram a existência de duas categorias de liderança, ambas presentes nos pequenos grupos: um líder de tipo instrumental, orientado para a definição de objectivos e fomento da execução das tarefas e um líder de tipo

---

<sup>23</sup> Esta ideia está contida no conceito de “liderança primal” desenvolvido por Goleman, Boyatzis e McKee (2003), que se baseia nas competências da inteligência emocional e está ligada ao sucesso (ou ao insucesso) das organizações. O papel emocional do líder é primal, isto é, vem em primeiro lugar, em dois sentidos. É o primeiro acto de liderança e, ao mesmo tempo, é o mais importante.

<sup>24</sup> Esta ideologia inatista que tem raízes na noção de carisma (palavra Grega que quer dizer “dom divino”) adoptada por Max Weber, sempre se demonstrou difícil de aceitar tanto pelos sociólogos americanos como pelos soviéticos. Ambos valorizavam a mobilidade social e defendiam que a educação do homem é o esteio do progresso. Por isso são levados a crer que o treino bem conduzido pode produzir líderes eficientes.

expressivo, orientado para as características pessoais dos membros do grupo (estabelecimento de confiança mútua, relações amistosas, ajuda), que consegue reduzir ao mínimo os conflitos no grupo e cria a solidariedade entre os membros.

Conceber a liderança como um processo de influência verbal, assente em duas categorias de comportamentos combinados, teve um sucesso enorme e uma utilidade inegável para a formação de quadros de chefias mais abertos e flexíveis. Mas o facto de se estender a variadíssimas situações um modelo na realidade derivado de estudo de pequenos grupos quase laboratoriais cedo fez aparecer deficiências teóricas e práticas. Não tardaram, por isso, a surgir esforços no sentido de conceber a liderança de uma forma mais compreensiva e aberta às situações em que se verifica. É assim que aparece a terceira perspectiva, isto é, o conjunto de teorias tridimensionais, onde se faz abordagem contextualista da liderança. Nesta teoria, à dicotomia instrumentalidade – expressividade, junta-se-lhe um terceiro eixo, que já não se refere ao líder mas sim a uma característica geral dos subordinados, isto é, a variável situação. As mais divulgadas devem-se a: i) Redlin - a eficiência dos subordinados; ii) Misumi e Seki - o motivo de êxito de McClelland; iii) Hershey - maturidade dos trabalhadores (com parâmetros dos quatro quadrantes com /sem capacidade e vontade); iv) Fiedler – a favorabilidade da situação para o líder; v) Vroom – a capacidade de informação e participação; vi) Tannenbaum e Schmidt – o uso do poder pelo líder [Pereira (2004: 367) e Parreira (1995: 10)].

Ao contrário de certas identificações populares entre a existência de líder e autoritarismo, o líder tem de escolher diversíssimas maneiras de se comportar. Estas maneiras variadas podem ser agrupadas em muitas categorias ou estilos, mas pode afirmar-se que o desempenho da liderança se inclui num contínuo entre dois extremos; e que nesse contínuo se podem localizar tantos estilos quantas as posições distinguíveis. Em geral, distinguem-se três estilos: o líder autoritário, que se limita a dar ordens; o líder democrático, que busca os consensos da maioria do grupo acerca das suas iniciativas e o líder “laissez-faire”, que se preocupa menos em dirigir, mas mais em fazer emergir iniciativas do grupo.

Não existe, em abstracto, uma liderança melhor e muito menos uma liderança boa ou má. Depende das situações culturais, das circunstâncias e das tarefas que o grupo deve desempenhar.

A escolha de um estilo de liderança precisa de ter em conta os seus resultados, nomeadamente a nível comportamental. É esta escolha que pode dar maior ou menor eficácia ao desempenho da liderança. No entanto, os resultados tendenciais de cada estilo não são a única variável a ter em conta nesta escolha, as variáveis da situação também são critérios decisivos.

## 2.4 As redes

Baechler (1995: 58) define sociabilidade como “a capacidade humana de estabelecer redes, através das quais as unidades de actividades, individuais ou colectivas, fazem circular as informações que exprimem os seus interesses, gostos, paixões, opiniões...”. Partindo desta definição, fica claro que apenas falamos de sociabilidade quando as relações desenvolvidas por indivíduos ou por grupos não se traduzem na formação de uma nova unidade de acção, isto é, um novo grupo. Segundo Powell e Smith-Doerr (1994: 378) as redes, de um modo geral, são compostas por um:

“conjunto de relações ou laços entre actores [indivíduos ou organizações]. Um laço entre actores tem conteúdo [o tipo de relação] e forma [força e intensidade] da relação. O conteúdo da relação pode incluir informação e fluxo de recursos, conselho ou amizade. De facto, qualquer relação social pode ser definida como um laço. Portanto, as organizações estão tipicamente inseridas em redes múltiplas e mesmo sobrepostas”.

De acordo com Mark Granovetter *et al* (1998: 219), as redes sociais podem ser definidas:

“como um conjunto de nós ou actores [pessoas ou organizações] ligadas por relações sociais ou laços de tipos específicos. Um laço ou relação entre dois actores tem força e conteúdo. O conteúdo inclui informação, interesses partilhados ou pertença e, tipicamente, algum nível de confiança”.

Assim definidas, as redes sociais designam os nós, laços ou vínculos, mais ou menos sólidos e exclusivos que cada actor social estabelece com outros actores, os quais estão também em relação com outros actores, e assim por diante. Desta forma, ficam de fora das redes os contactos simples entre pessoas<sup>25</sup>. Esta restrição tem um sentido prático na medida em que facilita a recolha de dados empíricos. Pois, se já é difícil recolher dados relativamente a um único indivíduo, pelo elevado número de laços que naturalmente estabelece, imaginemos o difícil que seria no emaranhado de vínculos criados entre um conjunto de indivíduos.

No interior de cada grupo, as pessoas estabelecem relações, uma parte das quais não tem qualquer relação directa com os fins do grupo. Assim, podemos falar de uma sociabilidade interna

---

<sup>25</sup> Granovetter classifica estes vínculos como “ausentes”. Estes decorrem da falta de qualquer relação ou laços com significado substancial, como por exemplo uma relação cordial com o vizinho da mesma rua ou com o vendedor de jornais. Essas duas pessoas que se “conhecem” uma à outra pelo nome não necessitam de se relacionar fora dessa categoria se a sua relação é insignificante. Contudo, em alguns casos (desastres, por exemplo), esse vínculo insignificante pode ser utilmente diferenciado do ausente. Esta é uma ambiguidade causada pela substituição, por conveniência da exposição, de valores discretos por uma variável contínua.

do grupo entre os membros de uma associação. Para além desta sociabilidade interna, estabelecem-se também relações com o exterior, de indivíduo para indivíduo e de grupo para grupo.

A sociabilidade pode ter um carácter espontâneo e nesse caso, à partida, podemos pressentir a amplitude, a exclusividade e a densidade da malha da rede conforme estejamos em presença de redes de parentesco, de vizinhança, de classe, etc. Uma outra categoria será a sociabilidade por redes de algum modo deliberadas, no sentido de que são definidos espaços sociais onde se encontram, por opção, actores que têm prazer e interesse em ser sociáveis uns com os outros. As associações, os clubes, os cafés são exemplos disso. Visto desta forma, facilmente se entende que a intensidade dos vínculos numa rede é variável, ou seja, os laços podem ser fortes, fracos ou ausentes, como descobriu Granovetter (1973). A força de um vínculo resulta do tempo que lhe é consagrado, da intensidade das emoções que desperta, da intimidade estabelecida e da reciprocidade dos serviços prestados. Cada um destes aspectos é independente dos outros, embora o conjunto esteja altamente interrelacionado (Granovetter, 1973: 1361). Se designarmos por “ponte” à linha que assegura a única ligação entre dois pontos, numa rede, somos levados a concluir que, excepto em condições muito especiais, “nenhum vínculo forte constitui uma ponte” ou que “todas as pontes são vínculos fracos” (Granovetter, 1973: 1364). De facto, quando os laços são fortes, multiplicam-se as sobreposições, na mesma rede, dos vínculos entre os diversos actores, uma vez que passa a haver diversas passagens de um ponto a outro. A consequência é que quanto mais intensos forem os laços numa rede, tanto mais essa rede tende a fechar-se sobre si própria e a dissociar-se das outras redes numa espécie de enquistamento social, e inversamente: a extensão, a flexibilidade e a adaptabilidade das redes são tanto maiores quanto mais assentarem em laços fracos, que permitem esperar que, gradualmente, se criem pontes capazes de ir muito além do círculo de origem dos laços de sociabilidade.

No seu artigo, Granovetter avança com dois campos de aplicação possível da sua descoberta. Um diz respeito à mobilidade social e às capacidades diferenciais de uma população para se constituir em grupo de acção colectiva. Por exemplo, após a criação de uma associação, o grupo de fundadores procura divulgar a sua existência com o objectivo de recrutar novos aderentes, alargando deste modo o tamanho do grupo de acção. Para tal, recorre às mais diversas formas de informação e sensibilização da comunidade para a existência de uma nova organização vocacionada para a resolução de um problema que lhe interessa, criando consciência da possibilidade de participação. Contudo, para incentivar as pessoas a agir, é preciso algo mais que a tomada de consciência, é necessário que haja incentivos pessoais através do contacto directo. Se a comunidade está dividida em redes de laços fortes, a mobilização fica mais comprometida do que se a população constituir uma única rede unida por “pontes fracas”. O outro campo de aplicação indicado é o

conjunto formado por um dirigente e por aqueles que nele depositam confiança. Segundo a teoria da “força dos laços fracos”, quanto mais as redes assentarem em laços fortes, tanto mais fraco é o poder de mobilização e “êxito” de um dirigente, isto em termos numéricos, na medida em que só o seguirão os que o conhecem e têm pessoalmente confiança nele. Em sentido inverso, quantos mais forem os intermediários entre o dirigente e o simpatizante potencial, tanto mais os laços serão mediatizados e fracos e tanto mais vasto será o círculo dos aderentes.

Granovetter (1973) defende que não poderemos deduzir características individuais de resultados agregados, pelo que muitas vezes algumas situações vividas em grupo são aparentemente incompatíveis com preferências individuais subjacentes. Isto quer dizer que, muitas vezes, o produto final do comportamento do grupo é contrário àquele que à partida os seus membros pensavam ou supunham vir a ter.

A construção de Mark Granovetter sobre a “força dos laços fracos” foi apreendida por Burt (1992) para a construção da sua teoria dos “buracos estruturais”. Para Burt (1992), o acesso às novas informações é uma importante dimensão na aplicação estratégica das redes. Do ponto de vista estratégico as redes podem ser vistas de forma (ego) centrada e útil para avaliação de oportunidades e considerações, mas também podem ser avaliadas de forma (sócio) centrada. A abordagem de Burt (1992) assume a perspectiva de (ego) centrada no conceito elaborado por Granovetter em 1973, ou seja, a rede parte do indivíduo. Entretanto, para a construção da teoria dos “buracos estruturais”, Burt (1992) amarra esta perspectiva à noção de rotas de acesso para outras redes. Importante para entender a noção de “buraco estrutural” de Ronald Burt é a compreensão de que pessoas diferentes podem encontrar-se desconectadas numa estrutura social. O buraco estrutural representa, portanto, a oportunidade de agenciar o fluxo de informação e controlar os projectos e as formas que trazem em conjunto tais pessoas. É importante destacar que, para Burt (1997), os dois benefícios que decorrem das redes (os de informação e os de controlo) são funções inversas de dois indicadores de redundância: a coesão e a equivalência estrutural. Os contactos coesivos retêm as mesmas informações e, portanto, fornecem redundantes benefícios. Na equivalência estrutural, por sua vez, os contactos equivalentes também têm as mesmas fontes de informação resultando, portanto, em benefícios redundantes.

Burt (1992) observa que quando o contacto é feito entre pessoas ou “nós” de pessoas que já se conhecem é muito provável que as informações compartilhadas sejam as mesmas. Tais contactos são redundantes pelo que não são criadas novas rotas de acesso às informações e recursos. Não há, portanto, necessidade de manter contactos de redes com várias pessoas de uma rede, uma vez que estas funcionam como um grupo.

Os contactos “não-redundantes” ou os contactos “não-conectados” decorrem dos “buracos estruturais” entre dois grupos numa rede. Isto não significa, necessariamente que as pessoas de cada grupo sejam inconscientes umas das outras. De acordo com Burt (1997), significa que “tais grupos estão focalizados nas suas actividades e pouco atentos às actividades dos demais grupos. O buraco estrutural indica que os grupos circulam em diferentes fluxos de informação”. Desta forma, um actor que possui fortes relações com os dois grupos tem acesso a ambos os fluxos de informação podendo agenciar os contactos entre diferentes. O trabalho de Burt (1992, 1997) traz uma contribuição muito importante para a construção do uso estratégico das redes. Dada a especificidade das alianças estratégicas, é relativamente difícil apontar o que de mais importante deva ser considerado prioritário no sentido de receber atenção dos actores (indivíduos e organizações): a característica da díade amplamente explorada por Granovetter (1973, 1985) ou as rotas de acesso para outros grupos nas condições levantadas por Burt (1992, 1997).

No nosso estudo, vamos olhar as redes sociais não de indivíduos enquanto “objectos”, mas de grupos considerados como actores colectivos, procurando determinar não apenas quais as associações que, numa determinada área, desenvolvem relações entre si, mas sobretudo, quais os seus membros que pertencem a várias de entre elas e asseguram a continuidade e a realidade das redes.

## **2.5 Organização, burocracia e instituição**

Herbert Spencer (1820-1903) teve um papel preponderante na adopção de uma visão organicista<sup>26</sup> da sociedade. Nas sociedades como nos organismos vivos, um aumento de massa é geralmente acompanhado por um aumento de complexidade da estrutura. Paralelamente à integração que é uma característica primária da evolução, quer as sociedades quer os organismos vivos apresentam em elevado grau a característica secundária, a diferenciação. Em ambos os casos o crescimento ocorre segundo os mesmos processos, isto é, da evolução de formas simples para formas complexas e da homogeneidade para a heterogeneidade. Se olharmos para as organizações numa perspectiva organicista, facilmente chegamos à conclusão de que existe uma dependência mútua entre as partes que compõem qualquer organismo social. As partes de uma organização, sendo mutuamente dependentes umas das outras, funcionam no sentido da produção de resultados comuns.

---

<sup>26</sup> O organicismo é uma filosofia social, elaborada no século XIX, segundo a qual o corpo social funciona como o corpo humano, isto é, como um todo coerente em que cada uma das partes preenche uma função necessária ao conjunto.

Uma organização nasce quando um grupo de pessoas se reúne para alcançar uma determinada intenção colectiva. Não se justifica a criação de uma organização, quando, por exemplo, a acção individual não organizada pode servir os interesses do indivíduo tão bem ou melhor do que a organização. As organizações podem, portanto, exercer uma função quando existem interesses comuns ou de grupo, e, apesar de as organizações também servirem frequentemente interesses puramente pessoais, as suas características e função primárias são fazer avançar os interesses comuns a grupos de indivíduos. Assim, podemos resumir a explicitação da noção de organização de acordo com Parsons (1974), Friedberg (1995b), Giddens (1997), Olson (1998), Weber (2003a) e Pereira (2004), da seguinte forma. Organização é um sistema de pessoas envolvidas de modo impessoal, que mantêm, fundamentalmente, relações de consenso com a sua ordem normativa e respeito pela hierarquia estabelecida, para se alcançarem determinados fins, num contexto que é simultaneamente cultural, interorganizacional e socio-económico, em continuidade temporal.

O primeiro aspecto da formulação visa responder ao problema da sua composição. E a resposta é a de que são indivíduos ou grupos de indivíduos que compõem as organizações. Os indivíduos são membros activos e interactivos, dotados de características e competências próprias e específicas colocadas ao serviço da organização, sob a modalidade de inclusão parcial. O potencial do individual é muito maior do que o que é investido na organização durante o tempo de permanência do indivíduo na mesma. O grupo, que tem em conta a estrutura e comportamento dos seus elementos constitutivos (ou seja, os indivíduos), a coordenação e controlo de uma actividade complementar ou interdependente e um propósito ou meta comum, pode assumir duas modalidades: a formal e a informal. A modalidade formal é criada pela organização na tentativa de melhor responder à concretização dos objectivos organizacionais. Materializa-se habitualmente através da estrutura (estatutos, regulamentos e organograma, etc.), a qual se caracteriza por ser temporária e não possuir a exclusividade dos seus membros, já que estes pertencem simultaneamente a outros enquadramentos sociais. A modalidade informal é de geração espontânea e regra geral surge em grande número no seio da organização, correspondendo assim ao comportamento real dos membros da organização. Igualmente caracterizada pela não exclusividade dos seus membros, revela-se bastante selectiva na admissibilidade destes e com grande capacidade de influência sobre os comportamentos individuais e grupais.

O segundo aspecto reporta-se à orientação que a organização assume, a qual consiste em alcançar metas e objectivos. No contexto organizacional, um objectivo é uma situação desejada que se procura alcançar. Os objectivos, na sua formulação, traduzem geralmente um conflito entre interesses individuais, grupais e organizacionais, entre meios usados e fins a alcançar e entre



horizontes temporais (curto, médio e longo prazo) que o trabalho dos dirigentes procura compatibilizar. Os objectivos organizacionais são importantes porque funcionam como um “farol” que permanentemente chama a atenção, oferece pistas e esclarece o caminho a seguir. São ainda importantes, porque afectam a estrutura, proporcionam legitimidade à actividade de gestão e servem de padrão e de unidade de medida para avaliação dos resultados. Contudo, como afirma Friedberg (1995b. 352):

“As finalidades de uma organização, sejam oficiais ou latentes, declarados ou reais, tal como os imperativos funcionais de sobrevivência e de adaptação, não bastam para subsumir o seu funcionamento e para explicar o seu comportamento. Este depende do modo como uma organização consegue motivar os seus membros a participarem, isto é, a aceitarem os fins da organização e a contribuírem para a sua realização”

A terceira dimensão diz respeito às modalidades de funcionamento, uma vez que a caracterização da orientação requer alguma limitação ao comportamento dos membros da organização. A resposta é a de que a coordenação e direcção racional dos meios materiais e humanos, bem como a diferenciação de papéis e de posições hierárquicas, são os métodos utilizados para assegurar o funcionamento organizacional. A diferenciação de papéis acontece em virtude da natureza diferenciada das tarefas e das pessoas e expressa-se, quer em termos horizontais (divisão do trabalho), quer verticais (divisão da autoridade e da responsabilidade), produzindo conseqüentemente implicações nas interacções e atitudes individuais. A coordenação racional procura atingir os objectivos organizacionais através do exercício de um conjunto de processos de gestão (papéis de natureza informacional, decisional e interpessoal). Em síntese, qualquer que seja a dimensão da organização, a mesma pode definir-se como um sistema de actividades conscientemente coordenadas de duas ou mais pessoas, trabalhando em conjunto, inseridas numa estrutura aberta ao meio externo, para alcançar objectivos. Como sistemas abertos, as organizações são simultaneamente sociais e técnicas. Sociais, no sentido em que integram elementos humanos agrupados sob determinadas formas para responder a objectivos precisos; técnicas, no sentido em que são constituídas por estruturas físicas, equipamentos, tecnologias e processos de gestão.

O carácter formal que advém da personalidade jurídica, implica obrigatoriamente formalismos e papéis. Assim, podemos afirmar que todas as organizações modernas, legalmente constituídas, são por natureza largamente burocráticas. Vejamos, então, o sentido essencial da noção de burocracia.

A palavra é de origem francesa, composta no século XVIII a partir de *bureau*, mesa ou escrivaninha que os funcionários das Secretarias de Estado usavam com uma cobertura ou saia de pano grosseiro de cor vermelho-escuro (*bure*, em português burel) e do termo *cracia*, derivado do verbo grego “governar”. O termo assumiu logo significado depreciativo, querendo dizer o domínio assumido nos negócios do estado pelo conjunto irresponsável dos funcionários refugiados no formalismo dos papéis. Neste sentido se expandiu o seu uso, até que Max Weber se ocupou da burocracia, como um dos instrumentos do progresso do mundo ocidental, traduzindo a racionalização das relações sociais e constituindo a condição fundamental da eficácia da actuação do Estado. Os caracteres da burocracia são a organização das funções em abstracto, com especialização do trabalho, a hierarquia dos cargos e a forma escrita dos actos. À burocracia está ligada a profissionalidade dos agentes nomeados ou contratados pelos órgãos superiores com a respectiva carreira e inerente disciplina. Os defeitos da burocracia são a impessoalidade, com a consequente falta de iniciativa e de imaginação, o formalismo na actuação, o espírito de casta insensível ao exterior e a lentidão dos resultados. A burocracia deixou de ser privativa da administração pública, para passar a constituir um tipo de organização comum a todas as grandes empresas e, apesar das críticas sofridas, apresenta consideráveis virtudes que outros processos não conseguiram igualar (Weber, 2003b).

Abordados os conceitos de organização e burocracia, convém ainda examinar um outro, frequentemente confundido com aqueles: o conceito de instituição. Embora a palavra possa significar coisas distintas, neste trabalho, instituição significará criação, fundação ou estabelecimento de certos entes colectivos ou associações de pessoas e bens, não necessária mas geralmente personalizadas, com determinados fins e ordenamento estatuído racionalmente segundo um plano (Weber, 1997 e 2003a). Neste sentido, como é evidente, trata-se de um conceito eminentemente jurídico-político, e como tal nitidamente abstracto, próprio da ciência sistemática do direito e da sociologia. Isto não quer dizer contudo que um tal conceito formal, partindo daí, se não tenha posteriormente alargado a outros domínios da vida social já não estritamente jurídicos na substância dos seus fins. Mas a sua forma será sempre jurídica.

Cada um de nós nasce e cresce dentro de uma comunidade que contempla uma instituição. Contudo, nem todas as comunidades constituem instituições. Por exemplo, uma comunidade linguística, ou uma comunidade doméstica, não constituem instituições já que lhe faltam os estatutos racionais. Estes estatutos aparecem nas formas estruturadas de uma comunidade política designada por Estado<sup>27</sup>, ou até numa comunidade religiosa, quando apresentada organicamente

---

<sup>27</sup> O termo Estado terá surgido com Maquiavel para designar a máxima organização de um grupo de indivíduos num território, em consequência de um poder de comando. Hobbes (1588-1679) terá sido o maior teórico do Estado

como uma Igreja. Tal como a actuação em sociedade, quando orientada em função de um pacto social, está relacionada com a actuação por consenso, a instituição está relacionada com o grupo, mesmo que a actuação geral signifique um actuar orientado, não por estatutos, mas por consenso, em que a imputação do indivíduo, enquanto membro, é produzida por consenso, sem que este exprima propriamente um acordo racional em relação a fins. Ou na falta de ordenamento relativo a fins, os detentores do poder promulgam regulamentos considerados eficazes no que se refere aos indivíduos que, segundo consenso, fazem parte do grupo. Os regulamentos mostram-se predispostos a coagir (física e/ou psicologicamente) os membros que desrespeitem o consenso (Weber, 2003a: 125). Assim, como afirma Reis (2007: 66):

“As instituições são as regras do jogo de uma sociedade ou, mais especificamente, as restrições criadas pelo próprio ser humano para estruturar as suas interacções. Podem ser regras formais (normas jurídicas, regulamentos), limites informais (convenções, regras de comportamento e códigos de conduta auto-impostos) e as respectivas formas do seu cumprimento”.

Embora as instituições não tenham, enquanto puro conceito, rigorosamente existência como as coisas, têm, contudo, quando efectivada a sua ideia em factos na vida social, ao serviço de certas necessidades, fins e interesses humanos muito concretos, um determinado tipo ou espécie de ser, que já não é só puramente ideal. Neste caso, elas são, pode dizer-se, como entes colectivos; são conforme muitos crêem possuidoras de certo tipo de realidade, embora esta seja difícil de definir. Tanto surgem no campo do direito privado, ou seja aquele que regula as relações intersubjectivas dos indivíduos entre si (*uti singuli*), como no direito público, respeitante à coisa ou *res* pública. No campo do primeiro, são esses entes colectivos sempre obra da vontade dos homens, à sombra da lei e em harmonia com ela. São então verdadeiramente instituídos, criados, fundados, para a realização mais eficaz de determinados fins e interesses comuns de toda a ordem, públicos e privados. São exemplos de instituições: as associações, corporações e fundações e, de base mais predominantemente pessoal ou patrimonial, as sociedades, todas elas dotadas pela lei, de personalidade moral, jurídica ou colectiva.

Pelo que foi dito anteriormente, podemos afirmar que uma instituição é uma ideia de obra, isto é, de uma empresa de acção prática que se efectiva e perdura num determinado meio social. Tal

---

Moderno, isto é, do Estado cuja formação é acompanhada pela ideia persistente do primado da política sobre o primado do poder espiritual e do poder económico (que nasce do mundo da Burguesia e do início da reflexão sobre o modo de produção capitalista). Assim, quando falamos de Estado queremos dizer que este, dentro das suas fronteiras, é o detentor do poder político, do poder coercivo e do poder económico. O Estado, na sua asserção moderna, é a instituição mais importante da sociedade contemporânea, mais poderosa que a Igreja e mais poderosa que as empresas.

ideia, nascida e lançada, a princípio, por um ou mais indivíduos em certo momento, é depois comunicada a outros e, se estes a aceitam, entra então a tomar corpo, organizando-se, criando um poder directivo e certos órgãos que a concretizam e a impulsionam numa verdadeira vontade geral. É um pensamento de empresa, de um que fazer activo, devidamente estruturado e positivamente organizado através de uma realidade social a tender para uma acção unitária. Nascida esta organização, a estrutura e a finalidade do grupo interiorizam-se na consciência dos seus membros, reflectindo-se nas consciências destes, de modo a suscitarem neles o sentimento de uma responsabilidade colectiva (honra corporativa, espírito-de-corpo) que os leva a desempenharem funções, não já só próprias e singulares das suas vidas individuais, mas da vida da colectividade, e necessárias para esta atingir a plena realização dos seus fins. Assim, se constitui a personalidade moral da instituição. Deve, porém, notar-se que nem todas as instituições, pessoas morais, chegam a alcançar desde logo, só por si, a personalidade jurídica. Esta última só lhe é concedida posteriormente, pelo direito, consistindo então numa pura construção jurídica destinada a reforçar e a dar maior eficácia, para o exterior, ao conjunto de relações que já internamente a constituem.

## **2.6 Local e desenvolvimento local**

A expressão “desenvolvimento local” é hoje usada abundantemente, tanto no foro técnico e científico como no foro político, para referir um número de coisas diferentes, sendo útil reflectir o sentido que lhe damos ao falar de desenvolvimento. O que significa o termo “local”: de que falamos exactamente? Associamos, geralmente, “local” à ideia de proximidade geográfica” [Portela (2001), J. Melo (2002)], designação de sítio, pertencente a determinado lugar, ponto considerado em relação à sua posição, sítio ou ponto relativo a qualquer acontecimento, o que faz remontar a sua antiguidade à existência da humanidade. Sem a humanidade, ele não existiria (Portela, 2001). Apesar de “local” poder ter significados diferentes consoante o espaço político e económico em que nos situamos, para efeito deste trabalho, tomaremos o “local” como designação de pequeno território, isto é sinónimo de lugar, que pode ir de uma aldeia a um concelho ou um grupo de concelhos. A expressão “desenvolvimento local” refere-se, portanto, ao processo de melhoria das condições de vida das pessoas e das famílias, ou seja, dos indivíduos ou grupos, que são específicas de determinados lugares ou pequenos territórios. Como veremos adiante, no nosso caso, o “local” é o concelho de Ribeira de Pena.

Para que a noção de lugar ou território fique completa haverá que atender às três dimensões, apresentadas por Veiga (2005: 20), com base no pensamento de Agnew e Giddens:

- Local, enquanto contexto físico onde as relações sociais se constroem;
- Localização, no sentido de apropriação e transformação do espaço numa interacção entre escalas espaciais com destaque para a “maior” de entre elas, a local. Os efeitos sobre o local de processos económicos e sociais de escalas mais vastas;
- Mediação cultural, designada sentimento de lugar, enquadrando a matriz de práticas socialmente construídas que medeiam entre localização e processos sociais.

Citando Massey, o mesmo autor (Veiga: 2005: 21) refere que a singularidade de um lugar é constituída por “interacções particulares e mútuas articulações de relações sociais, processos sociais, experiências e significados, numa situação de co-presença, mas onde uma larga proporção daquelas relações, experiências e significados são actualmente construídas numa longínqua escala mais vasta do que a que definimos para aquele momento como lugar em si”.

Partindo deste ponto é possível pensar quatro novos pressupostos para um conceito mais amplo de lugar. Primeiro, o conceito de lugar não deve ser estático, dado que as interacções que o definem também não são estáticas, mas sim processos. Segundo, os lugares não têm que ter fronteiras definidas e rígidas, excepto por questões práticas para efeito de estudo. Por exemplo, a divisão político-administrativa, a qual, como se observa entre nós, tem variado ao longo do tempo, reflectindo uma luta socio-política constante. As fronteiras do mapa não existem no território mas sobre o território, com marcos, cruces ou vedações de qualquer natureza. O lugar não tem de estar definido em relação a um exterior, mas pode sê-lo, em parte, através da ligação ao que ultrapassa a sua fronteira. Terceiro, os lugares não têm uma única identidade, antes estão cheios de diferenças e matizes internas e de conflitos. Quarto, o lugar é detentor de especificidades que se vão reproduzindo continuamente. Esta multiplicação de peculiaridades resulta:

- da globalização porque ao originar desenvolvimento desigual, gera especificidade;
- das distintas composições de relações sociais (globais e locais) que produzem efeitos distintos;
- da interacção das relações sociais com o meio, constituindo especificidade da história do lugar.

Cabral (1996: 6), citando Miguel Torga, refere “o universal é o local sem paredes”. Não podemos olhar o que é pequeno como sendo insignificante, homogéneo e sem interesse. A riqueza dos pequenos espaços, está, exactamente, na sua diversidade e heterodoxia, no “desvio ao padrão e à média”, integrando esse padrão e essa média (Portela, 2001: 81). “O local e o global não se opõem

em termos lógicos, conceptuais ou político-ideológicos. O local é global, e o global é local. Tudo está em tudo ao mesmo tempo e como tal deve ser pensado” (A. Melo, 2002: 38). Já em 1987 O. Ribeiro, uma figura reputada da geografia nacional, numa expressão de síntese fazia notar que, com os seus recursos imateriais e materiais “um lugar [local] não está isolado no globo: para o compreender é necessário considerar as relações de posição [...]. A Terra é um organismo no qual todas as partes são solidárias” (Ribeiro, 1987: 17).

Assim, local é um espaço. Espaço com pessoas, grupos, comunidades e organizações que estabelecem entre si relações sociais e culturais, com recursos económicos que podem ser utilizados com maior ou menor intensidade. Ou seja, o local está dotado de “actores” que, com a sua cultura, com as suas tradições, com os seus saberes, as suas instituições, permitem que cada espaço/território se diferencie dos outros, não só pela diferença de base económica, mas também sociológica. Pesa muito a identidade socio-cultural e o modo de interacção com o ambiente.

As fronteiras do “local” são muitas vezes uma construção dos homens e não da natureza, assentes em critérios de escala, de espaço-tempo e de inclusão, que, portanto, são também critérios de exclusão. Como faz notar Benedict (2000: 280), a ideia de território é inseparável da vida das pessoas e gerações que nele habitam e da sua identidade cultural. “A maioria das pessoas são moldadas segundo a forma que a sua cultura lhes dá, em virtude da maleabilidade dos seus dotes tradicionais. São plásticas para a força modeladora da sociedade em que nascem”. A tradição emerge assim, como fruto da experiência e das vivências passadas mas não destrói a diversidade de temperamento das pessoas. O hábito colectivo, ou costume, impõe-se de tal forma que pode suprir completamente a necessidade de qualquer desenvolvimento de autoridade legal formal, sendo reconhecido pela designação de direito consuetudinário. Este é, como se sabe, o conjunto de normas não escritas originárias dos usos e costumes tradicionais.

Em Portugal, o predomínio da fragmentação administrativa e a falta de suporte político para a transmissão de práticas culturais e tradições a nível supra local, até ao século XIII, contribuiu para o carácter difuso e até descontínuo das tradições. Estas só preservaram a unidade que lhes foi dada pelas áreas de circulação de usos e costumes impostas pelas unidades geográficas. Compreende-se, assim, que se possam distinguir as tradições transmontanas das minhotas, mas que seja difícil defini-las de maneira coerente e verdadeiramente diferenciada (Mattoso, 2001). A existência em Portugal de uma cultura localista fica bem expressa na turbulenta remodelação administrativa do País ocorrida entre 1830 e 1896, após a Revolução Liberal, e de que ainda recentemente observamos reminiscências na luta para restaurar concelhos como Trofa, Vizela ou Canas de Senhorim.

A antiguidade do local, a que já aludimos, não implica que nele tudo seja velho e inútil. O local está a ser redescoberto e abre-se à modernidade sem ter obrigatoriamente que se descaracterizar. O “local” é um espaço próximo, carregado de simbolismo e afectos, fortemente reconhecido pelos que nele vivem que, tantas vezes, ilusoriamente, o pensam como algo conhecido (Portela, 2001). Do local onde nascemos ou onde vivemos procuramos frequentemente identificar as suas singularidades, num registo de memórias colectivas com os nossos semelhantes, apresentando-as bairristicamente quando temos visitas ou dele simplesmente falamos. O local emerge assim como espaço de permanência opondo-se ao movimento frenético a que a vida moderna muitas vezes nos sujeita. Aqui, cada pessoa, é frequentemente conhecida pela alcunha, pessoal ou da família, sendo o nome de registo frequentemente desconhecido e estranho fora de portas.

Longos períodos de vivência, por vezes vidas inteiras ou mesmo várias gerações, tornam profundo o inter-conhecimento, então dificilmente somos indiferentes aos outros. Como refere Shils (1992: 484), aquilo que aconteceu no passado não é esquecido pelos outros habitantes da aldeia. Pequenas variações no comportamento presente e visível são facilmente interpretadas num contexto de conhecimento acumulado e, assim, sujeitos a deduções acerca de acontecimentos escondidos da percepção directa. Em certo sentido cada homem é uma possessão dos seus vizinhos. A posição social de cada um é fortemente marcada pela posição, na hierarquia local, dos seus ancestrais. À proximidade física e geográfica junta-se frequentemente a proximidade familiar, com graus de parentesco chegados, mesmo com graus de risco na consanguinidade.

Embora o local possa ser visto como território periférico, ou ultra-periférico, para os seus habitantes ele é o centro, em torno do qual orbitam as suas vidas e as suas memórias. É onde estão as suas raízes.

Inspirados na visão de autores como Stohr (1981), Henriques (1990), Fernández (1993), Pereira (1995) e Cêa (1998) chamamos desenvolvimento local ao processo, desencadeado no seio de uma comunidade, de passagem de um certo estado a um outro, valorizado este como de maior perfeição; edificado degrau a degrau, a partir da mobilização dos recursos humanos, materiais e naturais, disponíveis no local; na busca da melhoria das suas condições de vida; em equilíbrio com a natureza e com valores de maior justiça, equidade e respeito pela individualidade. Esta perspectiva, na qual as pessoas são simultaneamente o meio e a finalidade do desenvolvimento, opõe-se ao modelo clássico e neoclássico, característico do paradigma “funcionalista”<sup>28</sup>. Neste caso,

---

<sup>28</sup> O paradigma funcionalista assenta na existência de pólos de desenvolvimento, do centro para a periferia, que exercem uma atracção das regiões mais “atrasadas”, em direcção natural ao crescimento económico das regiões mais “avançadas”. O desenvolvimento processa-se quase por impulsos, que cabe à Administração Central desencadear,

o desenvolvimento é definido de modo centralizado e a partir de cima [Amaro (1992), Simões (1996)]; e enquanto sinónimo de crescimento económico e processo susceptível de replicação pura e simples (Pereira, 1995: 8).

O paradigma de espacialização do desenvolvimento “territorialista” assume maior complexidade e riqueza [Ferreira (1993), Simões (1996)]. Nele, é indispensável a mobilização do potencial endógeno para a promoção do desenvolvimento e da satisfação das necessidades das populações. Nesta concepção, o desenvolvimento só pode ser participado e integrado. As pessoas estão associadas a todo o processo de desenvolvimento, que se concretiza “pela base”. A integração dá-se, segundo Silva (1993: 612):

“entre identidades e mudanças, entre continuidades e rupturas, entre confirmação e valorização de patrimónios acumulados e des/reconstrução crítica [...] Integração [...], entre perspectivas caracteristicamente pontuadas pelo dentro e o fora, o interior e o exterior, o leigo e o perito, quero dizer, procura controlada de superação, numa comunicação fundada sobre a acção cooperativa do que nessas dicotomias é superável pela intervenção deliberada. [Em suma], desenvolvimento integrado quer dizer estratégias globalizantes de intervenção local”

No paradigma “territorialista”, as pessoas e as suas organizações informais e formais são imprescindíveis, “temos uma cultura de participação e de cidadania activa. Por cidadania activa entende-se o acesso a uma expressão cívica activa na vida económica, política e cultural. [...] A fim de ser eficaz a participação necessita de um “ambiente” que a sustente.” (Simões, 1996: 1).

Uma das condições de sucesso deste paradigma é a capacidade das populações se organizarem em estruturas representativas dos seus interesses e aspirações para o desenvolvimento. Assim, ocorrem, endogenamente e de baixo para cima, os impulsos para o desenvolvimento.

As organizações sociais são, portanto, entidades que, a partir do local, fomentam a “motivação endógena” em torno de projectos comuns e promovem a formação de uma consciencialização colectiva, para iniciativas de desenvolvimento. “Nesta linha, o centro nevrálgico de qualquer processo será o reforço da qualificação global das pessoas, nomeadamente, dos actores locais, com vista ao aumento da capacidade de conjugarem, de forma positiva e empreendedora, a tradição e a modernidade” (INDE, 1994: 17).

Não podemos, contudo, ser radicais. O desenvolvimento rural endógeno não pode significar desenvolvimento puramente auto-centrado. Significa, sim, valorização óptima dos trunfos de que dispõe uma dada região rural; espaço natural e beleza da paisagem, produtos agrícolas e florestais

---

escolhendo os locais, parceiros e investimentos preferenciais. Esta concepção reduz, claro está, o desenvolvimento ao crescimento económico. As pessoas estão em segundo plano face ao investimento e às tomadas de decisão.



específicos, “de qualidade”<sup>29</sup>, especialidades gastronómicas, tradições culturais e artesanais, património (arqueológico, arquitectónico e artístico), ideias inovadoras, disponibilidade de mão-de-obra, indústrias e serviços já existentes, tudo isto mobilizando os recursos financeiros e humanos disponíveis na região e trazendo do exterior os meios que faltarem, sob a forma de capitais ou de serviços de animação, aconselhamento e estudo. O grande salto qualitativo desta concepção advém da proximidade dos actores de desenvolvimento à realidade local. Proximidade física e identificação com as particularidades do local, condição básica para que o desenvolvimento não seja uma abstracção (Lopes, 1994: 21) e permita tomar consciência das coisas visíveis e invisíveis, afinal, os actores do desenvolvimento são parte integrante da realidade local. Mas só haverá efectivamente desenvolvimento se o processo for sustentável, como afirma Lopes (2006: 6-7):

“não é legítimo legar aos vindouros um património de oportunidades mais pobre que o nosso, o que, entre outros aspectos, implica que não fique legitimada a existência de processos de crescimento que consumam recursos não renováveis, verdadeiros recursos de capital, nem mesmo recursos renováveis, se o ritmo de delapidação for mais rápido do que o da sua regeneração. Por isso me parece supérflua a adjectivação do desenvolvimento como sustentável; porque se ele não for sustentável, não é desenvolvimento”.

---

<sup>29</sup> Branco (1993: 119) “O grande trunfo que o mundo rural possui para atrair os investimentos necessários é o seu selo de qualidade (Beaumont, Blazer, 1992: 14).”

### **3. RIBEIRA DE PENA: TERRAS, GENTE E ECONOMIA LOCAL**

Apresentadas as traves que estruturam do ponto de vista teórico as ideias à volta das quais se desenvolve o trabalho, passamos a apresentar o território que serve de base ao estudo empírico, isto é, o concelho de Ribeira de Pena. Para tal, vamos em primeiro lugar localizar o concelho. De seguida, apresentamos a caracterização física, percorrendo os aspectos morfológicos, as acessibilidades, a hidrografia, a geologia e o clima, enquanto produtores de amenidades e de constrangimentos que, por isso, são geradores de oportunidades e dificuldades. Sendo a gente a alma do território, e o centro deste estudo, não podemos deixar de fazer a sua caracterização. Assim, abordaremos aspectos como a evolução da população residente, a densidade populacional, a estrutura do povoamento e a estrutura etária da população e ainda o nível de instrução. Para finalizar a apresentação percorreremos aspectos essenciais da economia local, designadamente espaço referente empírico, a sua agricultura, indústria, comércio e serviços. Por último, à guisa de remate de cúpula apresentamos Ribeira de Pena na óptica do desenvolvimento local.

#### **3.1 Localização**

O concelho de Ribeira de Pena é composto por sete freguesias: Alvadia; Canedo; Cerva; Limões; Ribeira de Pena (Salvador); Santa Marinha e Santo Aleixo de Além Tâmega, com 217.4329 Km<sup>2</sup>, integra-se na Região Norte (NUT II), na sub-região do Tâmega (NUT III), fazendo parte da zona de Basto, conjuntamente com os concelhos de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Mondim de Basto, pertencendo ao Distrito de Vila Real. O concelho está incluído na Região Agrária do Entre Douro e Minho, fazendo parte da área de intervenção da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (Figura nº 2).

A zona de Basto está classificada como região desfavorecida de montanha. Segundo Araújo (1988: 353):

“entende-se geralmente por zonas montanhosas aquelas em que se combina o predomínio de altitudes relativamente elevadas (no nosso caso, acima de mais ou menos 600 m) com o de áreas de declives médios acentuados, (digamos, no caso português, superior a 15%), que são impróprios para a prática de uma agricultura de altas produtividades do trabalho, e também para a localização de indústrias que laborem com matérias-primas oriundas de outras regiões.”

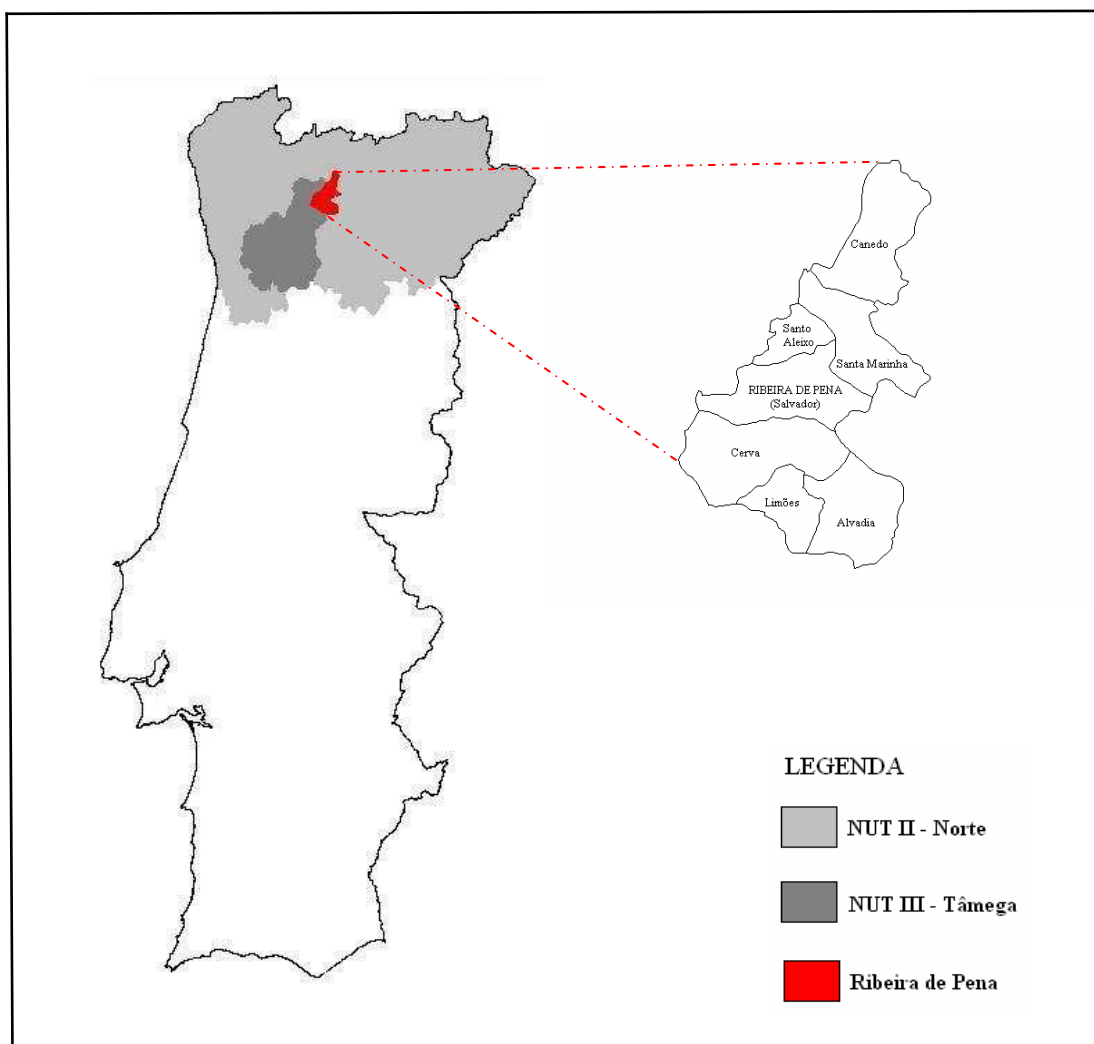


Figura nº 2 – Localização do concelho de Ribeira de Pena

A propósito da divisão regional, Ribeiro (1998: 140) afirma:

“Uma região geográfica caracteriza-se por certa identidade de aspectos comuns a toda ela. Não apenas as condições gerais de clima e posição, mas ainda as particularidades da natureza e do relevo do solo, o manto vegetal e as marcas da presença humana, nos darão o sentimento de não sairmos da mesma terra. A consciência deste facto entre os habitantes traduz-se muitas vezes por uma apelação regional; mas nem sempre regiões tradicionais ou circunscrições administrativas coincidem com divisões geográficas”

Ora a posição geográfica de Ribeira de Pena, zona de transição entre o Minho e Trás-os-Montes, confere-lhe simultaneamente características típicas das duas regiões. Como afirma Taborda (1997:24):

“Não há aglomerados mais ou menos isolados; a população dispersa-se numa infinidade de pequenos lugares e casais, disseminados por todo o vale. Na pequena área de cada freguesia incluem-se os lugares às dezenas. [...] O simples exame duma carta de grande escala é suficiente para documentar mais este contraste com o Alto Trás-os-Montes. Comparem-se, por exemplo, os vales de Ribeira de Pena e de Aguiar.”

## **3.2 Caracterização física**

### **3.2.1 Aspectos morfológicos**

Segundo o esboço morfológico da Região Norte elaborado pela CCRN (1980), o concelho de Ribeira de Pena situa-se na região complexa de montanha. A Norte localizam-se as zonas montanhosas do Barroso, a Noroeste a serra da Cabreira, a Leste as montanhas do Alvão e a Sul os contrafortes do Marão, tornando o território profundamente marcado e condicionado por vales férteis e agrícolas, envolvidos por montanhas abruptas e agrestes.

Todo o concelho se enquadra perfeitamente neste panorama, apresentando um relevo muito acidentado, fortemente marcado pelos vales encaixados dos rios Louredo, Poio e Beça e pelas serra do Alvão e do Barroso. Predominam largamente os terrenos de encosta, sendo os declives naturais muito acentuados (cerca de 50% do concelho apresenta declives superiores a 30%).

O concelho desenvolve-se entre as cotas extremas de cerca de 1400 m (na freguesia de Canedo) e 150 m (junto ao rio Tâmega, na freguesia de Cerva), podendo distinguir-se, de um modo geral, três tipos fundamentais de unidades morfológicas: zona baixa, zona de meia encosta e zona de montanha. Este facto condiciona bastante, entre outros aspectos, a paisagem das bacias hidrográficas, as suas condições de povoamento e os usos e actividades desenvolvidas. Contrastando com as várzeas alongadas, e envolventes dos rios, de maior riqueza agrícola, surgem as zonas de meia encosta, onde predominam claramente os socalcos ganhos à montanha, fruto do trabalho do Homem, em áreas de cultivo para a sua subsistência, conferindo à paisagem uma diversidade de situações e um cunho próprio.

### **3.2.2 Acessibilidades**

A falta de adequadas vias de comunicação para o exterior, quebrada apenas recentemente com a construção do IC5/A7, a par da deficiente rede viária interna tem sido um dos grandes problemas com que o concelho e a própria zona de Basto se têm debatido. Nos últimos anos, tem sido feito um grande esforço na melhoria da rede viária, mas o tradicional isolamento desta região,

apesar de atenuado, ainda se mantém (Figura nº 3). De facto, a A7 surge como o projecto de maior impacto ao nível da rede viária. Proveniente de Guimarães, atravessa o concelho de Ribeira de Pena, cruzando-se com o IP 3 (ligação de Viseu a Chaves) em Vila Pouca de Aguiar. O concelho é beneficiado por um nó na Portela de Santa Eulália. Contudo, não se observam ainda, benefícios visíveis desta nova via. Ribeira de Pena não tem sabido ou podido explorar as oportunidades decorrentes do traçado, correndo o risco de ficar apenas com o canal, isto é, como sítio onde se passa mas não se pára. A ilustrar as nossas dúvidas temos o Parque Industrial de Santa Eulália que na fase de obra do IC5/A7 foi sede de estaleiro e depois não tem conseguido captar investimentos, mantendo-se subaproveitado.

### 3.2.3 Hidrografia

O concelho situa-se no troço médio da bacia hidrográfica do rio Tâmega. O rio Louredo é um afluente da margem esquerda do rio Tâmega; o Poio é afluente do primeiro, ambos com origem na serra do Alvão. O rio Beça tem origem na Serra do Barroso e é um afluente da margem direita do rio Tâmega. Além destes três rios, o concelho apresenta uma série de ribeiras e cursos de água naturais, consequência da sua morfologia, das precipitações abundantes e da presença de substratos geológicos impermeáveis.

A rede hidrográfica (Figura nº 3), assim estabelecida, apresenta uma grande sensibilidade às precipitações diárias, tendo os cursos de água que a constituem um regime tipicamente torrencial. Esta abundância de água, característica de todo o concelho, contribui com maior ou menor eficiência, para que a maioria da área agrícola seja irrigada. Além disso, confere ao concelho um potencial hidrodinâmico elevado. São exemplo, os aproveitamentos mini-hídricos do rio Poio e rio Beça, em funcionamento desde 1994 e 1998, respectivamente.

Os cursos de água existentes são, na sua maioria, muito pouco poluídos, possuindo água de boa qualidade. Assim, além de toda a riqueza paisagística que proporciona, esta rede hidrográfica permite também abundantes recursos aquícolas, revelando grandes potencialidades para a pesca desportiva.



### 3.2.4 Geologia e solos<sup>30</sup>

As unidades geológicas presentes são fundamentalmente rochas eruptivas, na forma sobretudo de granitos e formações sedimentares e metamórficas do Silúrico, Câmbrico e Orvodílico.

Como formações litólicas encontram-se, com maior expressão, os granitos originados na mancha geológica granítica, aparecendo também os xistos, os grauvaques e o complexo xisto grauváquico, correspondendo aos terrenos do Silúrico, do Câmbrico e do Ordovícico. É de referir também o aparecimento de aluviões actuais, que ocorrem ao longo dos cursos de água principais.

Em relação aos solos, a maior parte da área é ocupada com Cambissolos húmicos (provenientes quer de rochas eruptivas, quer de xistos), aparecendo ainda solos do grupo Ranker, associados às cotas mais elevadas. São solos de textura ligeira ou mediana, permeáveis, facilmente trabalháveis.

Podemos concluir ser baixo o potencial edáfico natural, pelo predomínio de solos delgados, naturalmente pobres em bases e matéria orgânica, com reacção ácida a muito ácida. Constituem excepção as pequenas manchas aluvionares, associadas aos leitos dos rios.

O PDAR de Basto (1989) refere que este baixo potencial edáfico foi contrariado, ao longo de muitos séculos pelas gentes da região, que foram fabricando o seu próprio solo (construção de socacos, estrumações intensivas, condução das águas abundantes, etc.), conseguindo estender a cultura a zonas que, naturalmente, não tinham qualquer aptidão agrícola. Como afirma Portela (1993: 142), “os agricultores são também produtores de solos”.

### 3.2.5 Clima

O clima de Ribeira de Pena é o resultado de duas influências: a mediterrânica e a atlântica. A primeira faz-se sentir principalmente no Verão, embora o ritmo mediterrânico de Verões quentes e secos sofra alguma modificação pela influência atlântica moderadora. A segunda predomina no Inverno, caracterizando-se por uma série de correntes de ar húmido, que se deslocam de Oeste para Leste.

Segundo a classificação de Köppen, a zona em estudo apresenta um clima da forma Csb, isto é, temperado, chuvoso, estação seca no Verão, sendo este pouco quente. Pela classificação de Thornthwaite e, reflectindo a diversidade topográfica existente, a região apresenta um clima que vai

---

<sup>30</sup> Na falta de elementos mais precisos, nomeadamente estudos de solos e elementos cartográficos a escalas grandes, que permitissem uma caracterização mais detalhada destes aspectos, recorremos à consulta do Atlas do Ambiente (SEARN, 1975), do PDAR de Basto (1989), do PDM de Ribeira de Pena (1991 a) e Carta de Solos e Aptidão da Terra (DRAEDM, 1997).

de húmido (B1, B2, B3,) a super-húmido (A), mesotérmico (B'4), moderada a grande deficiência de água (s e s2) e pequena concentração térmica estival (a'). Veja-se, a propósito, o Quadro nº 1.

Quadro nº 1 - Valores médios de alguns elementos climáticos, concelho de Ribeira de Pena

INDICADORES CLIMÁTICOS	VALORES MÉDIOS
Temperatura Média Anual	10 – 15 ° C
Precipitação Média Anual	1 400 – 2 000 mm
Insolação Média Anual	2 400 horas

Nota: Os dados usados referem-se às Normas Climatológicas de 1951 – 1980, publicadas pelo I.N.M.G. (1991), relativos às estações meteorológicas: Vila Real e Pedras Salgadas; e às estações udométricas: Ribeira de Pena; Lamas de Alvalá; Santa Marta da Montanha; Mondim de Basto e Cavez. Para melhor complemento destas, recorreu-se também à consulta de Cartas do Atlas Climatológico de Portugal Continental (SMN, 1974).

### 3.3 Caracterização demográfica

#### 3.3.1 População residente

Desde meados do século XIX até 1960, a população do concelho de Ribeira de Pena cresceu de forma significativa. A partir desta data, tem-se vindo a verificar uma acentuada diminuição da população residente, observando-se mesmo que o número de habitantes em 2001 é inferior ao de 1864 (Figura nº 4 e Quadro nº 2). Esta perda de população tem ocorrido de uma forma sistemática, ao longo das últimas décadas, sendo possível observar períodos de maior aceleração nessa diminuição (década de 60/70 e 81/91), alternando com períodos duma certa estagnação, como é o caso da década de 70/81 (Quadro nº 3 e Quadro nº 4).

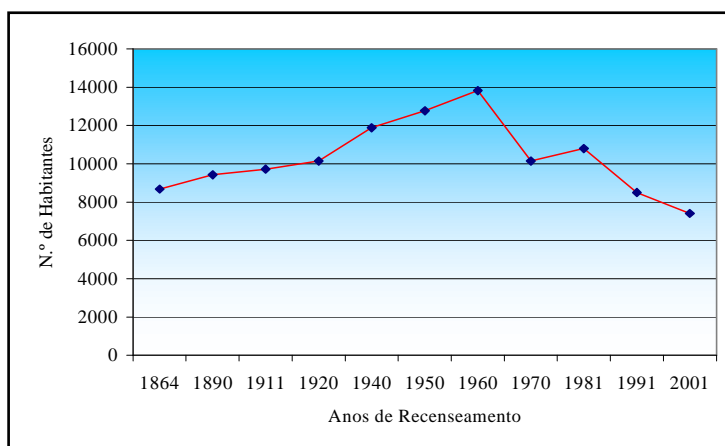


Figura nº 4 – Evolução da população residente no concelho de Ribeira de Pena (1864 – 2001)



Quadro nº 2 - Evolução da População residente no concelho de Ribeira de Pena, de 1864 a 2001

Freguesias	Ano de Recenseamento											
	1864	1890	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Alvadia	344	356	357	357	420	507	488	498	390	446	329	220
Canedo	1008	1044	1128	1136	1077	1323	1363	1987	1145	889	642	507
Cerva	2788	3058	3056	3523	3346	3296	4148	4332	3525	3811	2676	2607
Limões	597	709	768	735	628	996	910	919	695	688	481	393
R. Pena (Salvador)	2551	2864	2929	2820	4386	3539	3545	3609	2715	3214	2895	2573
Santa Marinha	871	825	889	932	---	1446	1317	1398	910	1039	853	665
Santo Aleixo	521	574	596	602	850	778	999	1083	765	709	628	447
TOTAL	8680	9430	9723	10105	---	11885	12770	13826	10145	10796	8504	7412

Fonte: INE, Recenseamentos da População

Quadro nº 3 - Evolução da população residente entre décadas (1940-2001)

Concelho	1940		1950		1960		1970		1981		1991		2001	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
R. Pena	11885	100	12770	107.4	13826	116.3	10145	85.6	10796	90.8	8504	71.6	7412	62.4

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Quadro nº 4 - Variação da População Residente entre décadas (1940-2001)

Concelho	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001
	%	%	%	%	%	%
R. Pena	7.4	8.2	-26.7	6.4	-21.2	-12.8

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Na década 1981/91 registou-se uma grande diminuição no concelho (-21.2%), para a qual as três freguesias da bacia hidrográfica do Poio (Alvadia, Cerva e Limões) foram das que mais contribuíram. Todas elas tiveram perdas superiores à média do concelho.

Os movimentos migratórios e o abaixamento do saldo natural constituem os principais factores a considerar, na análise e explicação da evolução demográfica da região, nas últimas décadas, assemelhando-se ao que se passa a nível nacional.

A actividade mineira de exploração de volfrâmio, que terá sido o factor dominante do crescimento demográfico do concelho de Ribeira de Pena e em particular de Cerva, perde importância após a II Guerra Mundial. As minas de Cerva foram o segundo maior couto Mineiro do distrito de Vila Real, tendo a exploração mineira ocorrido até ao início da década de 70. O surto de emigrantes, em especial para França, ocorrido durante a década de 60; o retorno das ex-colónias na década de 70 e o fenómeno recente da emigração sobretudo para a Suíça e Espanha, com contratos anuais de carácter sazonal, são exemplos de movimentos migratórios que influenciaram fortemente a variação da população residente, aos longo das últimas décadas, com grande incidência ao nível do concelho. A atracção exercida pelos grandes centros urbanos e pelo litoral, quer em termos de condições de vida, quer em relação a oportunidades de emprego, surge como mais um factor a considerar na influência dos movimentos migratórios sobre a evolução demográfica de toda a região.

Esta tendência é bem expressa no trabalho de Lourenço (1993: 37 - 38), que, a par de registar que o êxodo rural ainda não foi sustido, ao contrário do que acontece em vastas regiões da Europa, aponta, com base nos Censos de 1991, o concelho de Ribeira de Pena, entre os que a nível nacional mais amplo crescimento negativo sofreram, no período 1981 a 1991. Embora as perdas tenham diminuído entre 1991 e 2001 (12.8%), a tendência persiste. Em cerca de sessenta anos (1940 a 2001) o concelho perdeu 38% da sua população.

### 3.3.2 Densidade populacional

Em 1991, a zona de Basto apresentava uma baixa densidade populacional (69 hab.<sup>-km<sup>2</sup></sup>) em oposição ao Entre Douro e Minho, de que faz parte, que registava valores da ordem dos 320 hab.<sup>-km<sup>2</sup></sup>. O concelho de Ribeira de Pena mostra valores ainda menores (39 hab.<sup>-km<sup>2</sup></sup>). Os dados revelam, contudo, uma clara diversidade de situações. Assim, as freguesias de Cerva, e de Ribeira de Pena (Salvador) mostrando deter alguma capacidade de fixação da população, apresentam respectivamente uma densidade populacional de 63 hab.<sup>-km<sup>2</sup></sup> e de 72 hab.<sup>-km<sup>2</sup></sup>; em oposição, Canedo e Alvadia, as duas freguesias nos extremos Norte e Sul, têm apenas respectivamente 18 hab.<sup>-km<sup>2</sup></sup> e 10 hab.<sup>-km<sup>2</sup></sup>.

Esta situação agravou-se com o decréscimo de população ocorrido entre 1991 a 2001, como se observa no Quadro nº 5.

Quadro nº 5 - Densidade Populacional, 1991-2001 (hab<sup>-km2</sup>)

Unidades territoriais	Área Km <sup>2</sup> a)	1991		2001	
		População	Densidade Populacional	População	Densidade Populacional
Alvadia	33,74	329	10	220	7
Canedo	36,16	642	18	507	14
Cerva	42,21	2 676	63	2 607	62
Limões	17,82	481	30	393	22
R. Pena (Salvador)	40,48	2 895	72	2573	64
Santa Marinha	34,65	853	25	665	19
Santo Aleixo	12,37	628	51	447	36
Ribeira de Pena	217,43	8 504	39	7 412	34
Região de Basto	810,80	55 931	69	54 297	67

a) CAOP – Carta Administrativa Oficial Portugal

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População

### 3.3.3 Estrutura do povoamento

O povoamento do concelho de Ribeira de Pena distribui-se, para além da população isolada e dispersa que existe, por uma série de lugares ou povoações de maior ou menor dimensão. De facto, as freguesias reúnem alguns aglomerados com bastante importância em termos populacionais, destacando-se genericamente as sedes das freguesias para além de um ou outro lugar.

O facto de o concelho se situar numa zona de transição, entre o Minho e Trás-os-Montes, reflecte-se também ao nível da estrutura do povoamento. É possível observar a coexistência dum povoamento disperso, embora com fraca expressão, nas freguesias de ribeira, nomeadamente Cerva, Ribeira de Pena (Salvador), Santa Marinha e Santo Aleixo de Além Tâmega, típico do Minho e resultado de certa forma da fragmentação das explorações agrícolas, e dum povoamento concentrado com maior expressão em Limões, Alvadia e Canedo, típico de Trás-os-Montes e servindo de suporte à exploração do território envolvente.

A diminuição do número de isolados, associado ao esvaziamento populacional de alguns lugares, indica uma certa evolução no sentido da concentração da população nos aglomerados de maior dimensão e que apresentam uma maior dinâmica de vida quotidiana.

### 3.3.4 Estrutura etária da população residente

Um dos maiores problemas com que Ribeira de Pena se debate é o progressivo envelhecimento da população. No Quadro nº 6 apresenta-se a evolução, entre 1970 e 2001, da população residente concelhia por grandes grupos etários. É possível notar um decréscimo da população jovem (0 – 14 anos), para cerca de metade, acompanhado dum aumento da população idosa (mais de 65 anos), que praticamente triplicou no período de tempo considerado.

Quadro nº 6 - Evolução da população residente por grandes grupos etários, Ribeira de Pena

Categoria	Idade	1970		1981		1991		2001	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Jovens	0-14	3995	39.4	3343	31.0	2023	23.8	1203	16.25
Activos	15-64	5395	53.2	6141	56.9	5088	59.8	4585	61.86
Idosos	>= 65	755	7.4	1312	12.1	1393	16.4	1624	21.91
<b>TOTAL</b>		<b>10145</b>	<b>100</b>	<b>10796</b>	<b>100</b>	<b>8504</b>	<b>100</b>	<b>7412</b>	<b>100</b>

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

O duplo envelhecimento demográfico torna-se mais evidente, se usarmos o índice de envelhecimento como termo de comparação (Quadro nº 7) e se olharmos para a estrutura das pirâmides etárias de 1991 e 2001 (Figura nº 5).

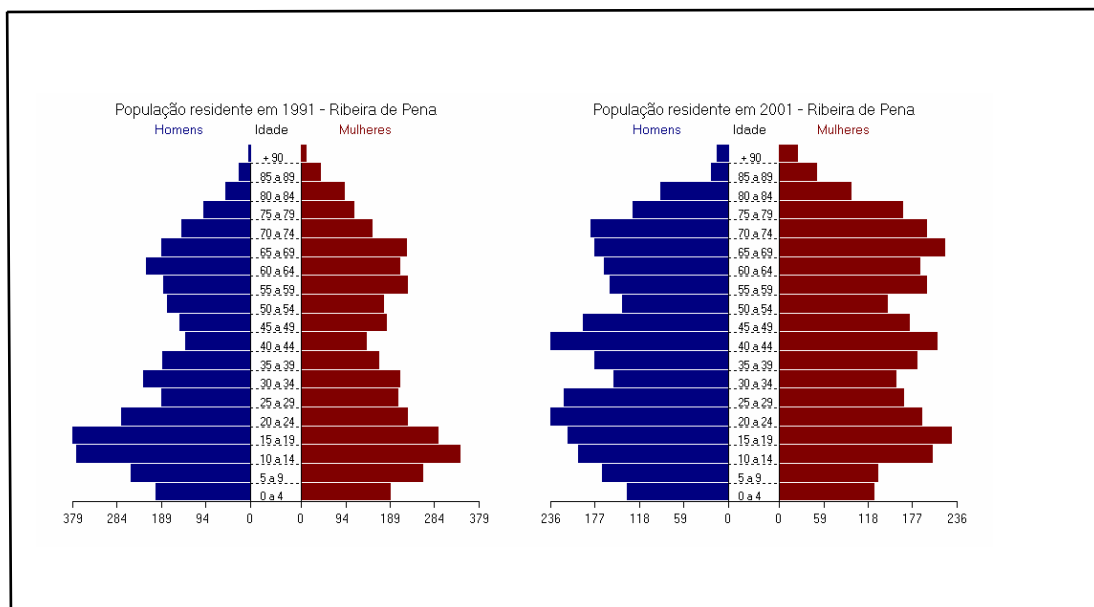
Quadro nº 7 - Índice de Envelhecimento a)

Unidade Territorial	1970	1981	1991	2001
Ribeira de Pena	19.4	39.2	68.9	135.0
Portugal	34.0	44.9	66.7	102.2

a) Índice de Envelhecimento =  $Po_{65+}/Po_{-14} \times 100$

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Lourenço (1993: 38), dá-nos números que permitem enquadrar Ribeira de Pena com acrescida preocupação. Se em 1981, Ribeira de Pena apresentava um índice de envelhecimento inferior à média nacional, na década de 1981/91 o índice sobe para 68.9, valor superior à média nacional, mantendo a mesma tendência em 2001 (Quadro nº 7). Os valores têm tanto mais significado quanto expressam o galopante envelhecimento da população concelhia, com um acréscimo de 95.8% em apenas vinte anos (1981/2001).



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Figura nº 5 – Pirâmides etárias 1991 e 2001

### 3.3.5 População activa

Os movimentos migratórios, já referidos, têm reflexos sobre as características da estrutura etária da população, sendo particularmente significativa nas idades mais activas. Daí que a emigração e a imigração produzam efeitos contrários sobre a estrutura etária da população:

- na base, pela diminuição de nascimentos resultante das saídas de indivíduos, da faixa etária de maior coincidência com a fase de constituir família;
- no topo, reforçando o peso relativo dos indivíduos nas idades mais avançadas, pela saída de efectivos em idades activas e entrada de idosos.

A dinâmica migratória afecta principalmente a população activa, induzindo a uma baixa taxa de actividade (30.49% em 2001) que, como se pode observar no Quadro nº 8, representa um pequeno acréscimo relativamente a 1991 (+0.77%), parcialmente explicado pela proporção de decréscimo populacional do concelho e a redução de activos. Assim, em termos absolutos, regista-se um contínuo decréscimo da população activa. Este facto evidencia uma insuficiente oferta de emprego, afectando sobretudo a camada jovem da população, não atraída pelo trabalho agrícola, considerado social e economicamente menos aliciante.

Quadro nº 8 - População activa civil a exercer uma profissão no concelho de Ribeira de Pena, 1981 a 2001

Ano	População Residente	População Activa	
		Nº	%
1981	10 796	4 079	37.78
1991	8 504	2 527	29.72
2001	7 412	2 260	30.49

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

### 3.3.6 Nível de instrução da população

O Quadro nº 9 mostra-nos o panorama geral da evolução da instrução no concelho de Ribeira de Pena, representando em valores absolutos a população analfabeta, bem como a que sabe ler, escrever e que possui um grau académico. A taxa de analfabetismo, por nós calculada em relação à população total, embora apresente um decréscimo de 13.7% no período considerado, cifrase ainda em 24.45%, em 2001, quando a média nacional era, em 1991, de 15.3%<sup>31</sup>.

Quadro nº 9 - População Residente no concelho de Ribeira de Pena segundo o grau de instrução, 1981 a 2001

Ano	Total da População	Não sabiam ler nem escrever		Possuem um grau de ensino				
		Nº	%	Total	Primário	Secundário	Médio	Superior
1981	10 796	4 119	38.15	6 677	5 110	1 379	74	21
1991	8 504	2 475	29.10	5 890	3 970	1 824	55	68
2001	7 412	1 812	24.45	5 600	3 126	2 264	20	251

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

A partir do Quadro nº 10, quanto à população possuidora de um grau de ensino, poderemos concluir o seguinte:

- o ensino primário, de 1981 a 2001, teve um considerável decréscimo relativo. Este decréscimo deve-se, por um lado, ao facto de a escolaridade obrigatória neste período

<sup>31</sup> Departamento de Programação e Gestão Financeira (DEPGEF) do Ministério da Educação.

- passar para o 9º ano de escolaridade; por outro lado, a exigência de instrução mínima para obtenção de empregos, tanto em instituições públicas como em privadas. É digno de referência o trabalho desenvolvido pela Extensão Educativa, que levou muitos adultos a completarem o 1º e/ou o 2º Ciclo;
- a par da imposição legal da escolaridade obrigatória, muito terá contribuído para o aumento do número de detentores do ensino secundário o alargamento até ao 12º ano de escolaridade na EB 2, 3 Secundária de Ribeira de Pena e o início de funcionamento, em 1995, da EB 2, 3 de Cerva (até ao 9º ano de escolaridade), factos estes que aproximaram a escola do local de residência dos alunos;
  - ao nível do ensino médio, o decréscimo observado poderá ser explicado por quatro vias:
    - 1) cursos de bacharelato passaram a licenciaturas;
    - 2) pessoas qualificadas com bacharelato continuaram os seus estudos;
    - 3) na busca de melhores oportunidades de emprego; os jovens optam cada vez mais pela licenciatura;
    - 4) a falta de oportunidades poderá ter motivado a saída destes quadros técnicos, para outras regiões;
  - quanto ao ensino superior, a taxa de detentores deste grau quase quadruplicou, nas décadas 81/91 e 91/2001, provavelmente pela proximidade da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, da Universidade do Minho e do Instituto Politécnico de Bragança e, também sem dúvida, devido à melhoria das condições económicas das famílias.

Quadro nº 10 - População de 7 ou mais anos que possui um grau de ensino, no concelho de Ribeira de Pena (% em relação ao total dos que sabiam ler), em 1981 a 2001

Ano	Grau de ensino possuído			
	Primário	Secundário	Médio	Superior
1981	76.53	20.65	1.10	0.31
1991	67.40	30.96	0.93	1.15
2001	55.82	40.43	0.36	4.48

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Este quadro de formação escolar agrava-se, quando o grau de iliteracia (50% dos portugueses não entende aquilo que lê) motiva comportamentos que Costa (1998) descreve do seguinte modo:

“Percentagem elevada de analfabetismo, acompanhado de desconfiança, autodefesa, amor-próprio traduzido, ora por uma supervalorização pessoal, ora por afirmação de: “não sei, não valho, não posso, não compreendo, tenho muito que fazer, não tenho tempo, quem não tem que fazer que faça.”

Temos, portanto, uma massa crítica amorfa, que necessita reclamar para si mesmo o desenvolvimento pleno das suas potencialidades.

### **3.4 Caracterização da economia local**

#### **3.4.1 Actividade agrícola**

No concelho de Ribeira de Pena, um dos aspectos mais salientes do uso actual do solo, é o peso significativo do baldio, que representa cerca de 83% da área total. Esta área é gerida, em conjunto pela Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) e pelas Juntas de Freguesia em Santo Aleixo, Santa Marinha e parte de Cerva e pela DGRF com os Conselhos Directivos dos Baldios em Canedo, parte de Cerva (Agunchos e Formoselos) e Alvadia.

O baldio tem um papel muito importante, como suporte da alimentação dos efectivos animais, principalmente no caso dos bovinos autóctones, dos pequenos ruminantes e da apicultura e, como fornecedor de matos para as camas dos animais. Tem sido frequente a existência de conflitos entre as entidades gestoras do baldio, que pretendem proteger os povoamentos entretanto instalados, e os vários pastores que entendem “necessitar” destas áreas, para a alimentação dos seus animais.

Dada a densa rede hidrográfica existente e as possibilidades de rega que esta proporciona, predominam claramente as culturas de regadio. Segundo os dados do RGA 1999, 94.78% das explorações dispõem de rega e 81.91% da SAU do concelho é irrigável. As produções têm por base, em muitos casos, uma lógica de autoconsumo, sendo obtidas de forma tradicional, isto é, com forte incorporação de mão-de-obra e recurso predominante a variedades tradicionais. Os fracos rendimentos obtidos através das culturas praticadas têm conduzido ao abandono de muitas parcelas



agrícolas. Comparando os dados do RGA 1989 e RGA 1999 regista-se a redução em 2.81% da SAU, a par de uma redução de 39.75% no número de explorações (Quadro nº 11).

Quadro nº 11 - Variação da superfície de SAU e número de explorações (1989-1999)

Ribeira de Pena	Superfície Agrícola Utilizada (SAU)				Explorações			
	Total ha	% <sup>a)</sup>	Irrigável ha	%	Total Nº	%	Com rega Nº	%
RGA 1989	3 828.28	17.60	3 576.97	93.43	1 464	100	1 312	89.62
RGA 1999	3 215.22	14.79	2 633.54	81.91	882	100	836	94.78

a) % da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) relativamente à área total do concelho (21 743.29 ha)

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais Agrícolas

Segundo o RGA 1999 Ribeira de Pena tinha 882 explorações agrícolas, destas 742 explorações tem um ou mais hectares, enquanto que 104 dispõem apenas de uma área considerada mínima e 36 não atingem essa área mínima mas desenvolvem actividade com animais. No âmbito de um estudo diagnóstico para o desenvolvimento do concelho de Ribeira de Pena, realizado pela ADRIPÓIO em 2003, foram inquiridas 222 explorações escolhidas de forma aleatória mas proporcional, por freguesia [Coelho (Coord.), 2003a]. O Quadro nº 12 regista o número de ocorrências registadas como resposta à questão “Que produtos cultivava e que animais cria?”. Como se pode ver as culturas de Primavera/Verão têm um grande peso, destacando-se o milho-grão, a batata e o feijão (Quadro nº 12).

Como elemento característico do concelho, surge a vinha, como se pode ver 77% das explorações cultivam vinha (Quadro nº 12). Só a freguesia de Cerva tem 262 ha de área coberta com esta cultura<sup>32</sup>. Existem algumas vinhas estremes, mas na grande maioria dos casos ela encontra-se em bordadura, dividindo as parcelas. É frequente observar-se a característica vinha de enforcado, que ocorre um pouco por toda a região dos Vinhos Verdes, onde o concelho se inclui, mas que é principalmente típica de Basto.

Dum modo geral, a vinha apresenta-se decrépita, começando recentemente a verificar-se um progressivo abandono da sua cultura, principalmente como consequência das dificuldades de comercialização do vinho, apesar de, em algumas zonas da freguesia de Cerva este ser de boa qualidade e com fama a nível local<sup>33</sup>. Predominam as castas tintas, tendo o vinho branco uma

<sup>32</sup> O trabalho de cadastro e registo vitícola, levado a cabo pela equipa do Projecto de Emparcelamento, possibilitou, na freguesia de Cerva, em 1997, a legalização de quase 100 % da vinha.

<sup>33</sup> A propósito, confira-se a reconhecida qualidade dos vinhos de Basto nas transcrições que Pinho (1993: 49-63) faz das conferências do Prof. António Augusto Aguiar.

expressão reduzida. As videiras americanas puras e híbridos, produtores directos, encontram-se um pouco por todo o lado.

Quadro nº 12 - Produtos cultivados e animais criados em Ribeira de Pena

Que produtos cultiva e que animais cria?		N	%
Animais	Bovinos: carne	193	88.5
	Aves	176	80.7
	Suínos	95	43.6
	Bovinos: leite	94	43.1
	Ovinos	39	17.9
	Caprinos	26	11.9
	Apicultura	10	4.6
	Outros animais (cavalos, coelhos)	2	0.9
-----			
Vegetais	Milho	210	96.3
	Batata	209	95.9
	Feijão	193	88.5
	Vinha	168	77.1
	Hortícolas	142	65.1
	Floresta	108	49.5
	Fruticultura	99	45.4
	Centeio	6	2.8
	Outros vegetais (azeite, castanheiros, aveia, feno, milho para silagem)	5	2.3

Fonte: ADRIPOIO (2003) Inquérito à Agricultura

As culturas hortícolas e o olival também possuem certa expressão (Quadro nº 12). As primeiras encontram-se próximo dos aglomerados populacionais, nos chamados quintais ou hortas, sendo cultivadas sobretudo com a finalidade do autoconsumo, como adiante se verá (Quadro n 14). Existem alguns olivais estremos, com culturas sob coberto, mas predomina claramente o olival disperso, apresentando as árvores, em qualquer dos casos, uma idade avançada.

Os pomares, têm uma expressão muito reduzida. As árvores de fruto existentes encontram-se dispersas, sobretudo associadas às hortas ou quintais.

O centeio, aparece em zonas de maior altitude, nomeadamente em Alvalá, Canedo e Limões<sup>34</sup> mas cada vez com menor expressão.

<sup>34</sup> A palha de centeio entrançada é usada na produção de diversos artigos artesanais: chapéus, seiras, etc.

Em relação à ocupação florestal, ela é essencialmente dominada pelo pinheiro, como fornecedor de madeira e de resina, esta última aproveitada nas áreas baldias. Recentemente, apareceram algumas plantações de eucaliptos, mas que apresentam uma expressão reduzida no panorama florestal do concelho. Com bastante importância, quer pela pequena área que ocupam, quer pelo seu valor paisagístico, surgem várias manchas de folhosas diversas, sobretudo associadas às linhas e curso de água. Estas manchas de folhosas foram outrora abundantes, pelo menos se atendermos à enorme diversidade de topónimos, do género “carvalhal”, “souto”, etc.

As áreas cobertas por matos e estevas, apesar de excessivas e de concederem à paisagem um aspecto agreste, têm importância como suporte da alimentação dos pequenos ruminantes, que vagueiam de forma errante no baldio e como fornecedoras de materiais para as camas dos animais. Estes materiais dão posteriormente origem aos estrumes, que possibilitam as abundantes estrumações, típicas da agricultura da região. As pastagens permanentes têm um peso muito significativo, sendo muitas delas de crescimento espontâneo. São de destacar os lameiros ou prados de lima, a maior parte das vezes associados a zonas mais declivosas e na proximidade de linhas de água, em áreas de baldio, fruídas em regime de licença de cultura. Existem também os lameiros de secadal, que recebem apenas as águas das chuvas, por vezes, habilmente conduzidas por um sistema de regos, cada vez mais abandonados.

A pecuária tem um peso significativo na economia das explorações agrícolas do concelho, podendo afirmar-se, sem grande erro, que quase todas as explorações possuem um certo efectivo pecuário (Quadros nº 12 e 13). Além dos produtos que fornece, a criação de gado permite o aproveitamento dos estrumes e a utilização, no caso dos bovinos, da força animal nos trabalhos agrícolas.

O gado, funcionando como verdadeiro símbolo de poder, e mostrando a riqueza e a força de trabalho do proprietário, apresenta alguma variedade no concelho, sendo o mais comum o bovino, seguido do suíno, do ovino e do caprino. Os equídeos, predominantemente gado cavalariço, têm expressão reduzida. Os animais de pequeno porte: coelhos e aves estão, também, presentes em grande número de explorações. A abundante floração das mais diversas espécies vegetais propicia excelentes condições para a apicultura.

Em todo o concelho, os caprinos e bovinos são as espécies animais criadas com significado económico. Em 1999, o efectivo caprino era de 6415 animais e o efectivo bovino os 3259 animais, dos quais cerca de 350 são de raças leiteiras, estando concentradas numa só exploração, em Cerva, cerca de 270 animais. É de salientar o forte decréscimo no número de explorações com animais e consequente redução dos efectivos. Contudo, a diminuição do número de explorações, no caso dos bovinos (-38.49%) e caprinos (-53.40%) não teve correspondência directa na redução dos efectivos

que foi apenas de 12.79% e 9.71%, respectivamente. Esta situação poderá em parte ser associada à “cessação da actividade agrícola”<sup>35</sup> de elevado número de pequenos produtores e à transferência dos respectivos direitos para os novos produtores.

A exploração de bovinos de carne é essencialmente baseada na raça Maronesa, raça autóctone de elevada rusticidade e perfeitamente adaptada às condições naturais da região, cuja carne possui qualidades organolépticas reconhecidamente elevadas. É de referir que, na zona de Basto, está concentrado cerca de 40% a 50% do efectivo Maronês nacional. A exploração destes animais continua a ser feita duma forma tradicional. Encontra-se fortemente implantada no concelho a Associação de Criadores do Maronês, que tem desenvolvido algumas acções no sentido de melhorar a exploração dos animais desta raça<sup>36</sup>.

Os ovinos e suínos são essencialmente explorados, com a finalidade de autoconsumo, registando a também uma forte queda no número de explorações e de animais. No caso dos suínos, a redução do número de explorações é acompanhada da queda do efectivo. A exploração caprina é feita fundamentalmente em pastoreio nos baldios existentes, como já foi referido, tendo como finalidade a obtenção do “cabrito da serra”, produto com denominação geográfica de produção<sup>37</sup>, com muita procura.

A apicultura e a piscicultura são duas actividades a considerar também. A primeira tem uma adesão considerável, reunindo na região condições edafo-climáticas muito boas. O mel produzido é de alta qualidade, sendo o seu escoamento fácil e os preços compensadores. No entanto, nos últimos anos, os apicultores têm sofrido severos prejuízos, devido à incidência de varrose e traça. Entre 1989 e 1999, desapareceram 86.07% das explorações, tendo o número de colmeias e cortiços diminuído 76.13% (Quadro nº 13).

Em relação à piscicultura, existem condições adequadas à sua instalação, nomeadamente águas pouco poluídas e de boa qualidade, conforme já foi referido. Apesar destas condições propícias ao seu desenvolvimento, só existe um pequeno viveiro de trutas, situado no Rio Louredo.

---

<sup>35</sup> Embora com resultados modestos a nível nacional, a “medida de cessação da actividade agrícola”, inicia em 1992/94, no POERCAA, e continuada a partir de 1994 pela Portaria 854/94, de 22 de Setembro, teve em Ribeira de Pena um elevado número de candidaturas (24 e 59 respectivamente) comparativamente com o resto do país. (Baptista e outros, 2000; Monteiro, 2000).

<sup>36</sup> Foi reconhecida, como Denominação de Origem Protegida (DOP), a denominação tradicional «Carne do Maronês», Despacho 14/94, de 26 de Janeiro, por requerimento do Agrupamento Cooperativa Agrícola de Vila Real, C.R.L.

<sup>37</sup> Foi reconhecida como Indicação Geográfica Protegida (IGP) «Cabrito das Terras Altas do Minho», Despacho 24/94, de 04 de Fevereiro, por requerimento do Agrupamento Cooperativa Agrícola de Ribeira de Pena, C.R.L.

Quadro nº 13 - Número de explorações com animais e respectivos efectivos (1989 e 1999)

Espécie	RGA 1989		RGA 1999		Variação % (1989-1999)	
	Nº Explorações	Nº de Animais	Nº Explorações	Nº de Animais	Nº Explorações	Nº de Animais
Bovinos	756	3 737	465	3 259	- 38.49	- 12.79
Suínos	681	1 522	320	865	- 53.01	- 43.17
Ovinos	75	1 044	42	940	- 44.00	- 9.96
Caprinos	191	7 105	89	6415	- 53.40	- 9.71
Equídeos	69	74	47	51	- 26.08	- 31.08
Coelhos	x	x	362	3 072	x	x
Aves	x	x	735	11 172	x	x
Colmeias e cortiços	244	2 509	34	599	- 86.07	- 76.13

Fonte: Recenseamentos Gerais Agrícolas

Quase todas as explorações (85.4%) vendem bovinos. Segue-se, muito distanciada, a venda de vinho (23.1%). A venda dos demais produtos pelas explorações é pouco expressiva: os caprinos, o terceiro produto mais vendido, ficam-se pelos 7.1% (Quadro nº 14)

Quadro nº 14 - Produtos cultivados e animais criados para venda

Quais os produtos / animais que vende?	N	%
Bovinos	181	85,4
Vinho	49	23,1
Caprinos	15	7,1
Nenhum	13	6,1
Milho	11	5,2
Leite	7	3,3
Batata	7	3,3
Ovinos	6	2,8
Aves	5	2,4
Suínos	5	2,4
Outros	3	1,4

Fonte: ADRIPÓIO (2003) Inquérito à Agricultura

Ao nível das freguesias, do concelho e mesmo de Basto, verifica-se a quase inexistência de estruturas formais de comercialização e as que existem funcionam mal. A forma de escoamento dos produtos é repartida entre a venda directa e a venda a intermediários. Em qualquer dos casos, o local de venda é maioritariamente na própria exploração, sendo o preço firmado no acto da venda.

A chegada tardia das vias de comunicação adequadas, também influenciou negativamente na comercialização, quer de factores de produção, quer de produtos. Ambos são bastante onerados em custos de transporte, elevando os custos de produção e de colocação no mercado.

### 3.4.2 Indústria, comércio e serviços

O sector agrícola, como se viu, desempenha um papel de relevo na satisfação das necessidades do sistema económico e social da região, onde uma população envelhecida complementa o seu rendimento com subsídios e reformas. Porque não aparecem actividades industriais, a jusante da produção, o sector tem-se vindo a tornar duplamente repulsivo: por um lado, repulsivo para a população activa que procura noutros sectores melhores condições de trabalho e melhores remunerações; por outro, repulsivo dos capitais, que encontram melhores oportunidades de aplicação noutros domínios que não o agrícola, fora da região.

Os sectores, secundário e terciário, com crescimento muito lento e baixo nível de diversificação, apresentam poucas alternativas de emprego. No âmbito de um estudo diagnóstico para o desenvolvimento do concelho de Ribeira de Pena, em 2003, num inquérito exaustivo que procurava abranger a globalidade das empresas do concelho de Ribeira de Pena apenas se identificaram 172 empresas [Coelho (Coord.), 2003b]. Com base neste estudo, caracterizando a distribuição geográfica das empresas pelas freguesias, verificamos que esta está em forte concordância com a distribuição populacional, por existir um maior número de empresas nas principais freguesias do concelho. As freguesias mais populosas do concelho detêm perto de 90% das empresas: a freguesia sede de concelho, Ribeira de Pena (Salvador), possui 77 empresas, correspondendo a 49.4%; e na freguesia de Cerva estão estabelecidas 60 empresas, isto é, 38.5% (Quadro nº 15). As freguesias mais pequenas possuem quase exclusivamente estabelecimentos comerciais cujo objecto é o fornecimento de bens essenciais para o quotidiano da população: mercearias, talhos, minimercados; ou a criação de espaços de lazer: cafés. A única excepção encontra-se na freguesia de Alvalá em que está sediado um empresário de construção civil. As empresas industriais e de serviços estão localizadas nas freguesias mais centrais do concelho, Ribeira de Pena (Salvador) e Cerva; onde se encontram quer a principal fonte de mão-de-obra, quer o maior número de potenciais clientes.

Quadro nº 15 - Distribuição das empresas pelas freguesias em Ribeira de Pena

Freguesia	N	%
R. Pena (Salvador)	77	49.4
Cerva	60	38.5
Canedo	5	3.2
Santo Aleixo	5	3.2
Limões	4	2.6
Santa Marinha	3	1.9
Alvadia	2	1.3

Fonte: ADRIPÓIO (2003) Inquérito à indústria, comércio e serviços

A caracterização do concelho no que concerne ao tipo de empresas mostra-nos existirem apenas 4 empresas de construção civil e 6 empresas industriais (2.8% e 3.8%, respectivamente), 33 empresas de serviços (31.2%) e 113 estabelecimentos comerciais (72.4%) (Quadro nº 16). As empresas industriais distribuem-se pela freguesia de Ribeira de Pena (Salvador), quatro indústrias, e de Cerva, as restantes duas indústrias. As empresas comerciais e de serviços estão quase equitativamente distribuídas pelas freguesias de Ribeira de Pena (Salvador) e Cerva: poderia dizer-se, se considerar que na freguesia de Ribeira de Pena (Salvador) existe uma proporção ligeiramente superior de empresas de serviços (26.0% contra 21.7%), enquanto nas empresas comerciais existe uma proporção ligeiramente superior na freguesia de Cerva (73.3% contra 66.2%).

Quadro nº 16 - Distribuição das empresas por ramo de actividade em Ribeira de Pena

Ramo de actividade:	N	%
Comércio	113	72.4
Serviços	33	31.2
Indústria	6	3.8
Construção civil	4	2.6

Fonte: ADRIPÓIO (2003) Inquérito à indústria, comércio e serviços

A natureza das empresas do concelho de Ribeira de Pena distribui-se fundamentalmente em três categorias: empresários em nome individual (71.8%); sociedade por quotas (20.5%); e, sociedades unipessoais (5.8%) (Quadro nº 17). As empresas comerciais e de serviços, têm como natureza, essencialmente, empresário em nome individual: 77.9% e 69.7%, respectivamente; enquanto que são as indústrias aquelas que são fundamentalmente sociedades por quotas (83.3%).

Todavia, existe ainda uma proporção importante de empresas comerciais e de serviços que optam por ser sociedades por quotas: 14.2% e 24.2%, respectivamente; embora sejam estas empresas as únicas cuja natureza pode ser sociedade unipessoal.

Quadro nº 17 - Distribuição das empresas por natureza da empresa em Ribeira de Pena

Natureza da empresa	N	%
Empresário em nome individual	112	71.8
Sociedade por quotas	32	20.5
Sociedade unipessoal	9	5.8
Sociedade anónima	1	0.6
Cooperativa	1	0.6
Arrendado	1	0.6

Fonte: ADRIPOIO (2003) Inquérito à indústria, comércio e serviços

A grande maioria das empresas do concelho de Ribeira de Pena iniciou a sua actividade nos anos mais recentes (Quadro nº 18). Uma em cada quatro empresas não completou ainda o respectivo nono aniversário (25.5%) e mais de metade tem menos de uma década e meia de laboração (59.5%). É importante referir que 5 das 6 empresas industriais foram implantadas muito recentemente, ou seja, entre 1997 e 1999.

Quadro nº 18 - Distribuição das empresas por ano de fundação ou início de actividade em Ribeira de Pena

Ano de fundação / Início de actividade	N	%
Antes de 1980	18	11.8
Entre 1980 e 1989	30	19.6
Entre 1990 e 1994	24	15.7
Entre 1995 e 1999	42	27.5
Depois de 1999	39	25.5
Não responde	3	

Fonte: ADRIPOIO (2003) Inquérito à indústria, comércio e serviços

Exceptuando uma proporção reduzida de empresas, o número de trabalhadores das empresas do concelho de Ribeira de Pena não ultrapassa os três trabalhadores: mais de metade das empresas tem um único funcionário (50.6%) e quase 40% tem dois ou três trabalhadores: 28.2% e 9.6%,



respectivamente (Quadro nº 19). As empresas que possuem um número de empregados superior à dezena são em número muito escasso, apenas sete (4.5%) e têm como ramo de actividade: a indústria (duas); a construção civil (duas); duas empresas comerciais, uma padaria / pastelaria; e uma empresa de serviços (agência de viagens).

Aquando da realização do inquérito, em 2003, o número de postos de trabalho na indústria, comércio e serviços do concelho de Ribeira de Pena era de 490. Estes trabalhadores distribuem-se pelos ramos de actividade em análise da seguinte forma: 42% em empresas comerciais; 23% na construção civil; 20% na indústria; e, 16% em empresas de serviços. As empresas comerciais e de serviços empregam, em média, duas pessoas: 1.8 e 2.3, respectivamente; enquanto as unidades industriais e de construção civil empregam, em média, um número elevado de pessoas, 16.0 e 28.0, respectivamente.

Quadro nº 19 - Número de trabalhadores por empresa em Ribeira de Pena

Número de trabalhadores	N	%
1	79	50.6
2	44	28.2
3	15	9.6
4	4	2.6
5	5	3.2
6 ou mais	9	5.8
Total	490	100.0

Fonte: ADRIPÓIO (2003) Inquérito à indústria, comércio e serviços

Com o quadro evidenciado pelos dados anteriores, cumulativamente com o duplo envelhecimento referido no ponto 3.3.4, coloca na primeira linha a necessidade de vitalizar o tecido industrial, comercial e de serviços no concelho. Para tal encontra-se em fase de instalação, há vários anos, o parque industrial da Portela de Santa Eulália (junto ao nó da IC5/A7), que se bem promovido, poderá constituir uma excelente oportunidade de diversificação do tecido empresarial. As perspectivas dos empresários registadas pelo inquérito realizado pela ADRIPÓIO em 2003 são muito reveladoras. Perante a questão: “Imagine que lhe concediam uma quantia avultada para investir nesta organização, como a aplicaria?” Pelas respostas obtidas resulta inequívoca que a larga maioria dos inquiridos aplicaria essa quantia nas instalações, de forma a proporcionar a respectiva modernização. Essa avultada quantia seria largamente investida na organização, se bem que valha a pena registar algumas outras respostas interessantes como “não sabe”, “não aceitava” ou

simplesmente “em nada”. Numa pergunta aberta à livre resposta dos inquiridos observou-se alguma preocupação com aspectos, como por exemplo: a necessidade de criar empregos, a falta de união entre os comerciantes e a necessidade de receber mais e melhor informação sobre os apoios proporcionados pelo Estado e por outras entidades como a Comunidade Europeia.

O PIB *per capita* em 2000 era de 2 329,39 €, 32% da média nacional, colocando o concelho no penúltimo lugar no panorama do Distrito de Vila Real. Assim não é estranho que o poder de compra estivesse em último lugar no distrito, apenas 34% da média nacional (Coelho e outros, 2002).

Com base nos dados do IEF, em 2001 a taxa de desemprego de Ribeira de Pena ascendia a 6.6%, a mais alta do distrito. É de salientar que um número indeterminado de “desempregados”, não existe estatisticamente, porque as pessoas não têm motivação ou condições para se deslocar ao Centro de Emprego de Basto (Arco de Baúlhe – Cabeceiras de Basto), para aí se inscreverem.

A conjugação destes factores afecta principalmente os jovens, que na sua maioria não se sentem atraídos pelo trabalho agrícola, mal remunerado, penoso e, muitas vezes, realizado em condições climáticas desfavoráveis. Segundo o RGA 1999, entre 1990 e 1999, apenas se instalaram 36 novos jovens agricultores. A alternativa tem sido, de facto, a fuga para fora da região, diminuindo o potencial humano fundamental num processo de desenvolvimento.

A recente instalação de um “parque aventura”, o “Pena Aventura Park” (ver ponto 4.6.1), que organiza actividades desportivas em meio natural, explorando o acidentado da orografia e a paisagem, apresenta-se como um bom exemplo de exploração dos recursos naturais, com procura no mercado, capaz de gerar rendimento e emprego.

A implementação do PDM de Ribeira de Pena, a partir de 1995, surge também como um factor a considerar no desenvolvimento concelhio Aspectos como o ordenamento do território, disciplina no uso do solo, preservação dos recursos naturais e aproveitamento das potencialidades locais, revestem-se duma importância decisiva.

### **3.5 Alicerces para o desenvolvimento local em Ribeira de Pena**

O primeiro aspecto relevante para o desenvolvimento de Ribeira de Pena é seguramente a sua posição geográfica, isto é, a proximidade de várias cidades da região Norte, digamos, a menos de 100 Km. O segundo advém de Ribeira de Pena ser atravessado pelo IC5/A7 e de o nó de Santa Eulália estar no centro do concelho. É também junto a este nó que se cruzam as duas vias estruturantes para a mobilidade interna no concelho, a EN 206 que faz a ligação de Guimarães a Chaves e a EM 312 (antiga EN 312), que liga Mondim de Basto a Santa Eulália, passa por Ribeira

de Pena (Salvador) e faz ligação a Boticas (ver Figura nº 3). Assim, tornou-se fácil e perfeitamente acessível, a menos de uma hora de viagem, a deslocação às cidades: de Amarante, Fafe, Guimarães, Braga e Porto no sentido do litoral; mas também a Vila Real e Mirandela ou Chaves e mesmo a Espanha, para o interior. Como varias vezes ouvimos dizer, a João José Alves Pereira: “o que leva também traz”. Este ilustre ribeirapense que foi Presidente da Câmara de Ribeira de Pena entre 1977 e 1997 e actualmente é Presidente da Assembleia Municipal, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena, entre outros cargos que desempenha, mostra-se, hoje, menos optimista quando diz “trouxe menos do que eu pensava”. Mas a expectativa continua a ser a mesma. Esta ligação que facilita a saída de Ribeira de Pena também represente a oportunidade de fixação para quem pretenda melhor qualidade de vida e possa dispor de meios para usufruir desse privilégio.

Além da atractividade que pode representar a localização do concelho de Ribeira de Pena, em resultado do encurtar do espaço-tempo, no movimento pendular de vai e vem da vida quotidiana moderna, há outros argumentos a considerar. Assim, a grande variedade de relevo, que associa os vales férteis envolventes dos rios Tâmega, Beça, Louredo e Poio a uma zona de meia encosta, onde predominam os socacos necessários à sua utilização agrícola e, ainda, uma zona de montanha agreste e imponente, concede a Ribeira de Pena uma diversidade e riqueza paisagística deveras invejável. As paisagens “naturais” e, sobretudo, agrárias podem ser desfrutadas a partir de numerosos miradouros e parques. Neste conjunto, os rios surgem como elementos estruturantes da paisagem, proporcionando actividades de lazer e recreio, ou de simples contemplação e amenidade. Associados aos cursos de água, existem moinhos típicos, em “carreiras”<sup>38</sup> por vezes com mais de uma dezena de unidades, que constituem elementos representativos de usos e costumes ainda não muito distantes no tempo, encontrando-se muitos deles desactivados e muito degradados. Este elevado número de linhas de água e a necessidade de nelas se construir passagens sólidas fez com que chegassem até aos nossos dias diversas pontes medievais, destacando-se as seguintes: a ponte medieval de Alvite (conjunto de ponte, pontões e poldras); o pontão do “Cabresto”, em Bromela; e a ponte medieval do Louredo, nos Seixinhos. Do início do século XX e ainda a funcionar temos a ponte de arame sobre o rio Tâmega, que durante quase cinquenta anos foi a única via de ligação permanente, entre as duas partes do concelho que se estende em ambas as margens deste rio.

A montanha agreste e ventosa e os declives acentuados onde serpenteiam os rios e ribeiras para além da paisagem que produzem constituem também, potencial energético. Surgiram deste

---

<sup>38</sup> Algumas carreiras de moinhos que por vezes terminam em azenhas e pisões, são tão extensas que aparecem cartografadas na carta militar 1:25 000. A título de exemplo referimos apenas a carreira de moinhos de Agunchos, na freguesia de Cerva e a de Bustelo, na freguesia de Ribeira de Pena (Salvador).

modo as mini-hidráulicas do Poio e Beça exploradas pela empresa de produção de energia hidroeléctrica e eólica, a Empreendimento Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso (EHATB)<sup>39</sup>. A energia eólica em Ribeira de Pena é explorada pela Gamesa Energia de Portugal, S.A, um dos principais construtores de parques eólicos na Península Ibérica e, também, um dos mais importantes fabricantes mundiais, de aerogeradores. O Parque Eólico do Alvão, vai poder produzir 42MW de energia e será o mais potente, em termos de energia eléctrica, a ser implantado no distrito de Vila Real. Ao todo, serão implantados 21 aerogeradores nos pontos mais altos das freguesias de Limões e Alvaia. Em termos nacionais o Parque Eólico do Alvão poderá contribuir com 1,12% da produção nacional de energia eólica. Mas nem tudo são vantagens, este parque está a ser construído em pleno Sítio da Rede Natura 2000 Alvão/Marão.

A interacção entre relevo, clima e solo, conduziu ao estabelecimento de vários tipos de vegetação natural. A intervenção do Homem, reduzindo a extensão da floresta primitiva, introduzindo novas espécies, destruindo povoamentos espontâneos, faz-se sentir fortemente, criando uma nova paisagem. Segundo Ribeiro e outros (1988), o concelho de Ribeira de Pena inclui-se, em termos de alianças e associações climáticas no domínio da *quercion occidentale*, a mais atlântica das alianças existentes em Portugal. É caracterizada pelo predomínio de árvores de folhas caducas, com maior expressão até 500-600 m de altitude<sup>40</sup>. Nas zonas de maior altitude apareciam os vidoeiros (*Bétula celtibérica*), normalmente associados às linhas de água. Em consequência da intervenção humana, esta vegetação natural encontra-se quase totalmente substituída pelas monótonas florestas de Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) e de outras resinosas, de origem artificial ou subespontânea. O flagelo dos incêndios tem posto em causa este tipo de floresta, sendo visível a existência de vastas áreas ardidas, exposta à erosão do solo. É ainda possível observar algumas espécies da floresta natural, formando pequenos bosquetes na periferia dos aglomerados, ao longo das linhas de água e nas faixas circundantes às zonas de agricultura e pastagem.

Os lameiros ou prados de lima constituem também um elemento característico da paisagem. Constituídos essencialmente à base de espécies vegetais naturais, encontram-se associados aos pequenos cursos de água e separados por fiadas de carvalhos e de outras folhosas, que evitam a

---

<sup>39</sup> Esta empresa, com sede em Ribeira de Pena, pertence aos seis Municípios do Alto Tâmega: Ribeira de Pena, Boticas, Montalegre, Chaves, Vila Pouca de Aguiar e Valpaços. Com investimentos espalhados por vários concelhos, representando uma importante fonte de financiamento para as autarquias, com lucros anuais de milhões de euros.

<sup>40</sup> Do Carvalho roble ou alvarinho (*Quercus rober*), aparecendo daí para cima o Carvalho negral (*Quercus pyrenaica*). Associada a esta floresta climática apareciam outras árvores de folha caduca como o Plátano bastardo (*Acer pseudoplatanus*), o Freixo (*Fraxinus angustifolia*) e o Amieiro (*Alnus glutinosa*). Introduzindo um elemento sempre verde nesta paisagem apareciam o Medronheiro (*Arbutus unedo*), o Azereiro (*Prunus padus*) e o Azevinho (*Ilex aquifolium*) sendo a única resinosa existente o Teixo (*Taxus baccata*).

erosão dos solos. Os muros de pedra solta e de suporte dividindo as parcelas agrícolas e a vinha em bordadura, muitas vezes de enforcado, constituem elementos cénicos típicos das zonas agrícolas. Além de testemunhas seculares duma laboriosa exploração da terra, os muros de pedra solta são habitat de diversos répteis e de vários invertebrados, principalmente quando expostos ao sol.

Ao nível dos recursos faunísticos, é também de assinalar a grande diversidade existente, associada à própria diversidade do ambiente físico envolvente. A caça e a pesca desportivas surgem com particular importância, respectivamente por via da zona de caça municipal, que engloba todo o concelho, e da concessão de pesca desportiva do rio Poio e Louredo. Numerosos praticantes destas modalidades são atraídos ao território.

Além dos moinhos, a que já fizemos referência, o concelho de Ribeira de Pena apresenta um importante património edificado, sendo relevante assinalar os espigueiros tradicionais, muitos deles datados do século XIX, os alpendres e as eiras a eles associados, que constituem o repositório de antigas manifestações culturais aliadas às actividades agrícolas, de que as desfolhadas são um exemplo. Os núcleos primitivos da maioria das povoações são testemunhos deste importante património edificado, destacando-se o grande número de edifícios do século XVIII e XIX, muitos deles brasonados. Na sua construção domina o granito em aparelho regular ou rústico, sendo possível observar, em muitos casos, a existência de varandas fechadas em madeira ou granito e de oratórios em pedra. Normalmente, no piso térreo situam-se as cortes e as restantes instalações de apoio à actividade agrícola. Muitas destas casas têm vindo a degradar-se ao longo dos anos, por abandono dos seus habitantes, sendo hoje em dia utilizadas exclusivamente como cortes de gado e locais de recolha de produtos, instrumentos e alfaías agrícolas. Deste vasto património edificado apenas resultaram quatro iniciativas de turismo em espaço rural, com uma oferta muito reduzida de camas, da ordem de uma dezena, sendo esta uma das áreas com certo potencial para a criação de emprego, a par da exploração dos recursos naturais e valorização do património edificado. Há ainda a acrescentar um vasto conjunto de elementos do património religioso, designadamente igrejas e capelas.

O concelho conta um “santuário rupestre”, em Lamelas (Martins, 1981) e ainda com vestígios da Civilização Castreja, típica do Norte do país, comprovada pela existência de diversos povoamentos identificados no PDM. Do mesmo modo também se identificaram vestígios da ocupação romana, que ainda não foram estudados e estão sob risco de se perderem. Nomeadamente por falta de informação da população, têm ocorrido destruições pela recolha de pedras nos locais com valor arqueológico, na sua maioria situados em zonas de baldio.

O património arqueológico e construído é símbolo da presença humana no território. Contudo, a população está a decrescer rapidamente e algumas aldeias estão a ficar despovoadas,

especialmente nas zonas de montanha onde os acessos tardam a chegar e onde o número de habitantes já não tem peso eleitoral que leve os políticos a olhar para eles. A concentração de serviços nos núcleos maiores e a melhoria generalizada do nível de rendimentos da população com as reformas da emigração também facilita estes movimentos internos da população. A falta de iniciativas geradoras de emprego também não tem facilitado a fixação de jovens que embora cada vez mais qualificados não se sentem atraídos a ficar e a investir no território natal. O apelo do litoral ou do estrangeiro onde os salários são mais elevados tem contribuído assim para que o decréscimo da população seja acompanhado de um preocupante envelhecimento. Paralelamente às questões demográficas surgem aspectos de ordenamento do território que é necessário resolver. A falta de gente num espaço humanizado leva à regressão da qualidade do meio, à perda de biodiversidade e coloca em risco a segurança das encostas e dos vales. No vale do Poio, em Dezembro de 1992, e novamente no Inverno de 1995, a natureza mostrou a sua força. Em dois dias de chuva torrencial provocaram elevados estragos nas freguesias de Cerva e Limões. Este temporal destruiu muros, açudes, levadas e pontes. Desde 1937 que não se verificavam tão intensas chuvadas, entre os mais idosos diz-se não haver memória de se terem visto “ribeiras tão fortes e atrevidas”. Os lameiros ficaram cheios de lama, areia e pedregulhos, mais de uma dúzia de açudes destruídos, canais de rega danificados e a seco, caíram muros de suporta das margens, diminuíram drasticamente as áreas de cultivo. Hoje, quinze anos volvidos, ainda são visíveis os estragos. De facto, se a natureza e a actividade do Homem sobre o território foi capaz de produzir uma data de características que valorizam o território, estão produziram-se amenidades<sup>41</sup> enquanto símbolos de cultura e de civilização. Assim, é necessário criar formas de organização capazes de explorar as oportunidades aqui contidas como bem expressa Covas (2004:195):

“a economia local rural não se sustenta só com bens públicos puros e benefícios contextuais e reticulares se na base das iniciativas não estiver uma economia empresarial emergente ou com possibilidades mínimas de o ser”

Esta é seguramente uma grande fragilidade de Ribeira de Pena. Não há uma economia empresarial emergente como comprova o retrato da indústria, comércio e serviços que resultou do trabalho de inquirição realizado, em 2003, pela ADRIPOIO, no âmbito do “Observatório local para o desenvolvimento de Ribeira de Pena”. Esta é uma tarefa que merece ampla discussão para que os

---

<sup>41</sup> Uma amenidade rural é “um activo patrimonial, natural e cultural, com um valor potencial muito superior ao seu valor observável”. As amenidades podem ser naturais ou humanizadas, tendo como características: a raridade; irreversibilidade dos atributos; não produtibilidade, não transacção e ainda: não exclusão dos utilizadores; não concorrência ou não rivalidade e a elasticidade rendimento. (Covas, 1999: 19-23).

bons exemplos possam difundir-se e a economia ganhe fôlego. Ribeira de Pena tem de olhar para as suas potencialidades como ponto de partida abrindo-se ao capital externo seja ele financeiro ou de competências. É necessário instalar indústria ligada aos recursos existentes onde se destaca de imediato a fileira florestal mas também a pecuária extensiva para valorização da “carne do maronês” e o “cabrito das terras altas do Minho” entre outros produtos como o mel o linho a gastronomia e as tradições locais. Para tal será necessário consolidar uma imagem de marca, por exemplo a de “terra de linho”. Será a partir da criação de emprego, emprego em actividades produtivas capazes de reter mais valias no território que se iniciará a reversão do declínio actual. A diversidade e riqueza paisagística, a qualidade do meio ambiente, o variado património existente e a tipicidade dos costumes e formas de vida no concelho de Ribeira de Pena, são aspectos a preservar em qualquer tipo de intervenção que aí se pretenda ter. O seu aproveitamento, desde que equilibrado e sustentado, constitui uma das vertentes de maior importância quando se equaciona o desenvolvimento da região, obrigando as autarquias e entidades locais a um aturado esforço nesse sentido.

No capítulo do património industrial destacam-se as minas de Volfrâmio na freguesia de Cerva, hoje desactivadas, mas que desde finais do século XIX até aos anos 70 do século XX, com grande pujança durante a 2ª Guerra Mundial, deixaram um significativo património industrial que merece ser reabilitado para fins turísticos, com especial destaque para as minas de Adoria e S. João e a lavaria do Penoso.

Numa óptica de desenvolvimento local a gastronomia é outro aspecto a não perder de vista. A cozinha tradicional de Trás-os-Montes sempre há-de espantar os seus admiradores que não se pensam ser impossível que das pedras e das montanhas resultem produtos com tamanho sabor. E da província ao lado (o Minho), as verduras mimosas não-de sempre ser ramalhete a dar cor, gosto e tempero aos condutos ricos de carnes e peixes. Ora Ribeira de Pena, também na gastronomia se situa na zona de confluência destes gulosos paladares, destacando-se: as couves com feijões com capotes de bacalhau; couves com feijão com carne de porco; milhos escornados (com carne de vaca), esgravatados (com carne de ave), esfuçados (com carne de porco) ou ricos (com todas as carnes juntas); a carne IGP “Cabrito das Terras Altas do Minho” e DOP “Carne do Maronês”; as alheiras de Cerva e os bolos de farinha de milho, além de alguns bons vinhos.

Em conclusão, Ribeira de Pena enquanto concelho predominantemente rural é rico em património natural e cultural. Está em regressão demográfica há várias décadas, o que resulta no despovoamento do território e no envelhecimento da população. População essa que apresenta baixos níveis de escolaridade, com alguma melhoria na última década. Tem um tecido empresarial muito frágil e pouco dinâmico, gerador de poucos postos de trabalho. Como a economia local está

muito centrada na satisfação das necessidades locais, quer a actividade agrícola, quer a incipiente indústria, o comércio e os serviços necessitam de encontrar oportunidades e casos de inovação. Estes, permitirão repensar o território e as potencialidades em hibernação, há já bons exemplos, como o “Pena Aventura Park”, valorizando os produtos de qualidade, tornando o território atractivo, e por isso, promissor no sentido atribuído por Covas (2004: 195):

“no limite, podemos afirmar que os territórios mais promissores serão aqueles que conseguirem combinar ou sintetizar bens ou investimentos-âncora que reúnam, virtuosamente, os três pares de elementos seguintes: ambiente e actividade económica, turismo e lazer, cultura e ciência”.

Uma das formas de mobilização do potencial endógeno para a promoção do desenvolvimento e da satisfação das necessidades das populações é comprometer os cidadãos, que são os detentores dos recursos endógenos, em processos abertos de debate e de exercício de democracia participada para uma efectiva capacitação da necessidade do esforço individual para a produção do bem comum, isto é, há absoluta necessidade de que as pessoas entendam que terá de partir dos ribeirapenenses o primeiro esforço para alterar o *status quo*. Ribeira de Pena necessita de deixar de ser apenas ponto de passagem para ser também, ponto de paragem e de fixação tirando partido do encurtar do “espaço-tempo” que resulta da abertura da auto-estrada (IC5/A7). O conjunto de organizações existentes no concelho, que vamos apresentar no capítulo seguinte, podem bem constituir um importante contributo para o caminho a percorrer, para além de muitos outros aspectos como veremos a seguir.



#### 4. ASSOCIATIVISMO EM RIBEIRA DE PENA

No capítulo anterior localizamos e caracterizamos o concelho de Ribeira de Pena quer do ponto de vista físico, demográfico e económico, quer do ponto de vista dos alicerces para o desenvolvimento local. Agora, vamos centrar o nosso esforço na estrutura associativa sediada em Ribeira de Pena. Assim, a partir do ano de fundação de cada organização e do lugar onde está sediada fazemos a leitura espacial e temporal do tecido associativo de Ribeira de Pena. Esta leitura é complementada pela tipificação das associações em grupos, que arrumam as associações em função da sua principal área de actuação. De seguida passamos à apresentação de cada associação em concreto.

Em linha com a tendência europeia e portuguesa e mercê de contextos locais favoráveis, em Ribeira de Pena, nas últimas décadas o designado Terceiro Sector tem apresentado um crescimento significativo, o que permitiu uma maior visibilidade das actividades e serviços por ele prestado. O que resulta num acréscimo de interesse dos cidadãos e do Estado nas organizações que o constituem, onde se englobam: associações de desenvolvimento local, instituições particulares de solidariedade social, cooperativas, associações mutualistas, associativismo popular<sup>42</sup> e outras organizações sem fins lucrativos.

Mesmo tão só a nível local a composição do dito Terceiro Sector é variada e complexa, podendo ser analisada sob diversos ângulos, tais como: o motivo que está na sua origem; as áreas de actuação das organizações que o compõem; as formas legais que essas organizações assumem e, por último, as várias funções que desempenham. Na caracterização subsequente das associações de Ribeira de Pena vamos focar as particularidades da génese dos processos associativos, procurando identificar as motivações que estiveram na sua origem uma vez que, também, ao nível do desenvolvimento local, as entidades do Terceiro Sector desempenham um importante papel, centrando a sua actuação nas pessoas, que assumem um papel participativo nos processos locais de decisão, constituindo assim um factor de vitalidade e qualidade de vida dos territórios.

Em finais de 2007, no concelho de Ribeira de Pena existiam, legalmente constituídas, 27 associações, tendo a mais antiga sido fundada em 1918. Este conjunto de organizações é fruto de esforço e iniciativa dos ribeirapenenses, ao longo de quase um século, na busca de soluções para os problemas locais. Assim, para caminhar no sentido do nosso objecto de estudo, isto é, o motivo que está na origem de cada organização e o contributo que ela dá ao processo de desenvolvimento local

---

<sup>42</sup> A designação é aplicada de forma restrita, ou seja, somente a organizações de cultura, desporto e recreio.

vamos começar por olhar para a distribuição, no espaço e no tempo, das iniciativas, tendo por base o local da sede e o ano da fundação de cada organização. Depois, damos conta da tipologia que adoptamos para ordenar a sequência das associações neste trabalho. Seguindo-se a apresentação propriamente dita de cada uma das organizações associativas de Ribeira de Pena.

Começamos então por observar a distribuição espacial das associações (Figura nº 6). O Vale do Tâmega conta com 14 unidades, sendo 11 em Ribeira de Pena (Salvador) e três em Santa Marinha. O vale do Poio apresenta 13 casos, 11 em Cerva e dois em Limões. As freguesias de Alvadia, Canedo e Santo Aleixo de Além Tâmega não têm qualquer associação sediada no seu território. Parece legítimo afirmar que a distribuição geográfica das associações se faz segundo um padrão centrípeto e demográfico: elas concentram-se no centro, desaparecem na periferia Norte e Sul do concelho. Com efeito, o número de entidades por freguesia espelha a densidade demográfica, isto é, a existência de “massa crítica”, e a capacidade de atracção das duas vilas: Ribeira de Pena (sede do concelho) e Cerva, onde se encontram instaladas quase todas as associações das respectivas freguesias. No caso de Cerva apenas a ACDR de Agunchos está sediada fora da vila. Em Ribeira de Pena a dispersão é um pouco maior, com uma associação na Trofa e outra em Bustelo. Em resumo, nestas duas freguesias estão instaladas 81% de todas as organizações de Ribeira de Pena.

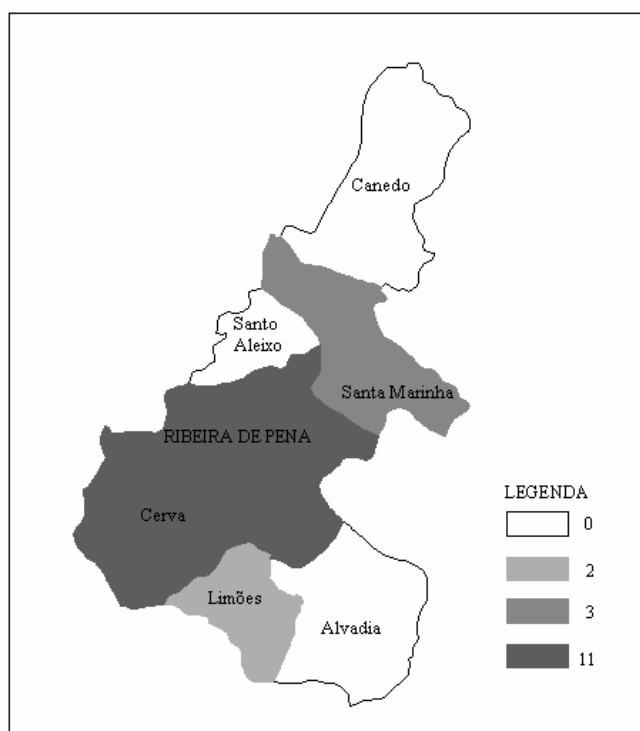


Figura nº 6 – Número de organizações por freguesia, Ribeira de Pena, 2007

A distribuição das iniciativas no tempo também é bastante heterogénea, concentrando-se em curtos períodos nas últimas décadas do século XX, como se pode observar na Figura nº 7.

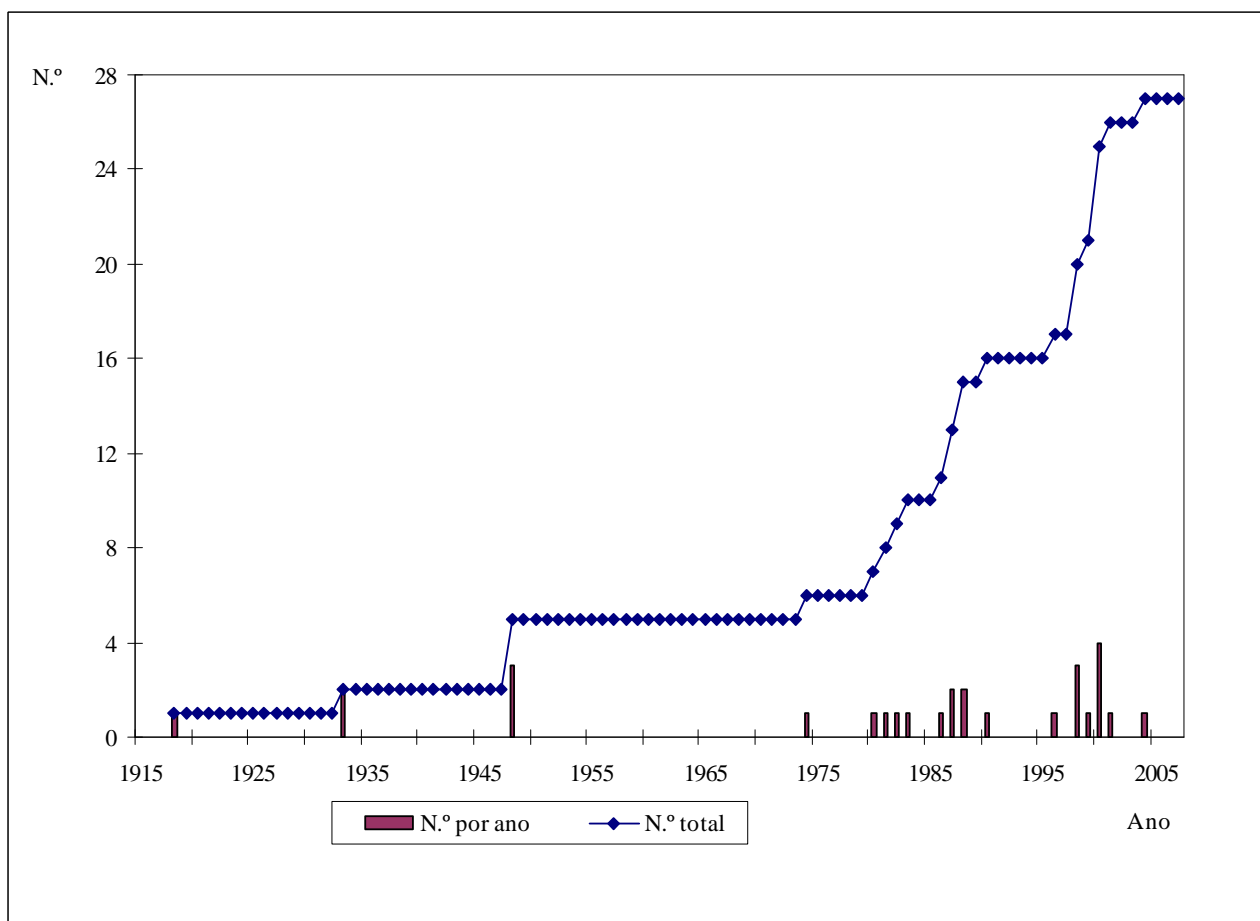


Figura nº 7 - Número de organizações por ano de fundação e total, Ribeira de Pena, entre 1918 e 2007

Nos primeiros 75 anos do século XX apenas foram criadas seis organizações, três das quais eram organizações de Estado (um Grémio da Lavoura e duas Casa do Povo). Com a revolução democrática do 25 de Abril o panorama alterou-se radicalmente, em 10 anos (1975-1985) surgiram cinco novas associações. É relevante registar que duas resultam da autonomização ou transformação de estruturas existentes. Isto é, dá-se a criação de um Grupo desportivo a partir da Casa do Povo e observa-se a transformação do Grémio da Lavoura em Cooperativa Agrícola. A década seguinte, 1986 a 1995 foi mais rica em número e variedade de colectividades (duas cooperativas de artesãos, uma IPSS, uma associação "política" e duas ACDR). Mas a grande explosão de organizações

ocorreu entre 1996 e 2004 com a fundação de 11 novas estruturas (duas ADL, quatro ACDR, uma associação humanitária, uma associação “política”, uma associação centrada no artesanato em linho e duas outras centradas nos recursos naturais).

Da totalidade de organizações existentes no concelho, oito têm trabalhadores assalariados, num total de 261 postos de trabalho. Globalmente, em Ribeira de Pena, o Terceiro Sector apresenta-se, assim, como um importante criador de emprego, contribuindo de forma positiva para a fixação da população. A este propósito tenhamos presente que o número de trabalhadores empregados pelas empresas é só da ordem das cinco centenas.

O tecido associativo em Ribeira de Pena é, como dissemos, variado, integrando organizações locais bem distintas e que classificamos em seis tipos (Quadro nº 20).

Quadro nº 20 – Número de associações por tipo

Tipo de associações	Nº
Centradas nos recursos naturais	5
De artes e ofícios tradicionais	3
De solidariedade	6
Culturais, Desportivas e Recreativas	9
“Políticas”	2
De Desenvolvimento Local	2
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>

As associações culturais, desportivas e recreativas representam um terço do total e em segundo lugar surgem as organizações de solidariedade. Isto é, mais de metade (56%) das associações estão ligadas ao lazer e à prestação de serviços sociais aos cidadãos. Os recursos naturais são objecto social de cinco entidades, cuja actividade gira em torno da actividade agro-florestal e da cinegética. Os ofícios tradicionais (manufatura de produtos em linho) aparecem representados em três organizações. As associações “políticas” e as associações de desenvolvimento local, nas quais é esperado um maior peso do “capital social”, estão representadas com duas unidades cada e representam cerca de 15% do número total das associações do concelho de Ribeira de Pena.

Analisada que está a distribuição no espaço e no tempo das referidas associações locais passamos à apresentação, de cada organização, segundo a tipologia indicada. No final do capítulo, para facilitar a percepção geral da estrutura associativa do concelho de Ribeira de Pena elaboramos a visão global do associativismo em Ribeira de Pena, que apresentamos no Quadro nº 22.

## 4.1 Associações centradas nos recursos naturais

### 4.1.1 Do Sindicato Agrícola ao Grémio da Lavoura e à Cooperativa Agrícola

Na segunda metade do século XIX assistiu-se, na Europa, à criação de novos e vários tipos de associação de agricultores e de operários. À medida que a vida cívica começava a tomar forma, as solidariedades comunitárias foram gradualmente substituídas pelas associações voluntárias. O fenómeno, ligado à instauração da nova ordem capitalista, apresentou variantes que em muito reflectiam a forma nacional e local que essa ordem assumiu.

Os países do Sul da Europa, atrasados já na revolução agrícola e na revolução industrial, irão procurar os seus modelos nos países mais avançados. Como faz notar Graça (1992: 138):

“Dirigentes cultos e viajados foram buscar os modelos à Europa. O modelo dos Sindicatos Agrícolas à França, o das Adegas Sociais à Alemanha e Itália, o das Caixas de Crédito, sistema Raiffesen, à Alemanha e vários outros países onde se tinham expendido. As nossas organizações agrícolas tradicionais foram praticamente esquecidas. Os Celeiros já estavam mortos, e as Mútuas de gado eram pouco propícias a um controle externo”

Em cada caso a rede de organizações criadas resultou de factores estruturais, como estruturas fundiárias, implantação industrial e urbana, etc. Mas, sem dúvida, as escolhas foram fortemente condicionadas pela formação ideológica do grupo, ou grupos com maior poder. E quando as opções se situavam a nível nacional, a influência do grupo teria de se exercer no próprio centro de decisão do sistema político. Foi, também, o que aconteceu em Portugal. A ilustração da afirmação pode ver-se tanto na fundação da primeira associação de agricultores de âmbito nacional, a Real Associação Central de Agricultura Portuguesa (RACAP), em 1860, em Lisboa. A este propósito, registamos as visões, respectivamente de Graça (1992: 132) e de Pinheiro e Gomes (2005: 15):

“[a RACAP foi] composta, logo de início, por políticos influentes e grandes proprietários residentes na capital ou concelhos limítrofes”

“[o movimento associativo] sobretudo de génese operária, foi encarada por alguns beneméritos como veículo para intenções de reforma social e de melhores condições da vida do proletariado”

Com a República, sócios e militantes da RACAP chegaram aos lugares cimeiros da hierarquia do Estado, como Bernardino Ribeiro, Presidente da República e Brito Camacho, Ministro do Fomento. O último, em 1911, foi o autor da lei que desbloqueou o crédito agrícola, para além de

conceder privilégios e isenções fiscais, o que muito favoreceu o desenvolvimento dos sindicatos agrícolas<sup>43</sup>. Entre 1910 e 1921 o número de sindicatos mais do que triplicou, tendo atingido nesta última data as 206.

Cada local tem “fronteiras”, sim, mas estas podem ser abertas a influências e outros fluxos externos, particularmente de cariz nacional. Com efeito em Cerva, encontrámos ainda evidência da existência de um sindicato agrícola. A construção da Escola Primária de Penaformosa (Figura nº 8) foi obra dirigida pelo Sindicato Agrícola de Cerva e foi paga pelo Estado mais um conjunto de beneméritos, que têm o seu nome plasmado numa lápide, colocada, no final da década de trinta, do século XX, por cima da porta principal, com a contabilidade da obra (Figura nº 9).



Figura nº 8 – Antiga Escola Primária de Penaformosa



Figura nº 9 - Lápide alusiva à construção da antiga Escola Primária de Penaformosa

<sup>43</sup> Regulamentados pelo Decreto de 5 de Julho de 1894. Este decreto tinha como referência o caso francês. A lei francesa sobre sindicalismo tinha uma década de avanço e o legislador nacional, valorizando os seus benéficos efeitos sobre a actividade agrícola naquele país esperava o mesmo efeito em Portugal.

Cada associação tem um dado, digamos, ciclo de vida e horas de metamorfose, ou morte. Os sindicatos agrícolas não são excepção. Como diz Graça (1992: 151):

“Salazar, ideologicamente e organicamente associado ao movimento católico conservador, tratará com delicadeza os sindicatos agrícolas. Só em 1937 os obriga à integração na organização corporativa<sup>44</sup>. Dissolve-se o sindicato e cria-se o grémio da lavoura. Passa o edifício, a mobília, a ideologia paternalista e interclassista, e frequentemente os corpos gerentes. Mas o grémio teve de ser mais activo no controle social das massas rurais e mais obediente e respeitador ao poder central”.

Os Grémios da Lavoura assim nascidos tinham como membros, por obrigatoriedade legal, todos os proprietários rurais do concelho. Ribeira de Pena não deixou de obedecer ao poder central e, assim, desapareceu o Sindicato Agrícola de Cerva e apareceu o Grémio da Lavoura de Ribeira de Pena, com sede em Ribeira de Pena, isto ainda na década de 30. No final da década seguinte surgem duas Casas do Povo, a de Cerva e a de Ribeira de Pena.

Depois do 25 de Abril pinta-se um cenário algo semelhante. Dissolve-se o Grémio e cria-se a Cooperativa Agrícola. Agora não há obrigatoriedade de se ser cooperante e os agricultores e proprietários foram-se afastando. A comercialização de factores de produção e a prestação de serviços vai mantendo a Cooperativa Agrícola activa e de portas abertas. Contudo, o descontrolo na gestão da organização leva a que acabe por perder o edifício sede, passando a funcionar a totalidade dos serviços no armazém. Em 1994, aquela organização cria o Agrupamento<sup>45</sup> Cooperativa Agrícola de Ribeira de Pena, CRL e, com o apoio da Câmara Municipal, requiere a certificação da

---

<sup>44</sup> O esquema geral da organização corporativa, no terreno das relações de trabalho e da economia, compreendia três níveis. No nível primário encontravam-se os sindicatos dos trabalhadores e os grémios de empresários/patrões. Mas nem todos os trabalhadores tinham direito a constituir sindicatos: além dos funcionários públicos, estavam excluídos os trabalhadores rurais e os pescadores, uns e outros integrados em organismos de natureza híbrida, as Casas do Povo e as Casas dos Pescadores. As Casas do Povo começaram por ser apenas organismos de “cooperação social” nas áreas rurais, agregando trabalhadores rurais, camponeses e empresários agrícolas, passando pouco depois a compreender uma “secção de representação profissional” uma espécie de sucedâneo dos trabalhadores rurais, o que era de todo estranho em organismos realmente dominado pelos proprietários rurais. Em 1969 a função sindical dos trabalhadores rurais foi especialmente confiada às federações das Casas do Povo. Na organização corporativa primária integravam-se ainda as “ordens”, ou seja, as associações profissionais das profissões liberais, que também foram instituídas ou oficializadas como organismos públicos. O nível secundário da organização corporativa havia a federação e as uniões. As primeiras reuniam grémios ou sindicatos idênticos de áreas distintas. As segundas agrupavam os grémios e os sindicatos afins da mesma área. No nível superior, apareciam as corporações, como organismos de cúpula, agrupando simultaneamente os sindicatos e os grémios (e as respectivas federações e uniões) do sector abrangido por cada uma das corporações económicas instituídas depois da lei de 1956 (lavoura, indústria, comércio, transportes e turismo, crédito e seguros, pesca e conservas). Além destas, foram criadas em 1966 três corporações “morais e culturais”: ciências, letras e artes, assistência e educação física e desportos (Medina, 1997).

<sup>45</sup> A organização dos produtores faz-se pela criação de um “Agrupamento”. Este, pode ser criado dentro de uma entidade com personalidade jurídica pré existente. Quando assim acontece a entidade passa a adoptar a palavra “Agrupamento” antecedendo a sua designação jurídica.

Identificação Geográfica Protegida (IGP) “Cabrito das Terras Altas do Minho”<sup>46</sup>. Mas a iniciativa não teve seguimento na exploração da denominação patenteada. Como o agrupamento não promoveu o início da certificação, em 1998, foi criado um novo Agrupamento de Produtores de Cabrito das Terras Altas do Minho na Associação Mútua de Seguro de Gado - Mútua de Basto, que pôs em funcionamento a certificação.

Até 2001 a Cooperativa Agrícola continuou a apoiar a comercialização de factores de produção e a prestar serviços, nomeadamente no preenchimento de candidaturas aos subsídios à agricultura. Com a eleição para vereador do dirigente responsável pelo serviço de elaboração de candidatura e com a criação do Gabinete do Agricultor, na Câmara Municipal, em 2002, a Cooperativa encerrou as portas e passou à inactividade. Em suma, o ciclo de vida desta organização “herdeira” do Grémio da Lavoura de Ribeira de Pena durou cerca de um quarto de século.

#### 4.1.2 Sociedade de Agricultura de Grupo – Integração Parcial (SAG-IP)

Esta SAG tem a sua origem ligada a um “estudo de base para melhoramento de pastagens” efectuado em 1996, no quadro do PERI Cerva/Basto, pelo coordenador do projecto, e por técnicos das Estações Regionais de Produção Animal e de Culturas Arvenses da ex-DRAEDM e da Câmara Municipal de Ribeira de Pena [Coelho (Coord), 1996]. A decisão da ex-DRAEDM para a realização deste estudo decorreu da constatação de que a maior parte da área de criação dos bovinos autóctones e pequenos ruminantes coincidia com as áreas sujeitas a regime florestal, pelo que seria impossível qualquer intervenção de arborização, neste espaço, sem olhar para a criação animal. Daí o trabalho ter tido como objectivos:

- “fazer o levantamento das características da produção animal, no que se refere ao sistema alimentar e manejo do efectivo pecuário e das perspectivas dos criadores perante a intervenção ao nível do melhoramento de pastagens.
- definir as orientações para os projectos de melhoramento de pastagens na perspectiva de uma correcta carga animal nas zonas de maior aptidão para pastagem e/ou produção de feno, libertando a restante área para aproveitamento florestal.”

Das conclusões do estudo destacamos:

- “O eventual melhoramento de pastagens poderá proporcionar uma maior disponibilidade alimentar no sentido de melhorar a eficiência reprodutiva e produtiva de caprinos e bovinos.
- A perspectiva de aumentar o efectivo pecuário perante o melhoramento de pastagens é de 50%.
- Os criadores apresentam elevado grau de receptividade ao projecto de melhoramento de pastagens, devendo atender-se à necessidade de os envolver em todo o processo.

---

<sup>46</sup> A área geográfica de produção consta no Despacho 24/94, de 04 de Fevereiro. A Indicação Geográfica foi registada e protegida pelo Regulamento CE n. 1107/96.



- Com intervenções ao nível da instrução e da formação profissional dos criadores conseguir-se-á aumentar a eficiência da aplicação deste projecto.”

As conclusões do estudo de base para o melhoramento de pastagens anteriormente referidas indicavam uma expectativa positiva para a elaboração dos projectos de melhoramento de pastagens ao mesmo tempo que reforçavam a necessidade de envolver os produtores em todo o processo. Para a equipa técnica do emparcelamento, este último aspecto (a participação) era um imperativo técnico face à forma de financiamento prevista no PAMAF.

É neste contexto que surge a ideia de dinamizar a criação de uma Sociedade de Agricultura de Grupo de Integração Parcial (SAG-IP)<sup>47</sup>, mantendo a produção separada na exploração de cada sócio, tendo a sociedade por objectivo a realização em comum de actividades complementares ou acessórias da exploração ou agro-pecuária exclusivamente respeitante às explorações associadas ou aos produtos delas provenientes (Vieira, 2000: 17). Para esta tarefa a equipa técnica do emparcelamento necessitava de identificar um produtor com perfil de líder local, que fosse reconhecido pelas suas capacidades de trabalho e de bom relacionamento com os seus pares. Durante cerca de dois anos foram diversas as tentativas falhadas para concretizar a ideia. Ninguém parecia disposto a ombrear com a tarefa. E a equipa do emparcelamento deixou cair a ideia.

Em 2001, depois da constituição e entrada em funcionamento da Associação Florestal de Ribeira de Pena (AFRP), a questão de valorização da produção agrícola e pecuária ganhou novo ímpeto, particularmente com a possibilidade de se avançar com o melhoramento de pastagens nos baldios. Ao mesmo tempo o Agrupamento de Produtores do Maronês - Cooperativa Agrícola de Vila Real passava por momentos de grande perturbação com litígio entre os associados e os directores de que resultava um mau serviço aos produtores de maronês. Foi então que o presidente da AFRP, Carlos Alberto Marinho Carvalho, jovem agricultor, licenciado em economia, assumiu a tarefa de promover a criação de uma SAG-IP. Assim, em 12 de Setembro de 2001, constituiu-se a “AGROVITAE, SAG LDA”, com sede em Cerva, na forma de sociedade por quotas, com 16 sócios, todos jovens agricultores.

Estes jovens agricultores, agora sócios na AGROVITAE, eram criadores de caprinos e bovinos autóctones e frequentemente cooperavam na realização de trabalhos nas suas explorações, nomeadamente, para fazer lavouras, sementeiras e silagem de milho.

Após a escritura pública de constituição foi necessário contactar os Serviços Regionais de Agricultura com vista à obtenção do reconhecimento da dita sociedade. Esta competência estava atribuída ao da ex-Director-Geral de Desenvolvimento Rural, mediante informação e parecer da

---

<sup>47</sup> Decreto-Lei nº 336/89, de 4 de Outubro.

Ex-Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho (DRAEDM). Paralelamente, os sócios realizaram várias reuniões para preparar uma candidatura visando a obtenção de apoios para a criação de serviços zootécnicos e de comercialização e para a instalação de uma sala de desmancha e um talho. No decorrer destes trabalhos que permitiam ultimar a constituição da SAG começaram a surgir as primeiras dificuldades relativas à assiduidade dos 16 sócios às reuniões.

A ex-DRAEDM, no processo de preparação da informação para a homologação da SAG-IP, levantou obstáculos. Argumentando que já existia o Agrupamento de Produtores do Maronês na Cooperativa Agrícola de Vila Real, pediu esclarecimentos adicionais para clarificar o pedido de homologação. Estas dificuldades foram suficientes para que a sociedade entrasse em estagnação. Como comentou um dos membros da SAG-IP “todos esperavam que a gerência resolvesse os problemas. Cada um ficou no seu canto disposto apenas a apanhar o que fosse benefício”. Assim, o processo parou e não mais teve qualquer desenvolvimento. Na verdade, a “integração” na sociedade era de veras “parcial”.

Com a chegada dos pagamentos únicos de IRC, a sociedade que nunca chegou a ser verdadeiramente SAG-IP passou a constituir um encargo. Segundo indicação de um dos gerentes, a sociedade “perdeu interesse e oportunidade”, pelo que se prepara a sua extinção. Contudo, é necessário fazer primeiro o registo comercial, o que acarreta novos encargos e trabalho que, mais uma vez, ninguém parece ter vontade de fazer.

Em suma não seria exagerado dizer que tanto o trabalho de “parto” da SAG como o do seu “enterro” nunca foram verdadeiramente desejados, nem mesmo pelos jovens agricultores implicados na ideia.

#### 4.1.3 Associação Florestal de Ribeira de Pena

O concelho de Ribeira de Pena tem cerca de 18 000 ha de área com aptidão florestal, sendo 12 000 ha de terrenos baldios. Mais de 50% desta área está sem revestimento arbóreo, havendo já manchas muito significativas de solos esqueléticos. Neste quadro, a mobilização, formação e organização dos proprietários florestais e dos gestores do baldio seria fundamental. De outro modo, como viabilizar a implementação de um plano de ordenamento que ponha cobro à degradação do solo e permita a implementação da necessária arborização?

A valorização dos recursos naturais é matéria de interesse da Associação Florestal e também objectivo da ADRIPO (ver ponto 4.6.2) bem como dos Clubes de Caça e Pesca (ver 4.1.4), que para tal podem colaborar, nomeadamente na divulgação de informação à população. Com o

surgimento do Plano de Ordenamento Florestal do Tâmega<sup>48</sup>, onde se inclui o concelho de Ribeira de Pena, esta preocupação ganhou nova força, pois a área com aptidão florestal no concelho leva a que o ordenamento florestal tenha impacte no ordenamento paisagístico.

O desafio para se criar uma associação florestal foi lançado em 1996 e a ideia partiu da equipa do projecto de emparcelamento um pequeno grupo de três técnicos. Nesta altura, depois de alguns contactos informais entre tal equipa e a autarquia e, por sugestão da Câmara Municipal, promoveu-se uma reunião com todas as entidades gestoras de baldios do Concelho. Desta reunião, ficou evidente:

- i) a sensibilidade da maioria das pessoas para participar numa associação;
- ii) a forte contestação ao trabalho dos serviços do Estado na gestão das áreas comunais;
- iii) a necessidade de “dar tempo ao tempo” para uma maior discussão e ponderação da ideia, antes da constituição duma associação florestal.

Era convicção da Câmara Municipal e da equipa do projecto de emparcelamento que a viabilidade da associação estava dependente de haver área para gerir. A área de baldio seria a garantia de funcionamento da organização, pela qualidade do solo e pela contiguidade da superfície. Contudo, havia a necessidade de aclarar a posição do Estado nas situações de gestão conjunta com os compartes, que genericamente atravessava todas as áreas de baldio do concelho. Os proprietários a título individual - embora os que potencialmente mais beneficiariam da acção de gestão conjunta, pelo seu elevado número, pela dispersão e por não haver qualquer garantia de adesão em larga escala – comprometiam, à partida, a auto-sustentação da organização.

A execução de projectos colectivos mostrava-se também interessante, pela possibilidade de enquadrar as infra-estruturas (rede viária, rede divisional, pontos de água) no projecto de florestação ou beneficiação como custos elegíveis, particularmente em Cerva onde decorria o projecto de emparcelamento. Além disso, a associação poderia dar sérios contributos para a gestão do coberto arbóreo existente.

A remodelação do Ministério da Agricultura, com a integração dos Serviços Florestais nas Direcções Regionais de Agricultura e, no seguimento disto, a divulgação da criação de uma Empresa Pública para a gestão da floresta em especial dos baldios [Fernandes (1997) e Rodrigues (1997)], constituiu um estímulo adicional. Digamos que veio dar o empurrão que faltava.

---

<sup>48</sup> Ribeira de Pena integra-se no Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Tâmega, publicado no Decreto Regulamentar nº 41/2007, de 10 de Abril, cumprindo o determinado na Lei de Bases da Política Florestal (Lei nº 33/96, de 17 de Agosto).

Os Seminários e encontros para apresentação das propostas da Empresa Pública, promovidos pelas mais diversas entidades e onde os gestores de baldios estiveram presentes, levantaram muitas dúvidas e medos antigos. A falta de clareza nas intervenções e tentativa de clarificação das questões por parte da Comissão Instaladora da Empresa Pública, associada aos traumas do fomento florestal que vigorou de 1939 a 1976 (Batista, 1993: 14), colocou as populações em alvoroço.

Embora Ribeira de Pena estivesse na área social da Associação Florestal de Basto, criada em 1994, com sede no arco de Baulhe (Cabeceiras de Basto), os proprietários florestais e gestores de baldio de Ribeira de Pena não se identificavam com esta organização nem lhe reconheciam credibilidade. Talvez por isso, a par do reconhecimento do papel de facilitador que a ADRIPÓIO desempenhava, a Associação Florestal de Basto solicitou a colaboração desta associação para a realização de um encontro com os gestores de baldios de Cerva, Alvadia e Limões. Nesta reunião de sensibilização, lançou alguns desafios e alertas sobre a importância da intervenção na área florestal, não deixando de referir o avanço no processo de transferência da gestão dos baldios para a Empresa Pública.

Neste contexto, com base na documentação recolhida pelo Conselho Directivo dos Baldios de Agunchos e Formoselos e das Juntas de Freguesia sobre a Empresa Pública, a ADRIPÓIO planeou um conjunto de sessões, para informar e sensibilizar a população da necessidade de intervir na área florestal. E apresentou-se a proposta de se constituir uma Associação Florestal. Deste modo, o futuro das intervenções no âmbito do ordenamento florestal (o melhoramento de pastagens, arborizações, instalação de equipamentos colectivos, fomento cinegético, etc.) ficaria subordinada ao controlo das pessoas interessadas.

O trabalho de informação e sensibilização foi desenvolvido por dez sócios da ADRIPÓIO ao longo de várias semanas. Primeiro, realizaram-se reuniões por diversos locais. Em Dezembro de 1998, a partir destas reuniões e, porque houve adesão, constituiu-se a Assembleia de fundadores que discutiu e aprovou os Estatutos.

A Associação Florestal teria, como espaço de intervenção, o concelho de Ribeira de Pena. Esta opção surge como resposta coerente ao desafio lançado em 1996 a todos os gestores de baldios do concelho, particularmente aos que mostraram interesse em participar numa futura Associação Florestal.

Em Fevereiro de 2000 constituiu-se a Associação Florestal de Ribeira de Pena (AFRP), com sede em Cerva, pela mão de 13 fundadores. A Associação conta com a adesão inicial do Conselho Directivo do Baldio de Agunchos e Formoselos e da Junta de Freguesia de Cerva. Estes dois gestores de baldio tinham mesmo celebrado um acordo de princípio com vista à constituição da

associação (Anexo I). Isto significou que a associação arrancou com a responsabilidade de preparar o caminho para a gestão autónoma de 2500 ha de baldio. A Junta de Freguesia de Limões, com 1000 ha de baldio, manifestou-se positivamente no sentido de participar na associação, mas, entretanto arredou-se um pouco do processo. Talvez pelo receio dos custos que esta opção poderia trazer à Junta de Freguesia. Ficaram assim algumas dúvidas quanto à sua efectiva participação. Acredita-se que, com o tempo, esta área de baldio também seja abrangida pela associação.

A Freguesia de Alvalá, com 2500 ha de baldio apresenta um quadro algo difícil. Por um lado, tem um grande efectivo de caprinos (cerca de 4000 animais, o que corresponde a cerca de dois terços do efectivo total de caprinos no concelho) e, por outro lado, está já sem coberto arbóreo significativo. Há sinais preocupantes de erosão, população envelhecida e apenas 7 habitantes<sup>-Km<sup>2</sup></sup> (Censo 2001). Fortemente traumatizada pelo Fomento Florestal, a população apenas se preocupa em manter a sua “liberdade” - andar como lhe apetecer, fazer as queimadas como e quando lhe aprouver, sem interferências. Registamos, por informação do Presidente da Junta, que o baldio nos últimos 25 anos não gerou qualquer receita em madeira ou resina. Muito simplesmente “o que havia ardeu.” Com a descoberta do potencial eólico deste espaço, a questão florestal voltou a ficar adiada. As restantes freguesias foram aos poucos aderindo. Hoje, a AFRP já conquistou o reconhecimento de todos os gestores de baldio e dos particulares.

Embora, com um caminho difícil pela frente, a AFRP é uma das organizações que mais poderá contribuir para a valorização dos recursos naturais do concelho. Há grande expectativa no trabalho a desenvolver. A adequada organização desta associação e a credibilidade que ela venha a conquistar, podem transformá-la, a médio prazo, numa incontornável fonte geradora de emprego estável.

O projecto AFRP nasceu a partir da base, ou seja, pela emergência de um sentimento local da importância de serem os residentes de Ribeira de Pena a definirem, no contexto e com as limitações de todos conhecidos, o rumo a dar ao futuro da mancha florestal concelhia, potenciando o surgimento de condições para o desenvolvimento de outras actividades complementares. Assim, logo no primeiro esboço nasce a ideia de desenvolver uma estrutura organizativa na perspectiva de fileira. Havia necessidade de trabalhar um modelo de desenvolvimento que tivesse em conta a necessidade de elevar a qualidade de vida da população, conciliando a criação de emprego com o cumprimento de objectivos de ordem ecológica, conservacionista e económica.

Um dos aspectos mais preocupantes prendia-se com o facto de uma tão extensa mancha com aptidão florestal se encontrar com tão baixo nível de coberto arbórea (menos de 50%), predominantemente pinheiros bravos, evidenciando sérios problemas de erosão e geradora de um

reduzido número de postos de trabalho: apenas três sapedores em Seirós, e um número variável e sazonal de resineiros, espalhados por todo o concelho.

Olhando este panorama, idealizou-se uma intervenção em que à AFRP caberia trabalhar directamente as componentes florestais, nomeadamente o ordenamento e a gestão, tendo atenção ao uso múltiplo que se pretendia para este vasto património. Naturalmente a jusante da produção havia também que equacionar a possibilidade de desenvolver projectos para a criação de pequenas unidades industriais que fossem capazes de criar emprego e impedir a exportação em bruto de madeira ou outros produtos com origem na floresta ribeirapenense. Do mesmo modo, era também necessário criar condições para que os trabalhos a desenvolver, a montante da produção, na instalação de novos povoamentos ou durante os períodos de revolução silvícola (ciclo cultural de espécies arbóreas), incluindo a beneficiação dos povoamentos existentes criasse oportunidades de emprego e não se transformasse numa sangria de recursos pela permanente aquisição de serviços fora do território.

Com o tempo seria também necessário que a AFRP tivesse condições de apoiar a comercialização de madeira. Pretendia-se limitar o controlo dos madeireiros sobre os preços praticados, criando condições de armazenagem e eventual venda directa à indústria transformadora. Se possível, nunca em bruto.

A AFRP conta actualmente com 130 associados. Entre os seus associados estão entidades gestoras de baldios (Conselhos Directivos e Juntas de Freguesia), proprietários florestais e cidadãos com preocupações ambientais.

Estatutariamente, ficaram registados no seu objecto social as acções seguintes:

- Elaborar planos de gestão e defesa da floresta existente ou futura da sua área social;
- Fomentar a elaboração e execução de projectos de florestação e beneficiação de florestas, bem como de aproveitamento silvo-pastoril e infra-estruturas florestais no concelho de Ribeira de Pena;
- Contribuir para a formação e informação dos proprietários florestais e a população em geral;
- Reforçar a cooperação institucional entre municípios, cooperativas agrícolas, corporações de bombeiros e outras entidades, em ordem a assegurar uma efectiva prestação de serviços de gestão e defesa florestal;
- Representar os seus associados junto da Administração Pública, de organizações florestais similares, bem como em negociações com terceiros.

Para iniciar a actividade era necessário apoio técnico e meios financeiros. Assim, foi apresentada candidatura ao Programa AGRO, do QCA III, para a instalação de uma equipa técnica. Logo em 2000, foram também apresentadas candidaturas para a criação de uma empresa de inserção para prestação de multi-serviços à agricultura e à floresta, com seis trabalhadores, e ao Programa dos Sapadores Florestais para a criação de várias equipas de sapadores.

Todas as candidaturas foram aprovadas. A equipa técnica, que é composta por dois engenheiros florestais está em funcionamento e a empresa de inserção tem seis trabalhadores provenientes de estratos sociais desfavorecidos da população. Os associados beneficiam de preços especiais nos trabalhos realizados pela empresa de inserção. Neste momento a AFRP tem à sua responsabilidade quatro equipas de sapadores, cada uma com cinco elementos.

Em 2003 foi apresentada uma candidatura para a criação de mais uma empresa de inserção na área da carpintaria, para 10 trabalhadores. Foi também apresentada uma candidatura para a criação de uma pequena unidade de serração, para três ou quatro trabalhadores, no formato empresa de inserção. O IIEFP não aprovou esta iniciativa.

No âmbito de protocolo celebrado com a Câmara Municipal foram também contratados dois administrativos e sete trabalhadores indiferenciados. Desta forma, actualmente a AFRP tem ao seu serviço 37 trabalhadores permanentes. No Verão para o projecto de vigilância houve necessidade de contratar mais duas dezenas de colaboradores temporários.

No QCA III (2000/2006), foram preparadas 20 candidaturas com projectos de beneficiação de povoamentos existentes e de florestação, num total de 770 ha. Destes, 530 ha (500 ha em baldio e 30 ha em áreas particulares) correspondem a 13 candidaturas (cinco baldios e oito particulares) que foram aprovadas, e já se encontram executadas ou em fase de execução.

A AFRP tem prestado serviços diversificados no apoio aos produtores florestais e gestores de baldios, quer avaliando madeira em pé, quer fazendo trabalhos de topografia para delimitação de propriedades ou definição de limites. Os trabalhadores da empresa de inserção, depois de terem recebido formação específica, têm desenvolvido os mais variados serviços à agricultura e à floresta, em regime de contratação, por parte de quem necessita dessa força de trabalho. Para a prestação de serviços a AFRP, adquiriu diverso equipamento. Na área da informática está munida de computadores, programas gráficos, plotter e impressoras para trabalhos gráficos e de expediente. Dispõe ainda de duas unidades GPS, uma das quais topográfica, clinómetro, sutas, dendrómetro, etc. A AFRP conta com uma frota de sete veículos: duas carrinhas todo o terreno; três veículos de sapadores; um tractor de 100 c.v. equipado com reboque, capinadeira, destroçador de martelos e outras alfaias e uma carrinha comercial para o transporte de equipamento. No Verão de 2007 com a

aprovação de uma candidatura para a realização de vigilância durante 24 horas por dia, foram acrescentadas mais duas carrinhas com “Kit” de primeira intervenção de combate a fogos florestais.

Sendo associada da ADRIPÓIO desde a sua constituição, a AFRP associou-se também à Associação Florestal de Portugal (FORESTIS), isto em 2007. Em colaboração com a Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) - Circunscrição Florestal do Norte e os gestores de baldios concelhios está em preparação a criação do Agrupamento de Baldios de Ribeira de Pena, que ficará na AFRP.

Pela dinâmica demonstrada ao longo da sua curta existência, a AFRP está a exceder as melhores expectativas traçadas em 1996, quando começou a ser idealizada no âmbito do projecto de emparcelamento, não se observando impacte negativo pela não execução do ordenamento fundiário. A vastidão do trabalho que esta organização pode desenvolver a par da adesão significativa de proprietários, bem como dos gestores dos baldios de Ribeira de Pena, configura um cenário animador para a criação de condições de sustentabilidade da sua acção. A oferta de serviços ajustada à realidade local também se apresenta como uma aposta ganha.

Ao longo dos seus sete anos de existência, a AFRP foi sempre dirigida pela mesma pessoa. Entre os membros dos seus órgãos sociais encontramos pessoas que também participam noutras associações, nomeadamente na AHBV de Cerva, na ADRIPÓIO, no Clubes de Caça e Pesca, Juntas e Assembleias de Freguesia e Conselhos Directivos de Baldios.

#### 4.1.4 Clube de Caça e Pesca de Ribeira de Pena e Clube de Caça e Pesca do Poio

O primeiro clube de caça e pesca a ser fundado no concelho foi o de Ribeira de Pena, com sede em Ribeira de Pena (Salvador), em 1990.

A Associação tem como fins principais:

- a) Coordenar, aperfeiçoar e desenvolver a pesca desportiva fluvial;
- b) Constituir reservas e obter concessões nos cursos de águas interiores do concelho, para uso dos seus associados, nos termos permitidos por lei;
- c) Procurar fomentar o desenvolvimento das espécies cinegéticas e piscícolas, efectuar repovoamentos e introduzir espécies novas;
- d) Apoiar as entidades fiscalizadoras das leis e regulamentos da caça e da pesca;
- e) Organizar concursos de pesca desportiva.



O clube congregou uma dezena de sócios fundadores e desenvolveu diversas actividades avulsas, não tendo chegado a criar qualquer concessão de pesca ou zona de caça. Porém o clube possui um campo de treino de cães e realizou, anualmente, de 1990 a 1996, uma montaria ao javali. Actualmente tem 78 associados mas por falta de iniciativa destes, o clube está quase inactivo. Entre os seus antigos e actuais dirigentes estão pessoas que participaram nos órgãos sociais de outras associações de Ribeira de Pena.

O “Clube de Caça e Pesca do Poio” foi a primeira Associação a constituir-se no âmbito da dinâmica do Projecto de Emparcelamento da freguesia de Cerva. Um grupo de caçadores e pescadores procurou a equipa do projecto, solicitando apoio técnico para a constituição de uma associação. Após este primeiro contacto, o projecto de emparcelamento organizou uma sessão de informação e esclarecimento sobre caça e pesca, trazendo a Cerva, em colaboração com a ex-Delegação Florestal de Entre Douro e Minho, um especialista na matéria. Posteriormente, foi ainda dada alguma colaboração na redacção da proposta de estatutos.

Em Janeiro de 1997, pela mão dos 14 fundadores, constituiu-se formalmente o “Clube de Caça e Pesca do Poio”, com sede em Cerva, tendo como área social as freguesias de Cerva e Limões. Actualmente este clube conta com 130 associados, pescadores e caçadores.

No desenvolvimento dos fins estatutários, o Clube procurará:

- a) Empregar todos os esforços para que seja exercida fiscalização eficiente no cumprimento das Leis e Regulamentos de caça e pesca;
- b) Promover povoamento e repovoamento de espécies cinegéticas;
- c) Obter e estimular, por todos os meios, a protecção das espécies aquícolas e o repovoamento dos rios e outros cursos de água da região;
- d) Aperfeiçoar raças caninas, principalmente as nacionais;
- e) Instalar campos de tiro, com o fim de preservar em boa forma o maior número possível de atiradores e caçadores, cuja receita será aplicada prioritariamente em favor do ordenamento cinegético, aquícola e também nas instalações sociais;
- f) Conseguir dos poderes públicos e de entidades particulares, medidas e providências à defesa dos interesses e regalias dos caçadores e pescadores e ao aumento e defesa das espécies cinegéticas e aquícolas;
- g) Fazer instalar campo de treino para cães;
- h) Contribuir para o fomento e ordenamento da caça visando o aproveitamento racional dos recursos cinegéticos e a manutenção dos equilíbrios biológicos;

- i) Promover o melhoramento e a conservação dos habitats naturais;
- j) Contribuir para a obtenção do melhor equilíbrio entre a actividade cinegética e aquícola e a conservação da natureza;
- k) Promover a formação dos associados, nomeadamente organizando cursos, conferências, jornadas e outras acções no domínio das suas atribuições.

O clube iniciou a sua actividade concentrando esforços na preparação dos projectos: de concessão de pesca desportiva e no campo de tiro. Em 1998, o Clube viu aprovada uma concessão de pesca com 10 Km, no Rio Louredo (da foz à Ponte dos Seixinhos), mais 2 Km no Rio Poio (da foz até à ribeira do Candedo). A abertura da época de pesca é anualmente celebrada com um convívio no parque das Casas Novas. O Clube também organiza concursos de pesca desportiva sem obedecer a um calendário regular.

O Campo de tiro já tem projecto mas ainda não foi possível executar a obra. Pelas festas de S. Pedro (29 de Junho) têm-se feito alguns ensaios, com uma máquina de pratos alugada.

Com a criação de uma Zona de Caça Municipal, em 2002 ficou posta de lado a pretensão de avançar para uma reserva própria.

O Clube de Caça e Pesca do Poio é associado da ADRIPÒIO. Entre os dirigentes dos clubes de caçadores encontramos dirigentes da Casa do Povo, ADRIPÒIO, AFRP e políticos locais.

## **4.2 Associações centradas nas artes e ofícios tradicionais**

### **4.2.1 Cooperativa de Artesãos Cervenses**

A Cooperativa de Artesãos Cervenses – CACER, CRL, sediada em Cerva, iniciou trabalhos em 1966, após a realização de um curso de formação apoiado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Pela mão de uma dezena de formandas, fez registo provisório de constituição em Agosto de 1967. A organização ficou nesta condição, digamos, informal, um período considerável, cerca de uma vintena de anos. Mais precisamente, até Março de 1988, data em que aconteceu o registo definitivo. Então, no ano de 1987, um novo grupo de mulheres frequenta um curso de tecelagem patrocinado pela Câmara Municipal de Ribeira de Pena e pelo IEFP. A mestra D. Laura Ferreira, natural e residente em Cerva, foi a responsável pela formação. Um dos membros da cooperativa participou também num curso sobre comercialização promovido pela Comissão da Condição Feminina. A iniciativa de realizar um curso de tecelagem em Cerva foi

a forma que o Município encontrou para apoiar as artesãs desta freguesia. De facto, a tradição da tecelagem em linho apenas tinha sobrevivido em Cerva e Limões.

A CACER obteve vários apoios, a começar pela Câmara Municipal que cedeu gratuitamente instalações; o Instituto António Sérgio contribuiu para a constituição e reconhecimento da cooperativa; e o IEFP facultou financiamento, a fundo perdido, para se fazer o investimento inicial. Depois de uma primeira fase entusiástica, a cooperativa passou algumas dificuldades, nomeadamente por erros de gestão, talvez decorrentes da juventude das cooperantes. Após a eleição de novos órgãos sociais a vontade de salvar os postos de trabalho levou a que a situação financeira fosse estabilizada, mas a cooperativa ficou apenas com cinco artesãs a trabalhar à peça. Foram esteios deste processo a D<sup>a</sup> Glórinha do Mourão e a menina Ilídia do Souto. Estas artesãs controlavam financeiramente a cooperativa, como negócio próprio, assumindo todos os encargos e receitas garantindo estabilidade de rendimento às outras cooperantes. Nos restantes aspectos da gestão havia participação e as decisões eram tomadas por consenso, designadamente a participação nas feiras de artesanato. A cooperativa dava os meios e indicava o que devia ser produzido. A cada peça feita a artesã recebia a remuneração da mão-de-obra de acordo com uma tabela previamente acordada entre todas. Embora a cooperativa conte com alguns homens como seus associados, a intervenção destes foi sempre no sentido de trazer competência para a organização pelo que apenas têm integrado a assembleia-geral e o conselho fiscal. As mulheres, trabalhadoras da cooperativa, são as responsáveis pela gerência. A cooperativa está hoje equipada com 10 teares, urdideira e demais utensílios necessários ao desenvolvimento da tecelagem artesanal, gerando quatro postos de trabalho.

Em 1996, a CACER realizou um curso Escolas-Oficinas, tecelagem em linho, para um grupo de 15 jovens à procura do primeiro emprego, com financiamento do IEFP. Este curso não foi muito bem sucedido, tendo um elevado número de abandonos. A causa provável da debandada terá sido o baixo valor da bolsa de formação: 25% de um salário mínimo. Quatro anos depois, em 2000, a CACER, em parceria com a ADRIPÒIO (ver ponto 4.6.2), de quem é associada desde 1998, levou a cabo mais um curso Escolas-Oficinas, desta vez orientado para 16 desempregadas de longa duração. Todas as formandas concluíram a formação. Esse curso teve como novidade o facto de se ter desenvolvido um ciclo do linho completo da semente ao pano (Figura nº 10). O aspecto mais positivo desta iniciativa foi traduzir-se no seguinte: cerca de um terço do total das formandas que frequentaram o curso ainda se mantêm ligadas à tecelagem manual, quer com ligação à CACER, quer individualmente. A realização deste curso marca também um período de maior proximidade entre a ADRIPÒIO e a CACER. O acompanhamento da formação acabou por representar oportunidade de conhecer melhor a cooperativa. O descontentamento que por vezes se observava

nas artesãs traduzia-se em desânimo e baixa produtividade, muito vezes as tentamos motivar com a expressão “tal trabalhito, tal dinheirito”. O estímulo foi dando frutos e a artesãs foram-se motivando. Para as eleições dos órgãos sociais, em 2001, a cooperativa preparou uma pequena alteração de funcionamento. Com idade avançada e alguns problemas de saúde a D<sup>a</sup> Glorinha do Mourão retirou-se. As cooperantes resolveram por a gestão da cooperativa dentro da normalidade, seguindo as regras do código cooperativo. É também nesta altura que após várias hesitações a CACER avança para um contrato de produção de echarpes para Espanha. De facto. A partir de 2001 a CACER tem desenvolvido actividade, por via contratual com a estilista espanhola Concha Cruz, assim garantindo a produção de peças de tecelagem manual em teares de mesa plana. Estes trabalhos representaram um grande desafio. Para vencer as dificuldades foi fundamental o apoio técnico da ADRIPOIO para os assuntos burocráticos, ajudando a ultrapassar a barreira da língua, mas também como fonte de persistente motivação. Vencidas as dificuldades, a cooperativa passou a dispor de mais três teares vindos de Espanha. Estes teares eram novidade local. Têm mesa plana, isto é, os cabos da urdidura então num plano horizontal. De construção ligeira, com liços e pente metálico, estes teares são de afinação mais precisa permitindo a realização de tecidos com tramas abertas e regulares. Decorrente deste contrato, o trabalho facilitou o contacto com novos materiais, nomeadamente lãs, usados para a laboração de um vasto conjunto de novos produtos, o que melhorou bastante o rendimento das artesãs e a situação financeira da cooperativa. Para satisfazer as necessidades de mão-de-obra, de acordo com as encomendas, a cooperativa recrutou colaboração de artesãs, formadas no curso de tecelagem realizado em 2000.



Figura nº 10 - Formandas do Curso Escolas-Oficinas a “amadar” e “sedar” linho (Cerva, 2000)

As encomendas chegavam com prazos apertados e era necessário trabalhar com afinco para satisfazer o compromisso. Como afirmavam as artesãs: “agora dá gosto, a gente trabalha e ganha dinheiro”. O recrutamento de novas artesãs do curso de tecelagem trouxe alguma juventude ao grupo mas também conflitos de relacionamento por confronto de temperamento e nada mais.

Novo curso Escolas-Oficinas para dezena e meia de mulheres, em parceria com a ADRIPÒIO, em 2006, na área dos bordados, não resultou no estabelecimento de novas artesãs, nem no número de postos de trabalho na cooperativa. Em resumo, a formação enquanto veículo de qualificação de mão-de-obra apresenta-se como solução gaste e de baixo sucesso. De entre a quase meia centena de formandas que frequentaram os três cursos Escolas-Oficinas realizados entre 1996 e 2006, apenas se mantêm os cinco postos de trabalho na cooperativa e alguns casos isolados de artesãs.

Para além do ponto de venda que constitui a sede da cooperativa, são múltiplas as participações em exposições e feiras, destacando-se a presença habitual na Feira de Artesanato de Vila do Conde, na Feira de Artesanato de Vila Real e entre outras, na Feira do Linho de Ribeira de Pena. Entre os seus dirigentes encontramos pessoas que participam também noutras organizações do concelho, tais como Misericórdia de Cerva e ADRIPÒIO.

#### 4.2.2 Grupo de Tecelagem de Limões

O Grupo de Tecelagem de Limões, CRL, uma cooperativa de artesanato com sede em Limões, surgiu em 1986. o estímulo provém do exterior, no desenvolvimento do trabalho de investigação realizado pelo Prof. Doutor Hugo Ferrão. Este docente da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa interessava-se pelo campo da Arte Popular e possuía um forte desejo de não deixar morrer a arte de tecelagem artesanal. À data, em Limões, já só havia duas mestras septuagenárias a trabalhar. Ferrão (1991: 5-7) descreve, na primeira pessoa, o caminho percorrido para a criação da cooperativa.

“Ao chegar a Limões deparei com a vontade de trabalhar e uma tentativa embrionária de se organizar esse esforço de sobrevivência da arte de tecer tão querida às mestras D<sup>a</sup>. Ana e D<sup>a</sup>. Joaquina, mas não se sabia bem como nem quando.

Das longas conversas tidas com as mestras fui anotando num «diário de bordo» os aspectos que considerei importantes, especialmente os que tinham, directa ou indirectamente, a ver com o ciclo do linho. Lentamente ganhei a confiança das mestras e aprendizas; tenuemente, esboçou-se uma possível estruturação para o núcleo de moças. Formaram-se dois grupos de raparigas que aos sábados, quando o tempo e a disponibilidade o permitiam, juntavam-se na casa da D<sup>a</sup>. Ana, onde existiam três teares

operacionais, sendo iniciadas na tecelagem umas de manhã, com a D<sup>a</sup>. Ana, e outras de tarde com a D<sup>a</sup>. Joaquina.

Envolvi-me, não só pela frescura de querer construir algo em que acreditava, como pelo saborear de uma realidade profunda, uma outra «margem».”

É com base nesta dúzia de raparigas e com as mestras que H. Ferrão inicia o processo de constituição da cooperativa. Identificados os actores, é necessário conquistar a confiança e estimular a vontade de participarem. A ideia começou pela vontade do investigador de ajudar, a par da curiosidade das moças em aprender, na expectativa de arranjar um emprego. A confiança foi-se estabelecendo entre todos, mesmo com a separação que o tempo impunha, pois o investigador era apenas visita periódica em Limões, como o próprio afirma:

“Elaborei um calendário de visitas periódicas, estabeleci um plano de sensibilização que tentaria fazer perceber, através de alguém vindo do exterior, que era possível e importante preservar aquela arte-memória, ganhar dinheiro com esses trabalhos sem ser arrastado para o estrangeiro, sem ir servir para Lisboa ou Porto, nem abandonar as terras, sem esquecer os seus. Desenhei fichas pelas quais fiquei a conhecer melhor a situação que analisava e o seu evoluir, dados que me permitiram actuar com maior segurança. Incrementei, incentivei o trabalho de grupo entre as moças, as quais fizeram um levantamento dos teares operacionais e não operacionais em Limões e zonas limítrofes, bem como o material periférico indispensável à feitura do tecido, recolha de histórias e cantares da aldeia relacionados com o linho, recuperação de teares próprios, compra ou encomenda de peças para a sua manutenção.”

As preocupações de carácter cultural serviram para despertar o interesse das famílias ao mesmo tempo que se procurava fazer o levantamento das condições materiais para que cada uma fosse capaz de treinar em casa. Esta opção de reparação dos teares existentes, acabou por ser uma das razões que dificultou o estabelecimento de contacto permanente entre as artesãs. Os teares foram arrançados, mas ao contrário de Cerva (onde estavam todos no mesmo sítio, naturalmente por imperativo da formação), aqui cada uma tinha o seu, em casa.

Para que todos fossem acompanhando de perto o caminho percorrido, o investigador teve a preocupação de ir criando um registo e teve o cuidado de mostrar tudo para reforço dos laços de confiança. Acima de tudo, a sua função facilitadora foi incomensurável, uma vez que permitiu que os pais libertassem as raparigas das lides domésticas e dos trabalhos do campo para poderem ir às aulas práticas de tecelagem. Eis, de novo o seu relato:

“Tive sempre cuidado de mostrar tudo o que fizera na última «incursão». Servindo-me de diapositivos, construí um diaporama mostrando o trabalho realizado, apontando pistas para a congregação objectiva de esforços.

Primeiro com o esforço das mestras e aprendizas fez-se uma sessão de diapositivos para os pais das raparigas, focando o empenho e metas atingidas e o seu real valor na economia do agregado familiar e a possibilidade de se vir a ter uma fonte de rendimento e uma profissão. Mais tarde realizou-se outra mostra de diapositivos, desta vez alargada à aldeia, na Escola Primária. O fruto deste trabalho manifestou-se numa maior adesão e consentimento por parte dos pais, beneficiando a aprendizagem, aquisição, recuperação e montagem de teares. Inclusivamente houve libertação de algumas tarefas caseiras e semearam-se pequenos campos de linho, o que não acontecia vai para vinte anos. E isso é prova do entusiasmo conseguido.

Estabelecidos laços de confiança com as pessoas da aldeia foi necessário alargar o universo de actores envolvidos. É assim que aparece o Presidente da Câmara e o apoio da autarquia, nomeadamente pela aquisição de uma casa para sede da cooperativa, cuja constituição era dada como caso de sucesso, pelo menos pelo seu mentor. Com efeito, H. Ferrão afirmou “fora despoletado um processo que liberta tanta energia que já não pode parar”. Atentemos uma vez mais, no relato deste actor externo.

“Numa outra fase, iniciaram-se os contactos com o poder local, caso da Câmara Municipal de Ribeira de Pena e Junta de Freguesia de Limões: visava-se informar e expor os objectivos que se queriam atingir. A Câmara Municipal de Ribeira de Pena, na pessoa do seu presidente, Sr. João José Alves Pereira, de uma abertura enorme, aderiu de imediato, como prova o edifício comprado pela Câmara para albergar a cooperativa-escola que se viria a formar com os elementos que até então compunham o grupo de aprendizas.

A ideia de formação de uma cooperativa de tecelagem foi amadurecendo, contendo as alegrias e tristezas de um futuro incerto para jovens ignoradas. Não sem dificuldade, seleccionaram-se de entre as aprendizas aquelas que ofereciam melhores condições de continuidade para serem as fundadoras da cooperativa.”

Anotamos agora que a euforia e a fé constituintes da associação acabaram por ser desmentidas pela realidade, pois em 1998, cerca de uma década após a fundação, a cooperativa estava já inactiva, como adiante referiremos. Mas voltemos aos primórdios.

O Instituto António Sérgio teve um papel insubstituível no encaminhamento e progressão do grupo, pelo apoio técnico à redacção dos estatutos e formalização da cooperativa. Apresentados os estatutos, discutidos e aprovados pelos presentes, elaborada a acta de fundadores, fora dado o primeiro passo para um longo esquema burocrático no sentido da legalização da existência do

grupo. Novamente a Câmara Municipal de Ribeira de Pena teve papel decisivo quando atendeu a um pedido de subsídio sem o qual não teria sido possível concretizar-se este projecto.

Assim, em 1986, subscrita por 13 fundadoras, funda-se em Limões o “GTL – Cooperativa de Artesanato – Grupo de Tecelagem de Limões, CRL”, que nos termos dos seus estatutos tem como objectivo principal, recuperar desenvolver e divulgar artesanato da região, preservando a sua qualidade através da recolha, estudo e investigação de modelos antigos (Ferrão, 1990) e da concepção de novos modelos de acordo com a inspiração local, dignificação da profissão de artesão, ocupação dos tempos livres da juventude, criação de postos de trabalho em regime de cooperativa.

Decorridos 12 anos a cooperativa estava inactiva e as cooperantes fortemente desmotivadas. A associação local não detinha coesão, era tão só um agregado social, nunca representando uma opção assumida pelas artesãs, nomeadamente por não ser possível obter rendimento fixo garantido. Todas se mantinham com os seus trabalhos domésticos e quase tudo servia de tensão, barreira efectiva ou, quiçá, desculpa para não participar. Acrescia de forma perceptível uma certa desconfiança e receio que cada uma das outras parceiras acabasse por obter melhores benefícios. A postura algo austera da direcção da cooperativa, então presidida pela mestra D<sup>a</sup>. Ana, também não foi muito bem acolhida por um número significativo das artesãs. Além da debilidade do corpo social da associação, registava-se a fraqueza do corpo material. Com efeito, embora dispondo de instalações cedidas pela Câmara Municipal, a obra estava inacabada, e desprovida de equipamento e parte do edifício era ocupado como sede da Junta de Freguesia.

Com o esforço de dinamização realizado pela ADRIPÒIO (que passou a contar com o G.T.L. como seu associado), em 1998 a cooperativa voltou a ganhar vida. O incansável e insubstituível apoio do Sr. Padre Joaquim Albertino da Costa levou a que se conseguisse um donativo para aquisição de teares e demais instrumentos do ciclo do linho. Voltou-se a semear linho e criaram-se condições para iniciar um novo ciclo na cooperativa, nomeadamente com um forte apoio à comercialização. Em colaboração com a ADRIPÒIO organizou-se um pequeno evento promocional da abertura ao público da cooperativa com a realização de um debate com o tema “artesanato e a criação de emprego em Limões”, seguido de uma espadelada<sup>49</sup> (Figura nº 11) e de uma mostra venda de produtos em linho. Neste sentido, a cooperativa passou a disponibilizar meios materiais para a preparação de teias e passou a comprar peças de linho segundo preços acordados entre as artesãs, com base em critérios de qualidade aprovadas pelas mestras e aceites pelas cooperantes em assembleia-geral.

---

<sup>49</sup> Operação efectuada manualmente com a espadela (peça de madeira em forma de cutelo, bem afiada) e um cortiço, e que consiste em retirar a celulose que se encontra agarrada às fibras de linho. Esta operação requer operadoras hábeis no manuseamento da espadela a fim de não danificarem as fibras de linho.





Figura nº 11 - Espadelada no Grupo de Tecelagem de Limões (Limões, 1998)

Ao longo deste processo de revitalização a cooperativa viveu alguns momentos de tensão onde nos foi possível observar grande desconfiança e pouca preparação para a gestão do negócio o que acabou por gerar desconfianças. Como as artesãs ficaram muito tempo a trabalhar sozinhas era grande o egoísmo, até nas mostras organizadas pela ADRIPÒIO, na sede da cooperativa, disputavam os clientes com propostas do tipo “se quiserem ir comprar a minha casa faço-lhe um desconto”. Assim se instrumentalizava a organização na defesa de interesses puramente pessoais. Dentro da organização há também exemplos das dificuldades decorrentes da falta de instrução. Um membro da direcção chegou a demitir-se porque a presidente foi ao banco fazer um depósito e não se fez acompanhar da tesoureira. Era menos credível o extracto bancário que a visualização da entrega do cheque no caixa do banco. O facto de a cooperativa não ter condições para remunerar trabalhadores permanentes também dificulta a necessária socialização das artesãs.

Actualmente a cooperativa mantém actividade, com cerca de 20 cooperantes, tendo porta aberta à comercialização de trabalhos em linho e ainda algumas peças em palha, junco e madeira. É com esta diversidade de peças que participa habitualmente em certames de artesanato. Ao longo dos anos, esta associação local tem recriado momentos de nostalgia, realizando espadeladas tradicionais, na “Feira do Linho”, evento que acontece em Ribeira de Pena, no início de Agosto, desde 1999. Em resumo, o apoio externo demonstrou-se determinante aquando da fundação e em alguns dos momentos mais activos da organização, mas esta variável não garante a sua sustentação.

De finais de 1998 a 2002, a ADRIPÒIO também teve um papel significativo na promoção e venda dos produtos artesanais. Por um lado colocando produtos na “Loja do Mundo Rural”, em Lisboa e em exposições pelo país, por outro com a apresentação do projecto da feira do linho de Ribeira de Pena. Neste trabalho de promoção dos produtos locais a ADRIPÒIO também incluía os artesãos em nome individual e para além do linho também se colocava mel e compotas. Ainda começamos a promover os vinhos e a broa como base para o início de um evento gastronómico mas o projecto não teve continuidade após a nossa saída de Ribeira de Pena em 2002.

#### 4.2.3 O Tear: uma associação de Artesãs

O Tear – Associação de Artesãos foi criada em 2000, em Santa Marinha, por 15 formandas de um curso Escolas-Oficinas. Esta acção foi promovida pela Câmara Municipal de Ribeira de Pena e foi financiada pelo IEFP - Centro de Emprego de Basto, isto em 1999. Instalada numa antiga escola primária, a associação pretendia constituir-se como uma forma organizativa simples mas capaz de apoiar as formandas do curso para se manterem na actividade como artesãs, assim gerando postos de trabalho.

Com esta iniciativa, mais uma vez a Câmara Municipal de Ribeira de Pena procurou valorizar a tradição do linho que se manteve viva apenas em Cerva e Limões, difundindo-a para outras freguesias do concelho. O TEAR surge num tempo em que era vereadora responsável pelo acompanhamento do processo formativo a Dra. Helena Rodrigues, pessoa com amplo e profundo conhecimento da situação da CACER e do GTL. Isto, em parte como resultado de diversas participações nos órgãos sociais da CACER. Contudo, com o passar do tempo, as artesãs foram desmobilizando e a associação acabou por ficar inactiva em 2004, ou seja, volvidos menos de cinco anos após o seu nascimento “assistido”, situação em que se permanece actualmente. Em resumo, embora as formandas tenham sido ajudadas na constituição da associação nunca formaram um grupo coeso em torno de objectivos comuns. Não havendo garantias de rendimento certo ao fim da semana, ou do mês, deixaram de se interessar pela associação.

Por 1998 a ideia de valorizar a imagem do concelho como terra de linho dava os primeiros passos. De facto, para se fazer a promoção continuada do artesanato em linho, em finais de 1998 a ADRIPÒIO apresentou à Câmara Municipal um projecto para a realização de uma feira de produtos locais, como grande evento promocional dos produtos manufacturados no concelho, com especial relevo para os produtos em linho. Nesse projecto se propôs que a organização ficaria a cargo de uma parceria entre a ADRIPÒIO, a UNILSETE e ACDR de Santa Marinha e o Município. Após

divergências sobre o modelo de gestão da organização do evento, a ADRIPÓIO afastou-se do secretariado da feira. A Câmara Municipal, no início de 1999, por meio de um protocolo, passa para a UNILSETE (ver ponto 4.5.2) a responsabilidade da organização da “Feira do Linho de Ribeira de Pena”.

Associada à feira aparece também a promoção das tradições locais e da gastronomia. Com a alteração da composição do executivo como resultado das eleições autárquicas de 2001, a Câmara chama a si a organização do evento. Assim, em 2002, o Município assume a organização directa da feira. Em 2007, ao fim de nove anos, sem interrupções, realizou-se a IX Feira do Linho. No discurso de abertura deste certame, o presidente da Câmara Municipal, Dr. Agostinho Pinto, anunciou a criação do museu do linho, que deverá ser instalado nos antigos paços do concelho (sede do Município de Ribeira de Pena até 1933), na Venda Nova, na freguesia de Santa Marinha.

### **4.3 Associações de solidariedade**

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) têm o seu estatuto consignado no Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro. No seu primeiro artigo define-se que elas são organizações sem fins lucrativos, de iniciativa particular, que não sejam administradas pelo Estado ou corpo autárquico, concedendo bens ou prestando serviços com as seguintes finalidades, entre outras compatíveis:

- Apoio a crianças e jovens;
- Apoio à família;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Promoção da protecção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- Educação e formação profissional dos cidadãos;
- Resolução de problemas de habitação das populações.

As IPSS, que usufruem de algumas isenções fiscais, nomeadamente do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), podem ter as seguintes formas jurídicas: associações de solidariedade social, associações de voluntários de acção social, associações de socorros mútuos,

fundações de solidariedade e irmandades da misericórdia. Em Ribeira de Pena, existem apenas três IPSS: Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena, Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia de Cerva e o Centro Social Paroquial de Limões.

Em Portugal a acção social é exercida maioritariamente pelas IPSS, constituindo o meio privilegiado de execução das políticas sociais do Estado, visando a protecção das pessoas e dos grupos sociais mais vulneráveis e o combate das causas que estão na origem da pobreza e da exclusão social.

#### 4.3.1 Misericórdias

Com raízes mais profundas na história de Portugal, as Misericórdias, fundadas a partir de 1498, no Reinado de D. Manuel, foram as confrarias mais importantes de Portugal do século XVI ao século XVIII. A sua importância decorria do seu estatuto jurídico particular, associado à protecção dos monarcas portugueses; da sua composição social correspondendo às elites detentoras do poder local; do património fundiário e móvel acumulado e da sua incontornável presença na prestação de serviços assistenciais. A primeira Misericórdia foi criada em Lisboa. Com a intenção de replicar em todo o reino o modelo de Lisboa, D. Manuel concedeu privilégios, criou condições aliciantes para a sua constituição, pelo que a disseminação por todo o reino aconteceu a um ritmo rápido. Foram diversas as alterações no estatuto das Misericórdias até que acabou no Concílio de Trento por ser definido como confrarias laicas (Sá, 2000).

A partir do liberalismo, o aumento da intervenção do Estado nas Misericórdias constitui um dos traços mais marcantes da vida destas Instituições no século XIX. A Misericórdia de Lisboa a partir de 1834 passou mesmo a ser administrada pelo Estado, assumindo as características de um organismo de assistência estatal. Em 1866, o Estado levou mais longe a sua intervenção nas Misericórdias, mandando vender os bens que lhe pertenciam, bem como o das confrarias, obrigando à aplicação dos capitais arrecadados em títulos da dívida pública ou papéis de crédito. Com a desvalorização da moeda, as Misericórdias perderam capacidade económica, tendo, algumas, chegado à total penúria e mesmo à extinção. Apesar de todas as dificuldades, no final da Monarquia, uma boa parte da rede de assistência continuava a assentar nos hospitais, recolhimentos, asilos, e outros serviços criados pelas 286 Misericórdias então existentes, que se distribuíam pela maior parte dos concelhos do país.

Com a República, em 1911, foram definidos os serviços de assistência oficial, aproveitando-se para este fim a participação da assistência privada, nomeadamente das Misericórdias, que ficavam sob a alçada de organismos do Estado. Após um diversificado conjunto de alterações legislativas, em 1983, as Misericórdias passaram a poder inserir-se como Instituições Particulares

de Solidariedade Social (IPSS), conseguindo financiamentos públicos para projectos assistenciais, reduzindo as formas de tutela estatal sobre a sua actividade administrativa. Actualmente existem 384 Misericórdias activas no continente e ilhas (Penteado, 2000).

Ribeira de Pena tem duas Misericórdias: Santa Casa da Misericórdia de Cerva, com área social no Centro-Sul do concelho, ou seja, nas freguesias de Cerva, Limões e Alvia; e Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena, a qual cobre as restantes quatro freguesias do Centro-Norte do concelho: Ribeira de Pena (Salvador), Santa Marinha, Santo Aleixo de Além Tâmega e Canedo. Ambas as Misericórdias são de fundação relativamente recente. A Santa Casa de Cerva foi fundada em 1918, pelo Bispo da Diocese de Braga, onde à data o concelho de Ribeira de Pena se integrava, por iniciativa do benemérito e doador Agostinho José Alves Costa, da Casa de Burgos. Conta, actualmente, com 90 irmãos e irmãs. A Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena foi fundada em 1948 pelo Bispo da Diocese de Vila Real<sup>50</sup>, por iniciativa de um grupo de ribeirapenenses que desde 1939 trabalhavam para a sua constituição, mas mesmo assim manteve-se praticamente inactiva até 1977. Neste ano um grupo de irmãos desafia o Presidente da Câmara de então, João José Alves Pereira, para assumir a função de Provedor. Este aceitou e desempenhou o cargo por duas décadas. Assim, começa um tempo de intensa actividade que se prolongou até à actualidade, quando é novamente provedor o Sr. João José Alves Pereira, cidadão filiado no PSD que exerce um papel de grande influência e prestígio a nível regional. Hoje, a instituição conta com 400 associados, irmãos e irmãs.

Estas instituições prestam um dado conjunto de serviços à comunidade, no âmbito dos protocolos que desenvolvem com o Centro Regional de Segurança Social de Vila Real. A Misericórdia de Ribeira de Pena tem as valências Berçário, Creche, Infantário, Centro de Actividades de Tempos Livres, Apoio Domiciliário, dois Centros de Dia (Salvador e Canedo), um Centro de Convívio em Seirós e Lar de Terceira Idade, e ainda uma Unidade de Cuidados Continuados com 17 camas e um Centro de Reabilitação Física destinada a servir 150 utentes diariamente. Estes dois últimos equipamentos inaugurados em Fevereiro de 2008. É também da responsabilidade da Misericórdia de Ribeira de Pena a distribuição de géneros do banco alimentar às famílias carenciadas desde 2001, substituindo nesta função a Caritas Diocesana de Vila Real. A Santa Casa de Cerva presta, directamente, o serviço de Jardim e Creche, nas freguesias de Cerva e Limões; por via indirecta garante o Apoio Domiciliário, o qual é prestado em Limões, a 47 idosos, mediante protocolo com o Centro Social Paroquial. Esta organização local é reconhecida como IPSS e é associada da ADRIPÒIO.

---

<sup>50</sup> A Diocese de Vila Real foi criada pelo papa Pio XI, pela bula *Apostolicae Praedecessorum Nostrarum Sollicitudo*, de 20 de Abril de 1922.

Como afirma o Sr. Padre Joaquim Albertino da Costa, actual Provedor da Misericórdia de Cerva:

“agora, para melhor resposta aos idosos, particularmente àqueles que se encontram isolados, temos a funcionar desde Novembro de 1998 o Centro de Dia - edifício para trinta utentes e com capacidade de uma oferta de oito camas, tipo mini-lar que se destinava a eventuais casos, de intensivo e cuidado tratamento médico; agora, já se encontram todas ocupadas, juntamente com mais cinco, que conseguimos implantar no dito mini-lar.”

A Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia de Cerva tem vindo também a desenvolver a sua actividade no apoio domiciliário integrado. O apoio nocturno é servido por uma rede de pessoas voluntárias, que prestam atenção aos seus vizinhos, detectam a necessidade quando ela surge e comunicam à instituição, donde partirá logo o apoio pedido; há ainda, complementado por telefone, junto à cama do idoso, em comunicação com a Santa Casa, o dispositivo de tele-alarme.

Esta série de actividades iniciou-se nos anos oitenta e tem vindo a ser gradualmente melhorada, buscando qualidade. Isto, graças quer ao esforço permanente dos Órgãos Administrativos, por via dos Acordos que vêm fazendo com o Centro Regional de Segurança Social de Vila Real, quer ao empenho do pessoal de serviço, em formação permanente e colaborante.

As Misericórdias, para além da sua acção, destacam-se como das maiores entidades empregadores do concelho, com 69 e 124 trabalhadores, respectivamente em Cerva e Ribeira de Pena.

As Misericórdias prestam serviço a 839 utentes, sendo 322 assistidos pela Misericórdia de Cerva e 517 pela Santa Casa de Ribeira de Pena, isto para o total das valências identificadas.

A Misericórdia de Cerva tem em curso o Projecto do Lar para a Terceira Idade, com vista a servir 30 utentes. Já foi apresentada candidatura, pela segunda vez, nos Serviços Regionais de Segurança Social. Como refere o Provedor:

“sem esta estrutura, responder às várias situações dos idosos apresenta-se impossível. Com efeito, temos uma sociedade envelhecida, parque habitacional disperso e degradado, provocando isolamento, solidão e pesadas limitações ao idoso, no aspecto de saúde física, intelectual e mental. Estas estruturas muito irão favorecer o necessário convívio e contribuir para a estabilidade do espírito e sã convivência dos idosos, carenciados de relação e bem-estar. A instituição vê no idoso alguém com sabedoria que muito pode ensinar e, ainda, podendo aprender ajuda a fazer muitas coisas - o que lhe dará uma juventude criativa e a nós a partilha de experiências, de forma a podermos fazer memória do passado e, juntos, contribuir para a nossa história, no presente e futuro. O Lar sonhado será para 30 utentes e já não oferecerá resposta a quantos se encontram com pedido

formulado. Será um espaço de comunhão para quantos dele usufruam e, nessa comunhão, se sintam família e a ela tenham gosto de pertencer.”

Além, da necessidade do Lar pelo qual luta, a Misericórdia de Cerva tem ainda em plano a construção de um Museu e Biblioteca, que ajudará à conservação da cultura local e estima pela sua memória, por parte dos vindouros. Em suma, pode dizer-se que as Misericórdias mostram grande vitalidade na acção que desenvolvem e que têm projectos que abrem novos caminhos na prestação de serviços para públicos diversificados.

As Misericórdias contam entre os seus dirigentes com “irmãos” que também integraram os órgãos sociais das Casa do Povo, da Cooperativa Agrícola, de diversas ACDR, das AHBV, da CACER, da ADRIPIÓIO e membros do poder local: Presidentes de Junta e Presidentes de Câmara. Ambas as Misericórdias integram as federações regionais e nacionais de Misericórdias e IPSS. A Misericórdia de Cerva é, também, associada da ADRIPIÓIO.

#### 4.3.2 Associações Humanitárias

As Associações Humanitárias em Ribeira de Pena ascendem a um total de três casos, dois relativos a corporações de bombeiros. A Cruz Vermelha Portuguesa é a outra Instituição Humanitária “local”. Trata-se de uma organização não governamental e de utilidade pública, fundada em 1865, que desenvolve a sua missão em obediência aos Princípios Fundamentais do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, adoptados por unanimidade na XXª Conferência Internacional da Cruz Vermelha, em Viena, em 1965. Tais princípios fundamentais são: humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade. A Cruz Vermelha Portuguesa age em conformidade com as normas do Direito Internacional Humanitário<sup>51</sup>, tendentes a garantir o respeito pela dignidade da pessoa humana, a favorecer a paz, a minimizar os efeitos negativos dos conflitos e a proteger a vida e a saúde.

Actualmente a Cruz Vermelha tem 183 delegações. A Delegação de Ribeira de Pena foi criada em 1999, com participação dos líderes locais, nomeadamente os políticos das diversas forças partidárias. A iniciativa partiu de um grupo de ribeirapenenses, com destaque para a esposa do Presidente da Câmara de então, eleito pelo PS, que preside desde a fundação a delegação. Tem desenvolvido actividade em ajudas de emergência, atendimento e orientação, isto é, fornecendo esporádico de camas articuladas, cadeiras de rodas e cobertores. De facto a associação está quase

---

<sup>51</sup> As quatro Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949 e os dois Protocolos Adicionais de 8 de Junho de 1977 são o principal instrumento destas regras humanitárias. Em certos meios o Direito Internacional Humanitário é denominado “direito dos conflitos” ou “direito de guerra”.

inactiva. Tal circunstancia não é de todo de estranha se pensarmos que o seu objecto social se sobrepõe às misericórdias e bombeiros. Ora a Misericórdia de Ribeira de Pena atravessa tempos de grande pujança aglutinando a atenção e as ajudas do poder local. Se juntarmos as disputas locais de carácter político que marcam as lideranças destas organizações, entendemos que fico pouco espaço para a acção da Cruz Vermelha de Ribeira de Pena.

Os órgãos sociais da Delegação da Cruz Vermelha de Ribeira de Pena têm sido ocupados por pessoas que simultaneamente desempenham funções na ACDR de Santa Marinha, no Fórum Metanóia, nas Misericórdias, na AHBV de Ribeira de Pena e por políticos locais, tanto vereadores como membros da Assembleia Municipal.

Ribeira de Pena tem duas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, uma em cada vila do concelho: Ribeira de Pena (Salvador) e Cerva. A associação de Ribeira de Pena foi fundada em 1980 pela mão de um conjunto de cidadãos, entre os quais dirigentes políticos locais, procurando solucionar as dificuldades decorrentes de não haver no concelho serviço de transporte de doentes. O serviço de combate a incêndios florestais não era propriamente uma necessidade, pois estava a cargo da ex-Direcção Geral das Florestas, que tinha uma brigada com sede em Ribeira de Pena. Actualmente a associação de Ribeira de Pena conta com 1 200 associados, tem como área social as freguesias de Alvadia, Ribeira de Pena (Salvador), Santa Marinha, Santo Aleixo de Além Tâmega e Canedo.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cerva, nasce a partir de uma iniciativa de angariação de fundos para aquisição de uma ambulância. Inicialmente pensou-se que ficaria ao serviço da Misericórdia de Cerva e estava destinada ao transporte de doentes e sinistrados ao Hospital. As pessoas envolvidas nesta angariação de fundos logo foram pensando em alargar horizontes, até que acordaram diligenciar a criação de um Corpo de Bombeiros. Então, organizaram-se e, por escritura pública em 1982, onze fundadores constituíram a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cerva. Faltava criar o Corpo de Bombeiros. No concelho existia já a AHBV de Ribeira de Pena e o respectivo Corpo de Bombeiros. Esta Associação, reunida em assembleia-geral, votou por maioria absoluta que Cerva se bastasse a si própria, preparando o processo que levasse à homologação do Corpo de Bombeiros.

O processo foi organizado e apresentado em tempo oportuno, mas o esforço não vingou. A Federação de Bombeiros de Vila Real votou desfavoravelmente a criação de um Corpo de Bombeiros na Vila de Cerva. Sem desânimo, as diligências nunca pararam e, a conselho do Senhor Inspector do Norte, foi criada uma Secção do Corpo de Bombeiros de Ribeira de Pena, em Cerva, depois de uma difícil votação favorável na Associação de Ribeira de Pena. A Secção foi homologada pelo Serviço Nacional de Bombeiros, em reunião de direcção de 16 de Abril de 1986.



Em suma, o processo de constituição formal da referida Secção do Corpo de Bombeiros tomou cerca de quatro anos.

Em reuniões posteriores, havidas com a Direcção da AHBV de Ribeira de Pena, foram adiantadas algumas linhas regulamentares, em vista de um protocolo entre a Associação e a Secção, que veio a ser aprovado em Março de 1987. Este teve como fim último a criação de estruturas que evoluíssem no sentido da criação do almejado Corpo de Bombeiros Voluntários de Cerva. A Secção foi desenvolvendo essas estruturas, por meio de:

- a) Admissão de candidatos ao Corpo de Bombeiros;
- b) Cursos de socorrismo;
- c) Curso de cadetes;
- d) Aquisição de carros de combate a incêndios e mais ambulâncias;
- e) Outros equipamentos e material diverso.

Até finais de 1990 realizaram-se três cursos de formação de bombeiros. A Secção contava com 60 elementos no activo. Com base no trabalho desenvolvido e após a organização de um novo processo, o Serviço Nacional de Bombeiros homologou a criação do Corpo de Bombeiros de Cerva, em Janeiro de 1991. Ou seja, o processo que deu forma à ideia inicial atravessou os dias de um ciclo longo, o qual somou praticamente uma década. A AHBV de Cerva obteve estatuto de utilidade pública um ano depois<sup>52</sup>. Actualmente tem 950 associados, tendo como área social as freguesias de Cerva e Limões.

Ainda na década de 80 a AHBV de Ribeira de Pena conseguiu construir um Quartel-Sede, enquanto Cerva se mantinha instalada na garagem da Extensão de Saúde. A partir de uma nova campanha de angariação de fundos, iniciada no ano 2000 e desta vez destinada à construção do Quartel-Sede, Cerva tem este edifício já construído. Será brevemente inaugurado, no primeiro trimestre de 2008.

Enquanto associações humanitárias, os Corpos de Bombeiros têm cumprido com as missões que lhe são atribuídas legalmente: a protecção e socorro de pessoas e bens. Contam com alguma dificuldade no recrutamento de voluntários e os recrutados, em regra, têm pouca disponibilidade para um serviço quotidiano. Muitos são os bombeiros que trabalham fora e que apenas vão a Ribeira de Pena ao fim de semana. Para colmatar esta dificuldade, os dois Corpos de Bombeiros passaram a recrutar para as suas fileiras elementos de ambos os sexos. Actualmente os Corpos de Bombeiros contam com 65 elementos em Ribeira de Pena e 60 em Cerva. O serviço diário é

---

<sup>52</sup> Diário da República, II Série, nº 25 de 30 de Janeiro de 1992.

assegurado por um quadro de pessoal com quatro trabalhadores em Ribeira de Pena e sete em Cerva, recrutados de entre os bombeiros da respectiva corporação. As dificuldades de recrutamento de novos elementos são o reflexo do envelhecimento da população e da regressão demográfica resultante da dificuldade de fixar os activos jovens.

Em Ribeira de Pena tem integrado os órgãos sociais da AHBV: Presidentes de Câmara, vereadores, Presidentes de Junta, dirigente da Misericórdia, do Fórum Metanóia, UNILSETE e Núcleo da Cruz Vermelha. Em Cerva os órgãos sociais da AHBV contam com a presença de pessoas que simultaneamente também dirigiam a Casa do Povo, a Misericórdia, a Junta de Freguesia, o Grupo Desportivo, a ADRIPÒIO, a CACER, a AFRP e AGROVITAE e a ACDR de Agunchos.

As associações de bombeiros integram a Federação Distrital de Bombeiros de Vila Real e a Liga dos Bombeiros Portugueses. A AHBV de Cerva é também associada da ADRIPÒIO.

## **4.4 Associações de cultura, desporto e recreio**

### **4.4.1 As Casas do Povo**

Para os operários, já em 1933, havia sido autorizada a criação de Casas do Povo<sup>53</sup>. A partir de 1938 torna-se obrigatória a inscrição nestas organizações<sup>54</sup>, ou a quotização, mesmo sem inscrição. Mais tarde, as Casas do Povo sofreram grandes transformações, começando estas a operar-se fundamentalmente a partir de 1982. Primeiro, transformadas em pessoas colectivas de utilidade pública de base associativa<sup>55</sup>, com o objectivo de promover o desenvolvimento sócio-cultural e desportivo das comunidades. A filiação deixa então de ser obrigatória. A existência da Casa do Povo fica condicionada a ter no mínimo 50 sócios. As Casas do Povo eram tuteladas pela Junta Central das Casas do Povo, órgão do Estado que controlava os seus actos, que veio substituir o Instituto Nacional do Trabalho, anterior entidade de tutela. Depois, em 1985, com a extinção da Junta Central das Casas do Povo<sup>56</sup>, a tutela passa para o Centro Regional de Segurança Social do respectivo Distrito. Em 1986 opera-se a grande mudança. Os Centros Regionais de Segurança Social retiram a componente segurança social, ficando as Casas do Povo apenas com a vertente sócio-cultural e desportiva. Finalmente, em 1990<sup>57</sup>, as Casas do Povo conseguem a sua verdadeira

---

<sup>53</sup> Decreto-Lei 23 051, de 23 de Setembro de 1933.

<sup>54</sup> Decreto-Lei 28 859, de 18 de Julho de 1938.

<sup>55</sup> Decreto-Lei 4/82, de 11 de Janeiro

<sup>56</sup> Decreto-Lei 185/85, de 29 de Maio

<sup>57</sup> Decreto-Lei 246/90, de 27 de Julho

autonomia, já que ficaram libertas de qualquer tutela, passando a ser uma associação pura e simples, dependendo apenas da vontade dos seus associados, legalmente enquadradas pelo Código Civil.

Globalmente considerada, a organização corporativa foi essencialmente uma criação do Estado, que sempre manteve um apertado controlo sobre ela. O “corporativismo de Estado” prevaleceu sobre o “corporativismo de associação”, e em vez de ser um instrumento de autodirecção da economia e das relações do trabalho, a organização corporativa foi essencialmente um instrumento de regulação estatal da economia e de submissão dos trabalhadores.

Ribeira de Pena contou com duas Casas do Povo: a de Cerva e a de Ribeira de Pena, ambas criadas em 1948. A primeira, alterou os seus estatutos no ano 2000, por meio de escritura pública, subscrita por 11 refundadores, adoptando a designação de Associação Cultural, Desportiva e Recreativa – Casa do Povo de Cerva. A segunda mantém a designação inicial. Ambas as Casas do Povo têm edifícios sede no centro das respectivas vilas.

Por 1987, num período de contestação da direcção e de reclamação de novas ideias, observa-se a transferência do infantário da Casa do Povo de Cerva para a Misericórdia de Cerva. Este serviço social funcionava nas instalações da Casa do Povo mediante o estabelecido em protocolo com a Segurança Social. A concretização desta transferência facilitou o afastamento dos dirigentes de então, com destaque para o Sr. Agostinho Alves Costa e o Sr. Padre Joaquim Albertino da Costa, deixando espaço para que os “contestatários mostrassem as suas capacidades”. A nova geração de directores reduziu a actividade da Casa do Povo a eventos esporádicos, ou limitou-se a ceder as instalações a diversos serviços públicos (Segurança Social, Direcção Regional de Agricultura), ou ainda a organizações locais, tais como o Grupo Desportivo de Cerva e a Associação Humanitária dos Bombeiros de Cerva. Em 1999 o edifício foi objecto de uma remodelação, mas tal intervenção não estava integrada num plano de acção com fins precisos. Assim, depois de um Verão com alguma animação, o edifício acabou por ficar sub-aproveitado. A Casa do Povo de Cerva conta actualmente com 157 associados.

A Casa do Povo de Ribeira de Pena seguiu um caminho semelhante. Como dissemos já, também dispõe de instalações próprias no centro da vila de Ribeira de Pena. No edifício estiveram instalados alguns serviços da Câmara, da Segurança Social e de outras entidades. Hoje, em parte das suas instalações tem a funcionar, transitoriamente, um infantário da rede pública. Ou seja, em regra, a utilização deste recurso tem sido casuística. Nas suas instalações são promovidas iniciativas de teatro e desporto como o ténis de mesa e taekwondo. Actualmente, a Casa do Povo de Ribeira de Pena conta com mais de 50 associados.

Em ambos os casos colhe-se percepção que o importante não é o que se faz, mas sim quem ocupa os lugares nos órgãos sociais, isto num jogo de equilíbrio entre as forças políticas a nível

local. Embora não tenham propriamente iniciativas autónomas, estas organizações têm tido um papel importante na cedência dos seus equipamentos para uso de terceiros.

Ao longo da sua existência, as Casas do Povo partilharam dirigentes com as Misericórdias, o Grémio e mais tarde a Cooperativa Agrícola, Fórum Metanóia, AHBV, ADRIPÒIO, Núcleo da Cruz vermelha e AFRP.

#### 4.4.2 Os Grupos Desportivos

Os grupos desportivos de Ribeira de Pena e Cerva têm a sua origem sobretudo no futebol e outros desportos estimulados pelas Casas do Povo e apoiados pela Federação Nacional para a Alegria no Trabalho<sup>58</sup> (FNAT), organização esta que em 1975 viria a transformar-se no Instituto Nacional do Aproveitamento dos Tempos Livres<sup>59</sup> (INATEL).

Pela mão de cerca de duas dezenas de fundadores, nasce em 1974 o Grupo Desportivo de Ribeira de Pena, com sede na vila de Ribeira de Pena. Este clube dedica-se actualmente ao futebol masculino, modalidade que está na sua origem, e ao futsal feminino. O clube tem hoje 250 associados e conta com 90 atletas inscritos na Associação de Futebol de Vila Real.

Com a evolução do processo legal das Casas do Povo, ponto já referido anteriormente, o Grupo Desportivos de Cerva, que funcionava como secção da Casa do Povo de Cerva, em 1981, tornou-se associação autónoma, pela mão de uma dezena e meia de fundadores. Actualmente o clube tem 400 associados, contando com 50 atletas inscritos na Associação de Futebol de Vila Real.

As equipas de futebol dos dois Grupos Desportivos participam actualmente no campeonato Distrital de Vila Real, sendo grande a rivalidades dos seus adeptos.

Nos Grupos desportivos encontramos membros dos órgãos sociais dos Clubes de Caça e Pesca, das Casa do Povo, da ADRIPÒIO, da AFRP, Fórum Metanóia e presidentes de Junta de Freguesia.

#### 4.4.3 Associações culturais, desportivas e recreativas

Da mesma forma que o desporto, as Casas do Povo tinham também interesses de carácter cultural. As mais populares eram os ranchos folclóricos e os grupos de cantares. Com a dispersão de interesses e o esvaziamento das Casa do Povo, durante alguns anos tais actividades lúdicas deixaram de existir. A partir de 1990, porém, ressurgiu o interesse pelas manifestações culturais. Em pouco mais de uma década (1990-2003), foram criadas cinco associações culturais, desportivas

---

<sup>58</sup> Fundada em 1935 pelo Decreto-Lei nº 25 495, de 13 de Junho

<sup>59</sup> Decreto-Lei nº 184/75 de 29 de Dezembro

e recreativas no concelho (Quadro nº 21). É de assinalar que nenhuma delas se apoiou nas Casas do Povo, nomeadamente para tirar partido do património edificado, embora se concentrem nas três freguesias mais povoadas do concelho: Cerva, Ribeira de Pena (Salvador) e Santa Marinha.

A Associação Desportiva e Cultural de Agunchos teve origem nas actividades culturais dinamizadas pela ADRIPÒIO. No ano 2000, por vontade dos participantes no rancho, criou-se uma associação nova. Desta forma o Rancho Folclórico de Agunchos ganhou autonomia e com ajuda do Conselho Directivo dos Baldios de Agunchos e Formoselos construiu uma sede. É associada da ADRIPÒIO desde a sua fundação em 2000.

Todas as ACDR têm realizado viagens ao estrangeiro, em visita às comunidades ribeirapenenses espalhadas pela Europa, e têm participado em festivais de folclore, ocupando cerca de 300 adultos e crianças. A aparente solidez dos grupos perspectiva a sua manutenção, não sendo previsível a diversificação da oferta de actividades de lazer.

Quadro nº 21 – ACDR do concelho de Ribeira de Pena em 2007

Designação da associação	Ano de fundação	Actividades que desenvolve	Nº Associados
ACDR de Balteiro	1983	Rancho Folclórico Grupo de Bombos	50
ACDR de Santa Marinha	1987	Grupo Cantares da Fonte Desfolhada tradicional Viagens culturais Torneio de futsal	92
ACDR Trofa	1998	Rancho Folclórico Organiza festas populares	20
ADC de Agunchos	2000	Rancho Folclórico Teatro amador	145
ADRC - Amigos de Cerva	2004	Futsal Perícia automóvel	10

A associação Amigos de Cerva, última das ACDR a ser criada, aparece sobretudo vocacionada para uma actividade desportiva, o futsal. Nos últimos anos tem também organizado a prova de perícia automóvel de Cerva, que antes disso era organizada pela ADRIPÒIO e pela Casa do Povo de Cerva.

Os dirigentes das ACDR de Ribeira de Pena participam também na ADRIPIÓIO, AFRP, Clubes de Caça e Pesca e Núcleo da Cruz Vermelha.

## **4.5 Associações “políticas”**

### **4.5.1 Associação Fórum Metanóia**

A associação Fórum Metanóia, com sede em Ribeira de Pena, surge em 1987 pela mão de 12 fundadores, e está inscrita no Registo Nacional das Associações Juvenis, funcionando desde a sua constituição em espaço cedido pela Câmara Municipal, no Mercado Municipal. Nela nasceu o jornal “Ecos da Ribeira”. A propriedade deste bimensário dá uma importância especial a esta organização, a qual é reforçada pelo facto de ter sido, desde a fundação, conotada com o Partido Social-Democrata (PSD). Isto, mercê do facto de muitas das figuras ligadas aos seus órgãos sociais integrarem essa força partidária. As alterações da liderança municipal ocorridas em 1997 e 2001 acabaram por ter consequências nas condições de funcionamento do Fórum Metanóia. De facto, em 1997, após a vitória do PS, a associação Fórum Metanóia passou a dedicar boa parte do “Ecos da Ribeira” ao confronto político, dando voz à oposição municipal do PSD. Como consequência a Câmara Municipal cortou todos os apoios, sendo mesmo acusada de ter tentado uma acção de despejo relativamente à associação.

A partir de 2001, a associação voltou a adquirir novo protagonismo na cena local através do seu jornal. Com a segunda vitória do PSD nas eleições autárquicas de 2005 e com a suspensão da publicação do concorrente “Ribeirapense”, o jornal passou apenas a ter duas ou três tiragens anuais.

Actualmente a associação tem 108 associados. Entre os dirigentes que passaram pelos seus órgãos sociais encontram-se pessoas que participaram nos órgãos sociais da ADRIPIÓIO, no Núcleo da Cruz Vermelha e na AHBV de Ribeira de Pena e ainda titulares de cargos políticos, como vereadores e membros da Assembleia Municipal.

### **4.5.2 UNILSETE - União Juvenil das Sete Freguesias**

A UNILSETE, com sede em Ribeira de Pena, foi criada em 1998, pela mão de 13 jovens. Inscrita no Registo Nacional das Associações Juvenis, agregou à sua volta muitas das pessoas, em especial os jovens, que militaram pelo Partido Socialista (PS) na campanha eleitoral autárquica de 1997. Da mesma forma que a associação Fórum Metanóia, também é proprietária de um jornal bimensal, “O Ribeirapense”, este conotado com o PS.

De 1999 a 2001 a UNILSETE teve a função de liderar a coordenação do secretariado da Feira do Linho por escolha da autarquia, após desentendimento com a ADRIPÒIO sobre a forma de funcionamento do secretariado do evento. A partir de 2001, com o retorno do PSD à liderança dos destinos municipais, a referida associação também foi “brindada” com algumas dificuldades, nomeadamente com a necessidade de mudar de instalações.

A UNILSETE desenvolveu actividade como associação juvenil, contando com o apoio do Instituto Português da Juventude. Com os apoios recebidos mantinha a porta aberta e prestava diversos serviços aos jovens do concelho, onde se incluía uma “sala Internet” com quatro computadores. Após a segunda derrota do PS nas autárquicas de 2005, em Ribeira de Pena, boa parte dos associados, que chegaram a ser 55, começaram a dispersar. Como afirmou um colaborador do Ribeirapense “a falta de gente adulta, mais madura, para segurar as pontas e gerir os estados emocionais e os conflitos” levou a que para além das razões profissionais dos que deixaram Ribeira de Pena na procura de trabalho, todos os outros se desinteressassem e deixassem de participar, a “associação desagregou-se”. O ano de 2005 marca também o fim da publicação regular do Ribeirapense. Após a demissão do seu director, o jornal deixou de se publicar. A seguir a associação entrou em inactividade. Em suma, se dúvidas haviam sobre o carácter mais ou menos político da associação, a forma como parou a sua actividade elimina as dúvidas mesmo entre os mais cépticos.

## **4.6 Associações de desenvolvimento local**

### **4.6.1 Associação PISÃO LOUREDO**

A Pisão Louredo foi criada em 2000, como associação de desenvolvimento local para o lugar de Bustelo, freguesia de Ribeira de Pena (Salvador). Tem como fundadores um conjunto de pessoas, especialmente jovens, com formação universitária, mas também habitantes mais velhos do pequeno lugar que é Bustelo, contando actualmente com 39 associados.

Desde a sua criação os dirigentes têm-se centrado na promoção do potencial dos recursos do lugar. Eis um “caso ilustrativo” da sua preocupação predominante: realizaram grandes esforços para combater as sistemáticas violações à lei por uma pedreira localizada em Vila Pouca de Aguiar, nos limites com Ribeira de Pena, com descargas de água repleta de sedimentos próprios da exploração e corte da rocha. Por decisão judicial a empresa foi obrigada a construir uma estação de tratamento de águas residuais e a proceder à decantação dos inertes, isto nos termos legalmente fixados.

A associação é um pequeno grupo, mas o exemplo e a acção são grandes. Com efeito, foi também por iniciativa da Pisão Louredo que o município de Ribeira de Pena classificou a carreira de moinhos de Bustelo como património de interesse municipal, o que acabou por ter repercussões na rectificação do traçado do IC5/A7. Alguns dos seus dirigentes estão também na base da criação da sociedade por quotas “Pena Aventura Park”<sup>60</sup>, que abriu portas no Verão de 2007. Esta empresa explora as condições orográficas do lugar de Bustelo, desenvolvendo actividades na área dos desportos radicais:

- “fantasticable” - cabo com 1 538 m a uma altura de 150 m, que liga os lugares de Lamelas e Bustelo. O cabo permite “voar” à velocidade máxima de 130 Km<sup>h</sup>, sendo considerado o maior do mundo. O aparelho pode ser usado de dia e de noite;
- “bungee” – trampolins ou “air bungee” – aparelho par realizar cambalhotas;
- escalada e “rapel” - estrutura artificial de escalada com 10 m de altura e quatro vias de escalada. Descidas rápidas em “rapel”;
- “slide” – descida rápida com 100 m de extensão;
- “paintball” – dois cenários de jogo;
- tiro ao alvo – arco, zarabatana e fisga (crianças ou adultos);
- percursos aventura (opção crianças, jovens e adultos) – circuito de habilidades em altura (em forma de pontes), integrado em locais até então inacessíveis (ao nível das copas das árvores);
- passeios pedestres;
- passeios a cavalo.

A associação organiza algumas iniciativas em Bustelo (festa da aldeia), tendo, pontualmente, colaborações com outras associações locais. Nomeadamente com a ADRIPÒIO, promoveu a organização de um colóquio sob o tema “Desenvolvimento Local: desafio ou utopia?”, realizado em Cerva, a 10 de Maio de 2003 (Figura nº 12).

Vários dos membros dos órgãos sociais desempenharam funções na Junta de Freguesia de Ribeira de Pena (Salvador), agrupamento de Escuteiros de Ribeira de Pena, sendo o presidente membro da Assembleia Municipal.

---

<sup>60</sup> [www.penaaventura.com/](http://www.penaaventura.com/)





Figura nº 12 - Sessão de abertura do Colóquio “Desenvolvimento Local: desafio ou utopia?”  
(Cerva, 2003)

#### 4.6.2 ADRIPÒIO – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Pòio

A ADRIPÒIO é uma associação que surgiu no contexto do PERI Cerva/Basto, mas que logo ganhou vida própria transformando-se no motor do processo associativo em Ribeira de Pena, ou catalizando muitas das iniciativas locais.

Dois técnicos da equipa do projecto de emparcelamento de Cerva, no âmbito de um trabalho académico para a cadeira – “Projectos de Valorização dos Recursos Rurais”<sup>61</sup>, escolheram o tema “Circuitos Turísticos”, desenvolvendo um anteprojecto para a freguesia de Cerva. Nas entrevistas então realizadas para auscultação de atitudes e opiniões e apreciação de compromissos Coelho e Lira (1997: 49) identificaram a vontade de criar uma associação de desenvolvimento local (ADL), nomeadamente pela inovação que representaria para Cerva. Assim, com o objectivo de dar continuidade ao estudo, organizaram-se duas reuniões para divulgação do seu conteúdo e avaliação do interesse de se avançar com a ADL.

Deste trabalho inicial resultou a realização duma reunião semanal, reunião essa que era aberta a quem quisesse aparecer e participar. Fidelizou-se um grupo que continuava a levantar e discutir as potencialidades e estrangulamentos de Cerva. Contudo, depressa a conversa se foi

<sup>61</sup> Cadeira do Curso de Estudos Superiores Especializados – Organização e Gestão dos Recursos Rurais – ESAPL/IPVC.

alargando às freguesias vizinhas de Limões e Alvadia. Nos encontros de Terça-feira, dedicaram-se algumas horas à busca da “identidade”. O tema, aparentemente fácil, mostrou-se complicado. Ressaltou, contudo, a importância do Rio Poio, como elemento agregador das freguesias de Cerva, Alvadia e Limões, concluindo-se que a bacia hidrográfica seria a melhor unidade para definição da área de intervenção da ADL.

É de assinalar que as três freguesias, Cerva, Limões e Alvadia, constituíram até 1853 o concelho de Cerva (Cruz e Magalhães, 1995: 154). Embora ainda se registre algum “bairrismo” por parte de algumas pessoas, a constituição da associação não visava, de modo nenhum, pôr em causa a hegemonia administrativa de Ribeira de Pena. Pelo contrário, pretendia-se reforçar os laços de unidade existentes e diluir as divisões dramáticas do passado, onde inclusivamente se conta a morte de um ilustre Cervense da família Alves Costa, da Casa de Burgos, abatido a tiro de caçadeira na igreja do Divino Salvador, na actual sede do Município. O concelho de Ribeira de Pena detém uma particularidade interessante – a sede é na freguesia do Salvador, não havendo nenhuma freguesia com a denominação de Ribeira de Pena. Recentemente, com a solicitação da aprovação do brasão local, à Ordenação Heráldica de Brasão, a freguesia de Salvador passou oficialmente a designar-se por Ribeira de Pena (Salvador).

Ao longo de quatro meses, nas referidas reuniões semanais, alcançou-se o seguinte: estruturou-se a Associação de Desenvolvimento Local; definiram-se prioridades; concebeu-se e planeou-se um debate intitulado “Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Poio, Desafio à Porta do Terceiro Milénio”, realizado a 7 de Março de 1998 (Figura nº 13), com o duplo objectivo:

- i) divulgar a criação da associação o mais amplamente possível;
- ii) recolher o contributo e crítica dos convidados, para que o arranque desta iniciativa de desenvolvimento se fizesse com o máximo de mais valias.



Figura nº 13 - Primeira iniciativa organizada pela ADRIPÓIO (Cerva, 1998)

É neste contexto que surge a Associação de Desenvolvimento Local, a ADRIPÓIO, pela mão de um grupo de pessoas que, revendo-se naquele anteprojecto, lhe procurou de imediato alargar horizontes. Horizontes estes, quer de visão, perspectivando o desenvolvimento local “total” e não só a habitual valorização turística, quer de “acção ampla”, extensiva às freguesias de Cerva, Alvadia e Limões como primeira prioridade, mas sempre a pensar em todo o concelho.

As reuniões de Terça-feira congregavam um número variável de pessoas (algumas vezes mais de 20), que estavam presentes a título individual e/ou em representação de Organizações e Instituições sediadas na bacia hidrográfica do Poio. A presença de público transformou-se num desafio a vencer semanalmente: tratava-se, então, de organizar reuniões suficientemente apelativas e mobilizadoras; enfim, que deixassem vontade de retornos frequentes; tratava-se, então, de fazer sentir às pessoas a importância da sua presença e de reclamar o seu contributo. Isto levou-nos a fazer um diagnóstico participado e vivido das necessidades e do capital existentes. O adiantado da hora deixava sempre muita coisa para conversar e debater e, naturalmente, marcava-se uma nova reunião. Aproveitámos essa constatação para lançar a ideia de fixar os encontros, em dia e hora certa, às Terças-feiras às 21:30 horas. Facilitar a organização da vida pessoal significava melhorar as oportunidades de quem desejava estar presente. É de referir que algumas pessoas com forte conotação partidária que participavam noutras associações, designadamente no Fórum Metanóia, quiçá por descrença na isenção partidária das discussões, chegaram a propor acabar com estas

reuniões, mas a maioria decidiu a favor da sua continuação. A criação de Secções na ADRIPÒIO permitiu enquadrar estas reuniões na Secção de Concepção de Projectos e Planeamento. O fomento da participação faz-se, quer pela consulta sobre propostas, quer pelo fornecimento de informação e recolha de opiniões, quer pela participação no debate e na tomada de decisão, quer pela responsabilização na condução do processo de intervenção. Procurámos inserir-nos na população, dando energia e convicção aos outros num processo semelhante ao exposto em (ESDIME, 1997: 33). Em 2002, por razões profissionais, o responsável pela dinamização das reuniões deixou de residir em Cerva. As reuniões deixaram de ocorrer.

Após ser tomada a decisão de criar uma associação de desenvolvimento local foi definido que a associação ficaria sediada em Cerva e acolheria todos os que se disponibilizassem para trabalhar em prol do desenvolvimento de Ribeira de Pena, fossem pessoas singulares ou colectivas, residentes ou não no concelho.

Na discussão das propostas de denominação da associação, procurou-se conciliar três ideias chave: desenvolvimento, espaço rural e holismo. Assim, numa primeira escolha, achou-se a denominação “ADRIPÒIO – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Pòio”. É interessante registar que o erro ortográfico, na palavra “poio”, foi motivo de acesa discussão, mas ao grafarmos o fonema tal como é vocalizado localmente evitou-se o sentido popular da palavra e criou-se um elemento distintivo, apreciado por todos.

A proposta de estatutos foi aprovada por 26 fundadores, 21 a título individual e cinco pessoas colectivas, dos quais 13 ficaram incumbidos de subscrever o acto notarial, realizado em 27 de Fevereiro de 1998 (Figura nº 14). Tomou-se esta opção para facilitar a marcação no Cartório, sendo os restantes admitidos de imediato na primeira assembleia-geral, a qual foi marcada, para a noite do mesmo dia da escritura. Actualmente a ADRIPÒIO conta com 50 associados, sete dos quais pessoas colectivas.

O “corpo social” de fundadores da Associação Local de Desenvolvimento é constituído por: pessoas colectivas: Misericórdia de Cerva; AHBV de Cerva; CACER; GTL; Clube de Caça e Pesca do Poio. E por pessoas singulares líderes de opinião (locais) residentes provenientes das mais variadas profissões: técnicos; professores; empresários; autarcas e agricultores. Em termos de idade o grupo também se apresentava muito heterogéneo, entre os vinte e os oitenta anos.

Como objectivos da ADRIPÒIO definiram-se os seguintes:

- O apoio técnico ao desenvolvimento rural;
- A formação profissional, valorização e promoção do turismo no meio rural;
- A valorização dos recursos naturais e do património cultural;

- O apoio à produção, promoção e comercialização de produtos típicos locais.



Figura nº 14 - Fundadores da ADRIPÒIO, subscritores do acto de constituição  
(Mondim de Basto, 1998)

A Associação estrutura-se em cinco secções, o Conselho Consultivo e a Unidade de Inserção na Vida Activa (UNIVA). Esta unidade, animada inicialmente por uma socióloga, foi o primeiro serviço voltado para a comunidade. Através desta unidade, a ADRIPÒIO aproxima o IEFP da população; divulga as ofertas de emprego e os programas de incentivos à criação de emprego; promove a orientação profissional, identifica necessidades de formação e encaminha os formandos; desenvolve acções de informação e apoio a uma política de emprego. A UNIVA foi apoiada financeiramente pelo IEFP- Centro de Emprego de Basto entre 1998-2001, continuando a funcionar até à actualidade.

Vejamos, agora, o essencial acerca das cinco secções da ADRIPÒIO.

#### Secção de Biblioteca e Arquivo

O concelho de Ribeira de Pena não tinha biblioteca pública<sup>62</sup> e a criação desta secção da ADL procura, de algum modo, contribuir para ultrapassar esse impedimento. Desenvolvem-se, assim, esforços para dotar Cerva de uma biblioteca, a instalar na Misericórdia, tendo como primeira população alvo os estudantes e os idosos.

A criação desta infra-estrutura permitirá também a criação de um espaço de arquivo, para onde se espera venham a ser encaminhados todos os documentos históricos e etnográficos que a

---

<sup>62</sup> A Biblioteca pública de Ribeira de Pena apenas entrou em funcionamento em Fevereiro de 2008.

ADRIPÓIO se propõe recolher e inventariar. O facto desta secção ser coordenada por uma documentalista permitirá, paulatinamente, caminhar de forma tecnicamente correcta.

Decorre já um trabalho de recolha, e inventário e tratamento de um acervo documental, onde se encontra muita informação sobre a região. É fazendo fé na confiança e disponibilidade observada que se acredita na possibilidade de, a prazo, se poder facultar a consulta rápida e eficaz da documentação que seja ou propriedade da associação ou que nela se ache depositada. Este aspecto poderá ser um factor de atracção, se devidamente divulgado, para estudantes e investigadores que se proponham colaborar no vasto conjunto de estudos que todos reconhecem ser necessário empreender.

#### Secção de Informação e Relações Públicas

Esta Secção tem a função de concentrar um conjunto de serviços dirigidos à comunidade, preparar o material de divulgação e desenvolver o marketing da associação. É coordenada por uma pessoa que domina perfeitamente as metodologias de projectos e candidaturas, demonstrando estar permanentemente atenta ao aparecimento e criação de novas oportunidades de captação de meios para a associação.

#### Secção de Concepção de Projectos e Planeamento

Foi da responsabilidade desta secção a dinamização das reuniões semanais de Terça-feira. Aqui, se procurou recolher os contributos individuais, por vezes desconexos, sistematizá-los e avaliar a possibilidade de os transformar em acções. Espaço de “brainstorming”, comunhão e partilha, verdadeira escola de associativismo. Constitui o fórum de debate e participação, ou seja a tertúlia do desenvolvimento local. Fazemos notar que, para participar nos trabalhos desta secção, não é necessário ser sócio.

#### Secção de Animação Cultural

A Secção de Animação Cultural tem a seu cargo a dinamização de actividades culturais que motivem as pessoas a participar. São também atribuições desta secção: recolher e tratar material etnográfico; preparar eventos, orientados para a divulgação e valorização sócio cultural. A ADRIPÓIO tem um grupo de cantares (Figura nº 15) e já teve um rancho folclórico que acabou por se autonomizar, dando origem à Associação Desportiva e Cultural de Agunchos, referida anteriormente (ver ponto 4.4.3).



Figura nº 15 - Grupo de Cantares do Poio (Cerva, 1999)

Através desta secção a ADRIPÒIO detém estatuto de Centro de Cultura e Desporto reconhecido pelo INATEL.

#### Secção de Formação Profissional

A Associação está acreditada como Entidade Formadora, tendo sido criada esta secção com o objectivo de nela se concentrar o esforço de preparação, organização e acompanhamento de acções de formação, que são orientadas para grupos alvo.

A formação profissional subordina-se à necessidade de aumentar a cooperação na comunidade, pelo elevar das competências do “saber-saber” e do “saber-fazer”. Eleva-se a capacidade de intervenção, não perdendo de vista a preparação de mão-de-obra qualificada, capaz de criar o seguinte: actividades de complemento de rendimento; unidades produtivas para a diversificação do tecido económico; oportunidades de trazer para a região inovação tecnológica.

Desde 2000 que a ADRIPÒIO tem realizado cursos de formação profissional num conjunto amplo de áreas, tais como: tecelagem em linho, ajudantes familiares, educação e formação de adultos com dupla certificação, formação de formadores, formação monográfica em vários domínios do sector agrário. Os esforços têm sido consideráveis num volume de formação que já ultrapassa as 200 000 horas. Toda esta formação teve por base diagnósticos de necessidades formativas bem sustentados e apoiados numa bolsa de formadores experientes e altamente qualificados. Em conclusão, a associação está estruturada para enquadrar os seus objectivos estatutários abrindo diferentes frentes de acção.

Apresentada a estrutura voltemos à narração da vida da associação. A ADRIPÒIO nasceu numa conjuntura política particularmente sensível, algo complicada: mais precisamente, num período de campanha eleitoral, mais significativo por se tratar de eleições autárquicas e estarem elementos das diversas forças partidárias no grupo de fundadores. As eleições autárquicas de 1997

provocaram alterações no mapa político partidário do concelho. A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Cerva, tradicionalmente ocupadas por sociais-democratas, passaram a ter executivos socialistas. As Juntas de Freguesia de Limões e Alvadia mantiveram-se lideradas por filiados no Partido Social-Democrata. A composição da Assembleia Municipal ficou dividida em partes iguais pelas duas maiores forças políticas, PS e PSD. Nas eleições Autárquicas de 2001, o PSD voltou a conquistar o executivo municipal coligado com o CDS/PP.

A política concelhia, por vezes alimentada de partidarismo exacerbado, gerou sempre momentos de tensão entre os participantes nas diversas actividades da associação, simpatizantes das diversas forças partidárias com representação no concelho, em especial nas reuniões de Terça-feira, numa clara tentativa de anulação de protagonismos ou proveitos políticos dos demais participantes. Contudo, imperou o bom senso. Todos foram entendendo que na ADRIPÒIO se pretendia criar um espaço de discussão e partilha exterior ao contexto político partidário, isto é, pretendia-se que a associação fosse apartidária. E assim aconteceu. Há espaço para debate de ideias e para análise da política conjuntural, mas, por acordo de todos, não se discutem questões partidárias.

A partilha da intenção de acção foi muito importante e passou pelas reuniões semanais - sessões de informação, concepção e discussão das acções adequadas a empreender, visando a resolução dos problemas identificados. Segundo Parreira (1991: 7), “a motivação é o motor do comportamento”. A chave para uma comunicação eficaz estava obviamente na correcta interpretação das motivações. A observação do comportamento das pessoas no grupo foi o método usado.

No grupo inicial, foi possível identificar diferentes motivações, como demonstram as seguintes afirmações:

- “O trabalho da Associação e estas reuniões em particular têm muito de pastoral”;
- “As reuniões de Terça-feira são mais do que simples discussão, trata-se de crescer [pessoalmente e/ou colectivamente] e de responder a desafios”.

Algumas afirmações também expressam conflito, como esta, que alguém escreveu no vidro de um carro: “Os [do partido x] não deviam estar aqui.”

O que mais nos interessou e motivou enquanto actores deste processo foi a participação na criação de um instrumento associativo, que permitisse o auto-desenvolvimento da população. A ADRIPÒIO pode ser tudo ou nada, conforme as pessoas participem ou não. Mas é também, seguramente a associação com maiores exigências. Pelo trabalho desenvolvido a ADRIPÒIO não pode pura e simplesmente fechar a porta. Há obrigações contratuais decorrentes da execução de



projectos financiados que exigem, por exemplo, a prestação de informação a auditorias, a emissão de certificados de formação ou de experiência formativa a formadores, etc. Fazer avançar esta associação implica imparcialidade, competência técnica e disponibilidade para trabalhar voluntariamente. Como afirmou Botelho (2001):

“Na ADRIPÒIO, não é por falta de financiamentos que se deixa de trabalhar. As coisas simples, a dinamização da comunidade, a permanente reflexão sobre o passado, o presente e o futuro só custam o entusiasmo e dinamismo de quem a integra. E como é o mais importante, o dinheiro não deixará de vir atrás!”

Entre outras actividades a ADRIPÒIO tem mantido a UNIVA em funcionamento e tem prosseguido a actividade de formação. Em 2007 celebrou protocolo com o Centro Regional da Segurança Social de Vila Real para acompanhamento do Rendimento Social de Inserção no concelho de Ribeira de Pena e para esta actividade a associação conta com 8 trabalhadores e dois veículos ligeiros.

Durante nove anos a ADRIPÒIO foi presidida por nós, não tendo assumido funções executivas no último mandato. Em simultâneo exercemos funções de presidente da direcção e depois da assembleia-geral da AHBV de Cerva e presidente do conselho fiscal da CACER, CRL. Actualmente a ADRIPÒIO é presidida pela Dra. Helena Rodrigues, deputada filiada no PS na Assembleia da República. Esta ADL contou, também, ao longo destes anos com dirigentes que participavam simultaneamente na Casa do Povo de Cerva, AHBV de Cerva, Clube de Caça e Pesca do Poio AFRP, AGROVITAE e em cargos políticos no Município (Presidentes de Juntas, vereadores e membros da Assembleia Municipal).

Desde a sua fundação é associada da ANIMAR e faz parte da Associação Pisão Louredo na qualidade de sócia honorária desde 2002.

#### **4.7 Visão global do associativismo em Ribeira de Pena**

Para facilitar a percepção geral da estrutura associativa do concelho elaboramos a visão global do associativismo em Ribeira de Pena, em 2007 (Quadro nº 22).

Quadro nº 22 – Visão global do associativismo em Ribeira de Pena, em 2007

<b>Tipo e designação das Associações</b>	<b>Localização</b>	<b>Ano de fundação</b>	<b>Actores que estimularam a criação da associação</b>	<b>Nº de fundadores</b>	<b>Nº Actual de associados</b>	<b>Filiação noutras organizações</b>	<b>Relação com actores externos</b>	<b>Nº de trabalhadores</b>	<b>Nº de utentes/beneficiários da associação</b>	<b>Estado de funcionamento</b>
<b>Associações centradas nos recursos naturais</b>										
Cooperativa Agrícola de ribeira de Pena	Ribeira de Pena	1933	DRAEDM	n/d	n/d			0	0	Inactiva/em extinção
Clube de Caça e Pesca de Ribeira de Pena	Ribeira de Pena	1990		10	78		DGRF	0	78	Pouco activo
Clube de Caça e Pesca do Poio	Cerva	1996	Caçadores e pescadores de Cerva e Limões, PERI Cerva/Basto	10	130	ADRIPÓIO	DGRF	0	130	Activo
Associação Florestal de Ribeira de Pena	Cerva	2000	Gestores de baldios e proprietários florestais, PERI Cerva/Basto, ADRIPÓIO	13	130	ADRIPÓIO, FORESTIS	DRAPN, DGRF, IEFP,	37	n/d	Muito activa
AGROVITAE, SAG-IP, Lda	Cerva	2001	Jovens agricultores, DRAEDM/PERI Cerva/Basto, AFRP	16	16		DRAEDM	0	0	Inactiva em extinção
<b>Associações centradas nas artes e ofícios tradicionais</b>										
Grupo de Tecelagem de Limões – Cooperativa de Artesanato, CRL	Limões	1986	Mestras artesãs, Prof. Doutor Hugo Ferrão, INSCOOP, CM Ribeira de Pena	13	18	ADRIPÓIO	Clientes e retalhistas, IEFP	0	n/d	Activa
CACER – Cooperativa de Artesãos Cervenses, CRL	Cerva	1988	CM Ribeira de Pena, IEFP, INSCOOP	18	15	ADRIPÓIO	Clientes, estilista e retalhistas	4	n/d	Activa
Associação o Tear	Santa Marinha	2000	CM Ribeira de Pena, IEFP	15	15			0	n/d	Inactiva
<b>Associações de solidariedade</b>										
Santa Casa da Misericórdia de Cerva	Cerva	1918	Doador e promotor da constituição: Agostinho José Alves Costa (Casa de Burgos)	1	90	União das Misericórdias, Federação das IPSS do Distrito de Vila Real, ADRIPÓIO	CRSS de Vila Real	69	275	Muito activa
Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena	Ribeira de Pena	1948	Grupo de Ribeirapenses mas ficou inactiva até 1977	n/d	400	União das Misericórdias, Federação das IPSS do Distrito de Vila Real	CRSS de Vila Real	124	517	Muito activa
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ribeira de Pena	Ribeira de Pena	1980	Grupo de Ribeirapenses	n/d	1200	Federação dos Bombeiros Voluntários de Vila Real, Liga Portuguesa de Bombeiros		4	4212	Muito activa
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cerva	Cerva	1982	Grupo de Cervenses	11	950	Federação dos Bombeiros Voluntários de Vila Real, Liga Portuguesa de Bombeiros, ADRIPÓIO	IEFP, GEPI	7	3000	Muito activa

Quadro nº 22 – Visão global do associativismo em Ribeira de Pena, em 2007 (continuação)

Designação das Associações	Localização	Ano de fundação	Actores que estimularam a criação da associação	Nº de fundadores	Nº Actual de associados	Filiação noutras organizações	Relação com actores externos	Nº de trabalhadores	Nº de utentes/beneficiários da associação	Estado de funcionamento
<b>Associações de solidariedade (continuação)</b>										
Centro Social e Paroquial de Limões	Limões	1988	Pároco da Freguesia	n/d	n/d	Federação das IPSS do Distrito de Vila Real, ADRIPOIO		8	47	Activo
Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Ribeira de Pena	Ribeira de Pena	1999	Líderes Ribeirapenses	20	20	Cruz Vermelha Portuguesa	CRSS de Vila Real	0	n/d	Activa
<b>Associações de cultura, desporto e recreio</b>										
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa – Casa do Povo de Cerva	Cerva	1948	Grupo de Cervenses	11	157			0	n/d	Pouco Activa
Casa do Povo de Ribeira de Pena	Ribeira de Pena	1948		n/d	50			0	n/d	Pouco activa
Grupo Desportivo de Ribeira de Pena	Ribeira de Pena	1974	Grupo de Ribeirapenses	20	250	Associação de Futebol de Vila Real		0	90	Activa
Grupo Desportivo de Cerva	Cerva	1981	Grupo de Cervenses	15	400	Associação de Futebol de Vila Real		0	50	Muito activa
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Balteiro	Santa Marinha (Balteiro)	1983		n/d	50			0	50	Muito activa
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Santa Marinha	Santa Marinha	1987		n/d	92			0	32	Activa
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Trofa	Ribeira de Pena (Trofa)	1998		n/d	20			0	20	Muito activa
Associação Desportiva e Cultural de Agunchos	Cerva (Agunchos)	2000	Participantes do Rancho Folclórico	n/d	145	ADRIPOIO		0	145	Activa
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa – Amigos de Cerva	Cerva	2004		n/d	10	Associação de Futebol de Vila Real		0	10	Muito activa
<b>Associações “políticas”</b>										
Fórum Metanóia	Ribeira de Pena	1987		12	108		IPJ	0	n/d	Activa
UNILSETE – União Juvenil das Sete Freguesias	Ribeira de Pena	1998	Junventude apoiante do PS	13	55		IPJ	0	n/d	Inactiva
<b>Associações de desenvolvimento local</b>										
ADRIPOIO – Associal de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Pòio	Cerva	1998	PERI Cerva/Basto	26	50	ANIMAR, Pisão Louredo	IEFP, CRSS de Vila Real, DRAPN	8	n/d	Muito activa
Pisão Louredo	Ribeira de Pena (Bustelo)	2000	População de Bustelo	9	39			0	39	Pouco activa
<b>TOTAL<sup>a)</sup></b>				<b>&gt;258</b>	<b>&gt;4488</b>			<b>261</b>	<b>&gt;8696</b>	

a) Assinalamos como sinal “>” os valores correspondentes às colunas com valores não determinados (n/d) uma vez que o total será, obviamente, superior ao valor apurado.

## 5. NOTAS CONCLUSIVAS

O associativismo enquanto processo de democratização plena e profunda da nossa sociedade, assente na participação dos cidadãos na resolução das crescentes dificuldades que um grande número defronta na vida quotidiana (de ordem social, cultural, formativa, económica, etc) é um elemento estruturante da própria vida comunitária. Tudo isto significa que as associações, através das suas diferentes formas, desempenham um papel insubstituível no contexto social fornecendo um contributo essencial dirigido ao interesse geral (Carvalho, 2002).

Neste capítulo procuramos estabelecer um certo vaivém entre o quadro teórico e a observação empírica, vincando as ideias mais marcantes que ressaltam do papel do associativismo no (processo de) desenvolvimento do concelho de Ribeira de Pena.

Começamos por olhar para o Quadro nº 22 (conferir ponto 4.7), que resume a visão panorâmica das 27 associações que apresentamos ao longo do capítulo quatro. Em 2007, o tecido constitutivo do Terceiro Sector em Ribeira de Pena é relativamente rico. Isto assim é, entre outras razões, pelo elevado número de associações, pela diversidade de tipos e pela riqueza da história das organizações que o integram. Assim, uma primeira nota conclusiva se impõe: a sociedade local, tanto nos seus traços de continuidade como de mudança, não se compreende sem que se examinem aquelas organizações.

É ainda forçoso concluir que há sinais de que a história local não é, digamos, auto-suficiente, liga-se à história nacional. De facto, também aqui a Misericórdia é a associação mais antiga e não faltou sequer o Sindicato Agrícola que, em 1939, construiu a escola de Penaformosa em Cerva, confirmando a importância destas organizações para a instrução pública, como afirma Franco (2006). O Estado Novo, enquanto caracterizado por um acentuado centralismo e autoritarismo, ao invés, exerceu uma repressão generalizada nas reivindicações pendendo para a redução dos espaços sociais de autonomia e de emancipação. Os Grémios e as Corporações, por exemplo, acabaram por servir sobretudo para o Estado controlar o poder reivindicativo dos trabalhadores e refrear eventuais conflitos sociais. Contudo, em territórios como Ribeira de Pena onde não existiam outras colectividades, isto é, união voluntária de pessoas, com a extinção do Sindicato Agrícola, as Misericórdias, o Grémio da Lavoura e as Casas do Povo delimitaram durante décadas, a totalidade do espaço de participação segregada por critérios morais ou de classe. Com a revolução de Abril de 1974, o povo reconquistou as liberdades cívicas e políticas e a situação alterou-se de forma impressionante, e as associações foram surgindo. Primeiro um pequeno salto

quantitativo, depois um grande pulo quantitativo, a par da diversificação dos fins associativos. “A liberdade de escolha, substituindo a obrigação, acompanha o indivíduo na fundação da sua própria realidade social, uma realidade que se constrói na articulação entre o individualismo e a necessidade de produção de laços sociais” (Monteiro, 2004: 133). Numa comunidade tradicional em que os laços fortes, nos termos definidos por Granovetter (1973), dificultavam a emergência de novas lideranças, onde o nível de instrução não permitia o domínio de competências (saber ler, saber escrever, falar fluentemente, ter noções básicas de administração, etc) redobradamente necessárias para ultrapassar a hostilidade contextual, eram poucos os membros da comunidade que tinham condições para dinamizar a criação de uma associação. Assim, as condições de emergência do conjunto de associações existentes em Ribeira de Pena cruzam em grande medida os trajectos pessoais com os organizacionais. Uns e outros dão conta de condições sociais e individuais, culturais e económicas que de alguma forma motivaram grupos de pessoas a empenharem-se. Condições essas que são parte importante da feição e orientação da vida destas organizações. Como aconteceu na constituição das cooperativas de artesanato onde a formação e o apoio externo foram determinantes para o nascimento e “infância” ou primeiros passos, ou como sucedeu, igualmente, na ADRIPÒIO, onde as expectativas do projecto de emparcelamento e a chegada de técnicos do exterior facilitaram o início do processo associativo, que depois se autonomizou e passou a ser catalisado pela própria associação. Com um trabalho que explorando os “buracos estruturais” identificados por Burt (1992), foi reforçando a rede de “laços fracos” entre os dirigentes das organizações locais que se tornaram suas associadas, ou que a título pessoal participaram nas suas actividades. Assim se desencadeou uma dinâmica de circulação entre as várias associações, quer da elite dirigente, quer de informação não redundante que alargou e alarga o universo de contactos de todos os participantes. Assim se foram adensando as redes de contactos e estabelecendo novas pontes, ao mesmo tempo que se reforçava a capacidade de desempenho do grupo. Isto ficou patente nas reuniões de Terça-feira, organizadas pela ADRIPÒIO, onde uma liderança instrumental em estilo “laissez-faire” permitiu estruturar um vasto número de iniciativas. Aqui, a heterogeneidade do grupo deu-lhe um potencial médio, nos termos definidos por Curral e Chambel (2006) e a influência dos padrões de participação na qualidade e quantidade das comunicações foi determinante para influenciar as tomadas de decisão na medida em que permitiu a troca de conhecimentos e a partilha de competências entre pessoas que noutras circunstâncias não teriam tempo nem motivo para conversar, de forma aberta, sem criar conflitos de opinião.

As associações facilitaram a integração na comunidade de elementos externos, permitiram a entrada na dinâmica das actividades económicas, sociais, culturais e educativas de um certo número de recursos, designadamente humanos, contribuindo para criar uma maior “massa crítica”. Estes

elementos forâneos foram nalguns casos (GTL, ADRIPÒIO, AFRP) o catalisador que permitiu despoletar “efeitos de agregação” em torno de fins comuns, por vezes já razoavelmente bem definidos, mas nunca transformados em acção, por razões de percepção nem sempre fácil. A presença do elemento novo facilitou a quebra de barreiras, a disponibilização de competências em falta, a idiosincrasia na análise dos problemas, a desfocagem de eventuais conflitos latentes, entre vizinhos que se conhecem profundamente (Shils, 1992). Assim, “eles”, os de “fora” acabaram, frequentemente, como paladinos e arautos das novas iniciativas. É também por esta via que se alterou a liderança centrada nos indivíduos, como aconteceu no GTL. Aqui, as mestras, usando um estilo autoritário, num grupo de baixo potencial e bastante homogéneo, acabaram por levar a cooperativa à inactividade. Contudo, se em algumas das associações mais recentes a presença de actores externos foi importante nos processos de fundação (por exemplo no GTL, na ADRIPÒIO e na AFRP), a verdade é que noutras situações onde as organizações locais já estavam consolidadas também deram contributos de dinamização bastante significativos, como aconteceu nos Bombeiros de Cerva e na CACER.

Note-se porém, que o contributo fundamental para a qualidade e extensão do tecido associativo de Ribeira de Pena esteve e continua a estar nas mãos dos residentes. De facto, um grande número de associações (por exemplo, as Misericórdias, as Associações de Bombeiros, de desporto cultura e recreio, o Fórum Metanóia, a UNILSETE, a Pisão Louredo) nasceu por iniciativa de grupos locais, residentes nas vilas do concelho. A ideia de concentração da população corresponde à concentração geográfica das associações. De facto, 81% das associações têm a sede nas vilas do concelho (Cerva e Ribeira de Pena), onde também se concentra cerca de 70% da população, tornando mais fácil a descoberta esclarecida do trabalho das várias associações, despertando motivação para a cooperação entre indivíduos e organizações numa rede de laços enriquecida pelo alargamento das fontes de informação.

Subsequentemente, abriram-se oportunidades para a emergência de novas associações e novas lideranças, com forte apelo aos jovens com preparação académica e nem sempre motivados para ombrear com um voluntariado generoso e responsável, que por momentos consegue combater o individualismo da modernidade, pondo os olhos na construção de uma melhor sociedade para o futuro, recriando espaços de identidade e de comunidade, como aconteceu na ADRIPÒIO, AFRP e nos Bombeiros de Cerva, na UNILSETE ou na Pisão Louredo.

É também verdade que o garante da actividade que se observa nas associações está enraizado na população residente, sendo a grande maioria das iniciativas de base endógena. Entre estas destacam-se as Misericórdias, as organizações de Bombeiros e as de desporto, cultura e recreio que são aquelas a partir das quais se testam lideranças, experimentam e se proclamam

competências muitas vezes como parte da estratégia para atingir cargos na política local. Afinal estas são as maiores associações do concelho em número de associados. Levar as pessoas a participar na concepção de projectos, que respondiam, por medida, às necessidades identificadas, criou confiança, aumentando competências, deu ritmo às acções. A participação activa dos actores locais como afirma Guerra (2002: 145): “não é apenas um pressuposto epistemológico, ético ou político - é também uma necessidade técnica, pois sabemos que os processos de mudança só existirão se os recursos endógenos forem accionados por aqueles que os detêm”.

A intensidade da vida associativa local reflecte-se no adensamento das redes de relações espontâneas, numa participação efectiva, propiciando multacentralidades de debate político e social. Este aumento da sociabilidade pode ser classificado como um efeito positivo das associações. Warren (2004: 88), propõe três níveis nos quais esses efeitos se fazem sentir:

1. Efeitos ao nível individual: aumento da informação, das competências simbólicas, do sentimento de poder participar, do sentido crítico, da tolerância social e política e das virtudes cívicas em geral;
2. Efeitos ao nível da esfera pública: representação de interesses de grupos específicos; contribuição para a comunicação pública e para a deliberação política;
3. Efeitos institucionais: representação de interesses, identidades e orientações normativas, suporte de acções colectivas de protesto e resistência, funções de coordenação e regulação, papel subsidiário na implementação de políticas públicas.

O primeiro nível está bem presente no esforço de difusão de informação e disponibilização de formação desenvolvidos pela ADRIPÒIO enquanto entidade acreditada e muito particularmente através da UNIVA, além da promoção da participação na vida da comunidade. O segundo nível também encontra ilustração no trabalho desenvolvido pelas associações em Ribeira de Pena, por exemplo as reuniões de Terça-feira, que foram durante muito tempo espaço de comunicação e informação onde cada pessoa ou grupo livremente podia defender os seus pontos de vista ajudando a formar a opinião pública. O terceiro nível é espelhado/reflectido quando a ADRIPÒIO passa a ser a entidade responsável pelo RSI, substituindo o Município nesta função. Mas o efeito democrático mais forte do associativismo em Ribeira de Pena manifesta-se na integração social, cooperação e solidariedade social que derivam do envolvimento mais significativo das IPSS na prestação de serviços básicos de apoio aos idosos e às crianças em idade pré-escolar, em parte explicados pelos níveis de integração que estas organizações propiciam e pelos valores morais que disseminam. Ou

ainda quando a AFRP se prepara para acolher o Agrupamento de Baldios de Ribeira de Pena no âmbito da implementação da política para o sector florestal.

A participação em cada projecto obrigou a uma atenção muito especial quanto à forma de despertar e induzir nos sujeitos os estados de motivação<sup>63</sup>. A identificação de problemas e a assunção das finalidades organizacionais, de forma clara e incisiva, pelos participantes, desembocou na necessidade de consagração de regras que estruturassem as interacções no grupo, ou seja, formalização e burocratização da acção colectiva, isto é, institucionalização da associação (Reis, 2007). A verdade é que em cada situação estava presente, ainda que inconscientemente, a possibilidade de responder a problemas futuros de igual natureza. Dito de outra forma, a constituição de cada associação resultou de comportamentos motivados<sup>64</sup> pela busca de soluções para problemas próximos e concretos (Olson, 1998).

Cada associação revela e dá visibilidade à caracterização dos modos de acção interna de acordo com a percepção dos seus membros para os modelos de diferenciação horizontal (os de dentro *versus* os de fora) e vertical (líderes *versus* membros, ou dito de outra forma direcção ou mesa *versus* grupos de trabalho), dependem da dimensão e complexidade da estrutura da organização. Assim, a diferenciação horizontal é menor nas associações maiores, como por exemplo as Misericórdias, onde não é determinante ser irmão para aceder aos serviços ou participar em actividades de voluntariado. Já a diferenciação vertical é bem marcada. Os membros dos órgãos sociais têm posição de relevo, com especial destaque para o Provedor. Nas associações mais pequenas a situação é inversa. A diferenciação dos lugares ocupados na vertical é tanto menor quanto mais pequenas são as associações e ser ou não associado pode limitar o acesso a benefícios decorrentes da actividade da organização como acontece nas cooperativas de artesanato.

O nascimento de muitas das organizações do concelho de Ribeira de Pena confirma a ideia de que “não existe acção colectiva minimamente durável que não produza um mínimo de organização e que não gere a prazo um núcleo organizacional mais ou menos formalizado” (Friedberg, 1995a: 14). São disso exemplo a ADRIPOIO que é concebida nas reuniões para discutir o potencial para criar circuitos turístico, em Cerva. O GTL, onde as aprendizes, as mestras e o dinamizador externo acabaram por fundar a cooperativa, no seio da recolha de dados que o último fazia para o seu trabalho académico, ou ainda no “parto” da associação de Bombeiros de Cerva que surge a partir de uma campanha para comprar uma ambulância, promovida por um grupo de

---

<sup>63</sup> Palavra derivada das palavras latinas *motu* (movimento) e *movere* (mover) significa etimologicamente, “acção de pôr em movimento”.

<sup>64</sup> Segundo Pereira (2004: 218) “comportamento motivado [é] aquele que visa um objectivo, então, motivo será um padrão de comportamento dirigido a um objectivo que tende a recorrer sempre que o indivíduo se encontre em situação propícia à sua consumação”.



cervenses. É portanto natural que, embora a estrutura associativa detenha potencial instrumental para realizar trabalho no âmbito do desenvolvimento local, este dependa da qualidade da “massa crítica”, isto é, das pessoas que nela desempenham funções e da sua capacidade de envolver e comprometer os demais cidadãos na persecução dos objectivos da organização (Friedberg, 1995b). Contudo, nem sempre as coisas acontecem sem tensões (latentes ou manifestas) ou mesmo sem conflitos. Nada melhor para espelhar isto mesmo que os jornais locais, que, no caso vertente, são propriedade de associações com fortes conexões partidárias e onde os directores nem sempre conseguiram manter a elevação que seria recomendável a órgãos de comunicação social local. Com efeito, ao longo da sua história, há vários episódios de insultos mais ou menos directos, mas sempre nada edificantes, alguns dos quais deram origem a processos em tribunal. Ninguém se salva, em matéria de prevaricar nenhum dos jornais ficou isento. O arremesso político mostrou-se arma irresistível. Esta motivação pelo poder fica clara quando a tensão dos períodos eleitorais se afasta. Em Ribeira de Pena chegou mesmo a quase desaparecer, quando uma das partes se “rendeu”, isto é, quando se dá a interrupção da publicação do “Ribeirapense” retirou-se a motivação à publicação concorrente “Ecos da Ribeira”, que passou a ter tiragem irregular.

Do ponto de vista do auto-centramento de facto, constata-se o inverso: que muitas das associações superam o egocentrismo e o localismo estando filiadas nas federações regionais e nacionais de associações congéneres. Contudo, a nível local, a ADRIPOIO ressalta como sendo a associações que acolhe muitas outras associações locais como suas associadas. Não sendo a ADRIPOIO uma federação, denota-se aqui por um lado um grande interesse, diríamos mesmo “fome” de informação, e, por outro lado vontade de partilhar, de dentro para fora, das decisões desta ADL. A relação com actores externos, nomeadamente serviços públicos, é transversal à generalidade das associações. Destaca-se neste ponto a relação das associações centradas nas artes e ofícios tradicionais, para quem as relações com actores externos são essencialmente elementos do mercado (clientes, estilista e retalhistas), pois o objecto social destas organizações é a produção e comercialização de artesanato.

Como se pode observar no Quadro nº 22 (conferir ponto 4.7) e na Figura nº 7 (conferir ponto 4.) a emergência e consolidação da actual estrutura associativa concelhia foi um processo demorado ao longo do tempo até 1974, com apenas duas iniciativas da sociedade civil, com carácter religioso (Misericórdias) e três organizações estatais. A partir de 1974 tudo mudou. O nascimento e diversificação dos fins das iniciativas associativas foi espectacular, com 22 iniciativas em cerca de 30 anos. Face a esta explosão é importante verificar a taxa de sobrevivência das iniciativas, conferindo as associações que se mantêm activas. Esta era de resto a nossa terceira questão de partida. Como se pode ver no Quadro nº 23, à floração explosiva das associações de Ribeira de

Pena não se seguiu a queda ou a morte das associações locais. Estão vivas e em geral activas (85%), destacando-se 37% que são mesmo muito activas.

Quadro nº 23 – Estado de funcionamento das associações em Ribeira de Pena, em 2007

Estado de funcionamento	Número	%
Inactivas/em extinção	2	7,4
Inactivas	2	7,4
Pouco activas	4	14,8
Activas	9	33,4
Muito activas	10	37,0
Total	27	100

Contudo, algumas não resistiram ao desgaste do tempo ou ao esgotar do seu objecto social. Assim, 7,4% estão inactivas/em extinção (AGROVITAE e Cooperativa Agrícola de Ribeira de Pena). A inactividade e extinção destas organizações deixam Ribeira de Pena sem qualquer associação no sector agrícola. A inactividade é também a situação de outras 7,4% (O Tear e UNILSETE), uma proveniente do associativismo centrado nas artes e ofícios tradicionais e a outra das associações “políticas”. As associações muito activas distribuem-se pelas associações de solidariedade (Misericórdias e Bombeiros) e associações de cultura, desporto e recreio (quatro cada), uma associação de desenvolvimento local (ADRIPÒIO) e uma associação centrada nos recursos naturais (AFRP). Em suma, podemos afirmar que o tecido associativo é bastante activo e apresenta uma elevada taxa de sobrevivência.

A elevada percentagem de associações em actividade (Quadro nº 23) a par dos de 4 000 associados apurados (Quadro nº 22), muitos dos quais provavelmente em sobreposição de filiação, num universo de 7 412 residentes, atesta o interesse das pessoas nas associações, em Ribeira de Pena. Interesse que se reforça no facto de oito destas associações gerarem 261 postos de trabalho. Embora todos tenhamos a noção de que a proporção de indivíduos que se envolvem activamente nas associações é, em regra, pequeno, ou muito pequeno não podemos deixar de contrariar tal noção com a estimativa seguinte: se considerarmos 10 o número médio de lugares no conjunto dos órgãos sociais, as 27 organizações, têm 270 dirigentes, isto é, 3,6% da população do concelho. Contudo, como já referimos anteriormente, os efeitos democráticos das associações vão para além da participação dos indivíduos na sua vida interna. As associações canalizam para a esfera pública informações, reivindicações e orientações normativas e valorativas que permitem enriquecer o processo de decisão. Isto, além dos efeitos individuais na transformação da consciência social e política, que resultam dessas discussão pública.

Embora as associações sejam de tipo diverso, há, digamos, um conjunto de aspectos que são comuns ou transversais que merecem realce como lições do associativismo em Ribeira de Pena. O apanhado que fazemos de seguida não pretende estabelecer qualquer hierarquia e a ordem da exposição é perfeitamente arbitrária.

O emprego criado, a partir dos anos 80 do século XX, pelas associações é muito representativo, correspondendo, actualmente, a mais de 50% do emprego gerado pela indústria, comércio e serviços. Várias associações são unidades produtivas (CACER e GTL) ou prestadoras de serviços remunerados à comunidade (ADRIPÒIO, AFRP, Associações de Bombeiros) e, em condições especiais, aos seus associados. Assim, resulta que o estímulo económico é essencial à motivação dos associados quer pelo rendimento que proporcionam, quer pelos descontos que facultam, respectivamente. As ajudas externas são necessárias mas insuficientes para a sustentação das associações, designadamente naqueles onde o potencial dos associados é menor. O que acaba por fazer oscilar a actividade das associações em função do nível de apoio que vão recebendo em cada momento. A liderança e gestão das associações reclamam qualificações frequentemente indisponíveis. O reconhecimento das exigências técnicas e pessoais associado ao carácter voluntário dos dirigentes dificulta o recrutamento de novas lideranças.

Há solidariedade, “assistência social” e “protecção e socorro” prestado *in loco* pelo Terceiro Sector (IPSS, Bombeiros, ADRIPÒIO), assegurando assim uma função do Estado Providência. As associações com maior número de associados e/ou de trabalhadores são “apetecíveis” pelos senhores do poder local e outros notáveis. Estas organizações são também aquelas onde as cliques locais, que são predominantemente político partidárias, mais se têm evidenciado, surgindo tanto para tomar o poder como para esvaziar o espaço de acção do que não lhes agrada, parecendo ser este último aspecto que caracteriza a situação da Cruz Vermelha em Ribeira de Pena. Quanto aos confrontos na tomada do poder, primeiro nos Bombeiros de Ribeira de Pena e, depois, na Misericórdia de Ribeira de Pena, as cliques foram protagonistas de “guerras” de lideranças baseadas na disputa partidária transferida para as assembleias-gerais eleitorais destas organizações e que depois se arrastaram nos tribunais durante vários anos, em processos de impugnação de eleições. Como o concelho é pequeno e tem pouca população, o espaço de manobra para as lideranças não é muito elevado. Pelo que, as oportunidades de estar em lugares de destaque, nas organizações que dão maior visibilidade, por simultaneamente serem as que têm maior número de associados, de utentes e de trabalhadores, ou seja, as Associações de Bombeiros e as Misericórdias, também não são muito grandes, daí a ferocidade dos “combates” por vezes entre membros da mesma família, mesmo entre irmãos. Observando-se que esta disputa é maior nas organizações sediadas em Ribeira de Pena (Salvador). A conotação partidária de algumas associações que em determinados períodos

se mostrou muito favorável acabou por ser “letal” para a menos preparada e com menor maturidade dos seus dirigentes, como foi o caso da UNILSETE.

O voluntariado em Ribeira de Pena é difícil sofrendo o efeito da regressão demográfica resultante do despovoamento e envelhecimento da população mas também do baixo nível de instrução da população.

Todas as associações, de forma directa ou indirecta, recebem ou receberam apoios das autarquias (Juntas de Freguesia e Câmara Municipal) pela cedência de instalações ou pequenos subsídios para a organização de eventos.

Nas associações onde presidem valores para a acção que não são suportados por interesses económicos e/ou partidários, a manutenção da coesão do grupo está fortemente dependente da liderança. Os líderes destas associações são olhados com um misto de respeito e preocupação pelo poder instalado.

A rede estabelecida entre pessoas colectivas, na ADRIPÒIO, numa espécie de federação concelhia de organizações locais foi fundamental para a difusão de competências e lançamento de desafios, com efeitos sinérgicos na acção, de muitas associações na última década.

Para concluir, é relevante registar que o aumento da importância da participação nas mudanças das formas de tomada de decisão, conduzidas por forças profundamente enraizadas nos processos de desenvolvimento social, político, económico e cultural faz com que o Terceiro Sector enquanto expressão da sociedade civil tenha vindo a ganhar importância em democracia. Em Ribeira de Pena, esta importância advém-lhe também pelo “capital social” que gera e que é bem visível no aumento do número de associações ocorrido nos últimos 30 anos e na fundação de associações mais exigentes e complexas como são as associações “políticas” e as associações de desenvolvimento local. Objectivamente o Terceiro Sector contribui para o desenvolvimento do território, por várias razões: pelo número de postos de trabalho que gera; pelos serviços que presta; pelos espaços de cultura, recreio e lazer que promove e sustenta. A tudo isto, que é muito, soma-se o facto das organizações locais serem espaços privilegiados do exercício de cidadania. Em suma, aí a democracia acontece.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### A

- AMARO, Rogério Roque (Coord.) (1992). “Iniciativas de Desenvolvimento Local – Caracterização de alguns exemplos”. Lisboa: IEFP/ISCTE.
- ARAÚJO, Ilídio (1988). “Sobre o Ordenamento Paisagístico das Zonas Montanhosas. Simpósio Sobre a Floresta e o Ordenamento de Montanha”. Vila Real: UTAD, SPCF, pp. 353-371.
- AZEVEDO, Maria Eduarda (1996). “A Política Agrícola Comum. Uma Política Controversa na Hora da Mudança”. Coimbra: Almedina.

### B

- BAECHLER, Jean (1995) *in* BOUDON Raymond (1995). “Tratado de Sociologia” Lisboa: Asa pp. 57-95.
- BAPTISTA, Alberto; ANTÓNIO, Patrício; PORTELA, José (2000). “A Medida de Cessaçao da Actividade Agrícola em Portugal Continental 1994-98. Lisboa: DGDR, Colecção Estudos e Análises, 9.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1993). “Agricultura, Espaço e Sociedade Rural”. Coimbra: Fora de Texto
- BARATA, Óscar (1984) “Grupo” *in* Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Lisboa: Editorial Verbo, Vol. Nº 9, pp. 1115 - 1121.
- BENEDICT, Ruth (2000). “Padrões de Cultura”. Lisboa: Livros do Brasil.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas (1999). “A Construção Social da Realidade”. Lisboa: Dinalivro.
- BERTRAND, Yves; GUILLEMET Patrick (1994). “Organizações: Uma Abordagem Sistémica”. Lisboa: Intituto PIAGET.
- BOTELHO, Francisco (2001). “ADRIPÒIO”. *in* “Pessoas e Lugares”. Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II, nº 16/Fevereiro 2001, p. 14.
- BRANCO, Manuel (1993). “Para que Serve o Desenvolvimento Rural, uma Análise”. *in* 1.º Congresso Nacional de Economistas Agrícolas – Que Futuro Para a Agricultura na Economia Portuguesa. Lisboa: APDEA
- BURT, Roland (1992). “Structural Holes: The Social Structure of Competition”. Cambridge, MA: Havard University Press.
- BURT, Roland (1997). “The Contingent Value of Social Capital”. *in* Administrative Science Quarterly, 42, pp 339-365.

## C

- CABRAL, A.M. Pires (1996). “O Universal não existe”. *in* “Glocals – textos e ilustrações de autores de língua portuguesa”. Edição ACERT/GESTO/ANIMAR no âmbito da Manifesta 96, p. 6.
- CARVALHO, António (2002). “Associativismo, Inovação Social, Desenvolvimento”. Algé: Confederação do Desporto de Portugal.
- CARVALHO, João M. S. (2005). “Organizações não Lucrativas. Aprendizagem Organizacional, Orientação de Mercado, Planeamento Estratégico e Desempenho”. Lisboa: Edições Sílabo.
- CCRN, (1980). “Proposta de Linhas de Estratégia para o Desenvolvimento da Região Norte”. Porto: CCRN.
- CÊA, António Campos (1998). “O Desenvolvimento Rural. Uma breve reflexão sobre o passado, o presente e o futuro do associativismo agrícola em Portugal”. *O Minho a Terra e o Homem – DRAEDM*, nº 38, pp. 6 – 11.
- COELHO, Cristina; MOREIRA, Hélder; Bastos, Mónica; PINTO, Sónia; NÓBREGA, Lidia (2002). “Observatório das Dinâmicas Empresariais do Distrito de Vila Real”. Vila Real: NERVIR
- COELHO, Luís Brandão (Coord.) (1996). “PERI Cerva/Basto. Melhoramento de pastagens e silvo-pastorícia. Estudo de base”. Cerva: DRAEDM.
- COELHO, Luís Brandão; LIRA, Carlos (1997). “Anteprojecto de Valorização Turística de Cerva/Basto (Circuitos Turísticos) ” (Trabalho apresentado para a cadeira “Projectos de Valorização dos Recursos Rurais” do CESE em Organização e Gestão de Recursos Rurais) Ponte de Lima: IPVC/ESAPL.
- COELHO, Luís Brandão (Coord.) (2003a). “Ribeira de Pena. Inquérito à Agricultura”. Cerva: ADRIPOIO.
- COELHO, Luís Brandão (Coord.) (2003b). “Ribeira de Pena. Inquérito à indústria, comércio e serviços”. Cerva: ADRIPOIO.
- COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU (2006). Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre “A representatividade das organizações europeias da sociedade civil no quadro do diálogo civil”. Bruxelas.
- CORDOVIL, Francisco (2004). “A Política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia”. Cascais: Principia (1ª Edição).
- COSTA, Joaquim Albertino (1998). “As Gentes do Vale do Poio”. *in* Actas do Debate – Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do “Póio”, Desafio à Porta do Terceiro Milénio. Cerva: ADRIPOIO, não publicado.
- COVAS, António (1999). “As Amenidades Rurais: Um contributo para o Desenvolvimento de Zonas Desfavorecidas”. Lisboa: DGDR, Coleção Estudos e Análises, 8.
- COVAS, António (2004). “Política Agrícola e Desenvolvimento Rural”. Lisboa: Edições Colibri.
- CRUZ, Maria do Carmo; MAGALHÃES, José Edmundo (1995). “Ribeira de Pena – Monografia do Concelho”. Ribeira de Pena: CMRP.
- CUNHA, Arlindo, (1996). “A Agricultura Europeia na Encruzilhada”. Porto: Edições ASA.

CUNHA, José Rui F. M.; GUIMARÃES, José Manuel A. (1992). “Perímetro de Emparcelamento Rural Integrado de Cerva/Basto. Estudo Prévio”. Lisboa: IEADR.

CURRAL, Luís; CHAMBEL, Maria José (2006). “Processos de Comunicação nas Organizações” in FERREIRA, J. M. Carvalho; NEVES, José; CAETANO, António [Coord (2006)]. “Manual de Psicologia das Organizações”. Lisboa: McGraw-Hill de Portugal, pp. 357-376.

## D

DRAEDM (1997). Carta de Solos e Aptidão da Terra. Braga: DRAEDM.

DRUCKER, Peter F. (1997). “As Organizações sem Fins Lucrativos”. Lisboa: Difusão Cultural.

DURKHEIM, Emile (1858-1917). in CRUZ, M. Braga (1995). “Teorias Sociológicas. Os fundamentos e os clássicos (Antologia de textos)”. Lisboa: FCG (2ª Edição) pp. 299-400.

## F

FERNANDES, Ana (1997). “Transferência para a Empresa Pública Florestal de todo o património nacional. Matas públicas, rezeiros privados.” Lisboa: Público, 10 de Novembro, p. 22.

FERNÁNDEZ, Xan Bouzada (1993). “O Desenvolvimento Rural e Comunitário, entre a Promoción do Endógeno e a Inuención de Realidade”, in Actas do II congresso Português de Sociologia, Volume I. Lisboa: Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 943-959.

FERRÃO, Hugo (1990). “Tecelagem de Limões. Tecnologia tradicional.” Ribeira de Pena: Biblioteca Municipal de Ribeira de Pena.

FERRÃO, Hugo (1991). “Grupo de Tecelagem de Limões”. Edição de Autor.

FERREIRA, José M. Carvalho (1993). “Desenvolvimento Local e Construção de Identidades Sociais” in Actas do encontro “Dinâmicas Culturais, Cidadania e desenvolvimento Local”. Vila do Conde: Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 495-515.

FRANCO, José Alberto (2006). “Associativismo popular em Portugal”. in ALDRABA, nº 2, Novembro de 2006. Boletim da ALDRABA – Associação do Espaço e Património Popular, pp. 4-6.

FRIEDBERG, Erhard (1995a). “O Poder e a Regra”. Lisboa: Instituto PIAGET.

FRIEDBERG, Erhard (1995b). in BOUDON Raymond (1995). “Tratado de Sociologia” Lisboa: Asa pp. 341-378.

## G

GIDDENS, Antony (1997). “Sociologia”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GIDDENS, Antony (2001). “Modernidade e Identidade Pessoal”. Oeiras: Celta Editora (2ª Edição)

GLEITMAN, Henry (1999). “Psicologia”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (4ª Edição).

GOLEMAN, Daniel; BOYATZIS, Richard; McKEE, Annie (2003). “Os Novos Líderes. A Inteligência Emocional nas Organizações”. Lisboa: Gradiva.

- GOLEMAN, Daniel (2006). “Inteligência Social. A Nova Ciência do Relacionamento Humano”. Lisboa: Temas & Debates.
- GRAÇA, Laura Larcher (1992). “O Sindicato Agrícola: Primeiros Passos (1893-1910)” *in* INIA – DEESA, “Temas de Economia e Sociologia Agrárias”. Lisboa: DEESA. pp. 123-155
- GRANOVETTER, Mark S. (1973). “The Strength of Weak Ties”. *in* American Journal of Sociology; Vol. 78, nº 6 pp 1360-1380.
- GRANOVETTER, Mark S. (1985). “Economic Action and Social Structure: A Theory of Embeddeness”. *in* American Journal of Sociology; Vol. 91, nº 3 pp 481-510.
- GRANOVETTER, Mark S.; CASTILLA; HWANG, H. (1998). “Social Networks”. *in* Silicon Valley.
- GUERRA, Isabel Carvalho (2002). “Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção. O Planeamento em Ciências Sociais”. S. João do Estoril: Principia (2ª Edição).

## H

- HARVEY, Pierre-Léonard (2002). “Ciberespaço e Comunautéica. Apropriação, Redes e Grupos Virtuais”. Lisboa: Instituto PIAGET.
- HENRIQUES, José Manuel (1990). “Municípios e Desenvolvimento – Caminhos Possíveis”. Lisboa: Escher.
- HOBBS, Thomas (1588-1679). “Levitã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil”. São Paulo: Nova Cultural (1988), Vol. I e II.

## I

- INDE (Org.) (1994). “ACORDAR – Manual Metodológico do Agente de Desenvolvimento Local”. Lisboa: INDE – Intercooperação e Desenvolvimento.
- INE (1950, 1960, 1970). Recenseamento Geral da População. Lisboa: INE.
- INE (1981). Recenseamento Geral da População e da Habitação de 1981, distritos de Braga e Vila Real. Lisboa: INE.
- INE (1992). Recenseamento Geral da Agricultura de 1989. Lisboa: INE.
- INE (1992). Censo 1991. Lisboa: INE.
- INE (2002). Censo 2001. Lisboa: INE.
- INE (Direcção Regional do Norte) (1994). Estatísticas & Estudos Regionais. nº 5. Porto: INE
- INMG (1991). Normas Climatológicas da Região de Entre Douro e Minho: 1951 – 1980. Lisboa: INMG
- INMG (1991). Normas Climatológicas da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro e Beira Interior: 1951 – 1980. Lisboa: INMG
- ITURRA, Raúl (1990). “Trabalho de Campo e Observação Participante em Antropologia”. *in* Metodologia das Ciências Sociais. Porto: Edições Afrontamento, pp. 149-162.



## K

KERSTENETZKY, Celia Lessa (2003). “Sobre Associativismo, Desigualdade e Democracia” *in* “Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 18 nº 53, pp. 131-180.

## L

LOPES, A. Simões (1994). “O PDR e o Desenvolvimento Local”. ANIMAR

LOPES, A. Simões (2006) “Encruzilhada do Desenvolvimento: falácias, dilemas, heresias”. Versão reduzida de excertos de um texto em preparação. Não publicado

LOURENÇO, Joaquim (1993). “Mudanças no Mundo Rural e Perspectivas Para a Agricultura Portuguesa”. *In* 1.º Congresso Nacional de Economistas Agrícolas – Que Futuro Para a Agricultura na Economia Portuguesa. Lisboa: APDEA, Volume I, pp. 33-60.

## M

MARTINS, Artur (2007). “Caracterização do Movimento Associativo Popular”, *in* *Elo Associativo*, nº 36, Julho 2007, p. 20. Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.

MARTINS, Manuel José Carvalho (1981). “O Santuário Rupestre de Lamelas. Ribeira de Pena”. Ribeira de Pena: CMRP.

MATTOSO, José (2001). “A Identidade Nacional”. Lisboa: Gradiva.

MEDINA, João (1997). “História de Portugal. Dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias” Vol. XII, “O Estado Novo I”. Amadora: Clube Internacional do Livro.

MELO, Alexandre (2002). “Globalização Cultural”. Lisboa: Quimera.

MELO, João (2002). “A Problemática e as Políticas de Desenvolvimento Local” *in* “Compêndio de Economia Regional”. Coimbra: APDR, pp 515 –533.

MONTEIRO, Alcides A. (2004). “Associativismo e Novos Laços Sociais”. Coimbra: Quarteto.

MONTEIRO, Antero (2000). “A Cessação da Actividade Agrícola. Estudo de Caso: Concelho de Ribeira de Pena”. Lisboa: DGDR, Colecção Estudos e Análises, 10.

MORENO, Luís (2002). “Desenvolvimento Local em Meio Rural. Caminhos e Caminhantes”. Tese de Doutoramento UL-FL.

MORENO, Luís (Coord.) (2003). “Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local”. ANIMAR.

MORIN, Edgar (2003). “Introdução ao Pensamento Complexo”. Lisboa: Instituto PIAGET (4ª Edição).

## N

NEVES, José (2006). “O Processos de Liderança” in FERREIRA, J. M. Carvalho; NEVES, José; CAETANO, António [Coord (2006)]. “Manual de Psicologia das Organizações”. Lisboa: McGraw-Hill de Portugal, pp. 377-403.

## O

OLSON, Mancur (1998). “A Lógica da Acção Colectiva: Bens Públicos e Teoria dos Grupos”. Oeiras: Celta Editora

## P

PARREIRA, Artur (1991). “Manual Teórico-Prático de Liderança de Grupos e Condução de Reuniões – 2º Volume – Comunicação e Motivação – Nos Grupos e Reuniões de Trabalho”. Lisboa: Plátano, Edições Técnicas (2ª Edição).

PARREIRA, Artur (1995). “Manual Teórico-Prático de Liderança de Grupos e Condução de Reuniões – 3º Volume – O Processo de Liderança – Nos Grupos e Reuniões de Trabalho”. Lisboa: Plátano, Edições Técnicas (2ª Edição).

PARSONS, Talcott (1974). “O Sistema das Sociedades Modernas”. São Paulo: Livraria Pioneira Editora

PEREIRA, Fernando Augusto (1995). “Novas Dinâmicas de Diversificação da Agricultura Transmontana – O Caso das Actividades Agrárias não – Convencionais”. Vila Real: Estudos CAMAR 8.

PEREIRA, Orlando Gouveia (2004). “Fundamentos de Comportamento Organizacional”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (2ª Edição).

PDAR de Basto (1989). Relatório Final da Equipa de Projecto. Braga: DRAEDM, MAP

PDM de Ribeira de Pena (1991). Ribeira de Pena: CMRP.

PENTEADO, Pedro (2000). “Misericórdias nos Séculos XIX - XX” in “Dicionário de História Religiosa de Portugal”, Vol. P-V, Apêndices. Cascais: Circulo de Leitores, pp. 457-459.

PINHEIRO, João; GOMES, Rui Telmo (2005). “Associativismo Cultural em Cascais”. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

PINHO, A. J. Oliveira e (1993). “Compêndio de AMPELOLOGIA I”. Porto: Figueirinhas.

PORTELA, José (1985). “Observação Participante (Reflexão sobre uma Experiência)”. Cadernos de Ciências Sociais, nº 3, pp. 157-176.

PORTELA, José (1993). “Dois contributos para um livro branco sobre a agricultura e o meio rural”. Lisboa: Ministério da Agricultura, p. 142.

PORTELA, José (1996). “O LEADER em Portugal – balanço e perspectivas: palavras de Goulart Carrinho. ANIMAR, Série Palavra Oportuna nº 2.

- PORTELA, José (2001). “Artesãos, Microempresas e desenvolvimento: A Centralidade do Local e a Periferia do Centro”. *in* Actas do “I Simpósio Artes e Ofícios”. Ponta Delgada: Centro Regional de Apoio ao Artesanato, pp. 79-84.
- PORTELA, José (2005). “Emparcelamento da “propriedade rústica” em Portugal: do passado ao futuro”. *in* BAPTISTA, Fernando Oliveira (Org.). “Terra e Tecnologia. Século e Meio de Debates e Políticas de Emparcelamento”. Oeiras: Celta Editora, pp. 39 – 59.
- POWELL, W. W.; SMITH-DOERR, L. (1994), “Networks and Economic Life”. *in*: N. J. Smelser e R. Swedberg (Org.), “The Handbook of Economic Sociology”. Princeton: Princeton University Press.

## R

- REIS, José (2007). “Ensaio de Economia Impura”. Coimbra: Almedina.
- RIBEIRO, Orlando (1987). “Introdução à Geografia Regional”. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVENAU, S. (1988). “O Ritmo Climático e a Paisagem.” *in* Geografia de Portugal , Volume II. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- RIBEIRO, Orlando (1998). “Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico”. Lisboa: Livraria Sá da Costa (7.ª Edição revista e ampliada).
- RODRIGUES, Manuel (1997). “Uma empresa pública para gerir matas públicas e comunitárias”. Desconhecida.

## S

- SÁ, Isabel dos Guimarães (2000). “Misericórdias” *in* “Dicionário de História Religiosa de Portugal”, Vol. J-P. Cascais: Circulo de Leitores, pp. 200-202.
- SALOMÉ, Jacques; GALLAND, Syolvie (2004). “A Arte da Comunicação Humana. Saber escutar a voz interior e estabelecer relações humanas harmoniosas”. Lisboa: Esquilo.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003). “Um Discurso Sobre as Ciências”. Porto: Edições Afrontamento (14ª Edição).
- SEARN (1975). Atlas do Ambiente. Lisboa: SEARN.
- SERAFIM, Maria do Rosário (1999). “Outras Mediações Estado/Sociedade. As Parcerias no Programa LEADER”. Lisboa: DGDR, Coleção Estudos e Análises, 6.
- SFEZ, Lucien (1991). “A Comunicação”. Lisboa: Instituto PIAGET
- SHILS, Edward (1992) “Centro e Periferia”. Lisboa: Difel.
- SILVA, Augusto Santos (1993). “O que é o Desenvolvimento Integrado? Uma Reflexão, com Ilustração Empírica” *in* Actas do encontro “Dinâmicas Culturais, Cidadania e desenvolvimento Local. Vila do Conde: Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 591-613.
- SIMMEL, Georg (1858-1918). *in* CRUZ, M. Braga (1995). “Teorias Sociológicas. Os fundamentos e os clássicos (Antologia de textos)”. Lisboa: FCG (2ª Edição) pp. 531-578.
- SIMÕES, Maria João (1996). “Para uma Nova Cultura e uma Nova Prática de Desenvolvimento”. ANIMAR, Manifesta96.

SMN (1974). Atlas Climatológico de Portugal Continental. Lisboa: SMN.

SPENCER, Herbert (1820-1903). in CRUZ, M. Braga (1995). “Teorias Sociológicas. Os Fundamentos e os Clássicos (Antologia de textos)”. Lisboa: FCG (2ª Edição) pp. 181-231.

STOHR, Walter (1981). “Development from above or from below?” Chichester: John Wiley, p. 1.

## T

TABORDA, Vergílio (1987). “Alto Trás-os-Montes. Estudo Geográfico”. Lisboa: Livros Horizonte (2º Edição).

TENÓRIO, Fernando G. (Org.) (2001). “Gestão de ONGs. Principais Funções Gerenciais. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas (5ª Edição).

TOCQUEVILLE, Alexis de (1805-1859). in CRUZ, M. Braga (1995). “Teorias Sociológicas. Os fundamentos e os clássicos (Antologia de textos)”. Lisboa: FCG (2º Edição) pp. 257-295.

TOCQUEVILLE, Alexis de (2002). “Da Democracia na América”. Estoril: Principia.

TÖNNIES, Ferdinand (1855-1936). in CRUZ, M. Braga (1995). “Teorias Sociológicas. Os fundamentos e os clássicos (Antologia de textos)”. Lisboa: FCG (2ª Edição) pp. 507-528.

## W

WARREN, Mark (2004). Que tipo de sociedade civil é melhor para a democracia?” in VIEGAS, José Manuel Leite; PINTO, António Costa e FARIA, Sérgio (Orgs.). “Democracia: Novos Desafios, Novos Horizontes”. Oeiras: Celta Editora, pp. 85-95.

WEBER, Max (1864-1920). in CRUZ, M. Braga (1995). “Teorias Sociológicas. Os fundamentos e os clássicos (Antologia de textos)”. Lisboa: FCG (2ª Edição) pp. 581-752.

WEBER, Max (1997). “Conceitos Sociológicos Fundamentais”. Lisboa: Edições 70.

WEBER, Max (2003a). “Fundamentos da Sociologia”. Porto: Rés-Editora (3ª Edição).

WEBER, Max (2003b). “Ciência e Política. Duas Vocações”. São Paulo: Editora Martin Claret.

WEBER, Max (2004). “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”. São Paulo: Editora Martin Claret.

## V

VEIGA, José Francisco Ferragolo (2005). “Território e Desenvolvimento Local”. Oeiras: Celta Editora.

VIEIRA, Rui Correia (2000). “A Agricultura de Grupo”. ”. Lisboa: DGDR, Coleção Estudos e Análises, 11.

VILARINHO, Maria Emília (2003). “Davos, Porto Alegre e a expansão do terceiro sector (II). Terceiro Sector”. in Jornal a “Página da Educação”, ano 12, nº 124, Junho 2003, p. 21.

VIRTON, P. (1966). “Os dinamismos sociais. Iniciação à sociologia.” Lisboa: Livraria Morais Editora.

# Z

ZIPPELIUS, Reinhold (1984). “Teoria Geral do Estado”. Lisboa: FCG (2ª Edição).

## Legislação

Código Comercial e Legislação Complementar (1996). Lisboa: Universidade Católica Editora.

Código Civil (2003). Coimbra: Almedina.

Código Cooperativo (1997). Porto: Legis Editora (2ª Edição revista e aumentada. Contém legislação conexas e complementar).

Código de Direito Canónico (1997). Braga: Edições Theologicas.

Comunicação aos Estados Membros nº 91/C 73/14, de 19 de Março de 1991

Constituição da República Portuguesa (2003). Coimbra: Almedina.

Decreto-Lei nº 23 051, de 23 de Setembro de 1933

Decreto-Lei nº 25 495, de 13 de Junho de 1935

Decreto-Lei nº 28 859, de 18 de Julho de 1938

Decreto-Lei nº 184/75, de 29 de Dezembro

Decreto-Lei nº 4/82, de 11 de Janeiro

Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro

Decreto-Lei nº 185/85, de 29 de Maio

Decreto-Lei nº 336/89, de 4 de Outubro

Decreto-Lei nº 103/90, de 22 de Março

Decreto-Lei nº 246/90, de 27 de Julho

Decreto Regulamentar nº 41/2007, de 10 de Abril

Despacho nº 14/94, de 26 de Janeiro

Despacho nº 24/94, de 4 de Fevereiro

Lei nº 4/71, de 21 de Agosto

Lei nº 33/96, de 17 de Agosto

Portaria nº 809-A/94, de 12 de Setembro

Portaria nº 854/94, de 22 de Setembro

## ANEXO I – Acordo de princípio para constituição da AFRP



### ACORDO DE PRINCIPIO

**PRIMEIRO OUTORGANTE:** Junta de Freguesia de Cerva, com sede na Praça de Cerva, representada pelo seu Presidente, Prof. Marcial Gundar Rodrigues, à frente designada Junta.

**SEGUNDO OUTORGANTE:** Conselho Directivo do Baldio de Agunchos e Formoselos, com sede na Escola de Agunchos, representado pelo seu Presidente, Joaquim Manuel Rodrigues Faria, à frente designado Conselho Directivo.

Entre a Junta e o Conselho Directivo, estabelecem-se alguns princípios estratégicos, que estruturam a constituição e início de funcionamento de uma Associação Florestal, da qual ambos são Sócios Fundadores, de acordo com os seguintes artigos:

#### Artigo 1º

Atentos à heterogeneidade do coberto vegetal, existente no Concelho de Ribeira de Pena e em especial na bacia hidrográfica do Poio, entendem os signatários que a prestação de serviços a desenvolver pela Associação Florestal tem de acautelar os interesses das partes. Assim, acordam que farão constar, nos Regulamentos e demais normativos complementares dos Estatutos, posições coesas.

#### Artigo 2º

Os signatários do presente acordo obrigam-se, no prazo de um ano, a definir os limites territoriais da área comunal sob a sua gestão.

#### Artigo 3º

A Junta e o Conselho Directivo acordam entre si a concertação de estratégias, para clarificar o regime de gestão dos Baldios e o desenvolvimento de contactos com a Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, por forma a ficarem em gestão autónoma de forma clara e inequívoca.

#### Artigo 4º

A gestão das áreas sob a sua administração serão geridas, pela Associação Florestal de forma personalizada, sem prejuízo de se desenvolver acção, de forma integrada para toda a mancha florestal, comunal ou privada.

#### Artigo 5º

No Regulamento Interno da associação Florestal, no capítulo da constituição dos órgãos sociais, ficará expressa a obrigatoriedade de a Direcção incluir pelo menos um elemento das entidades gestoras de Baldios.

Artigo 6º

As partes acordam que a sustentabilidade da Associação se fará pelo pagamento de Jóias e quotas, bem como de taxas de serviço a definir num estudo técnico, a realizar oportunamente.

Cerva, 26 de Junho de 1999

PELO CONSELHO DIRECTIVO DO BALDIO  
DE AGUNCHOS E FORMOSELOS

PELA JUNTA DE FREGUESIA DE CERVA

  
Joaquim Manuel Rodrigues Faria  
(Presidente do Conselho Directivo)

  
Marcial Gundar Rodrigues  
(Presidente da Junta)